



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Mestrado Interinstitucional em Antropologia



ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

**COMUNIDADES PERSISTENTES: A RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA
REGIÃO DE AÇAIZAL DO PRATA**

RECIFE

2013

ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

**COMUNIDADES PERSISTENTES: A RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA
REGIÃO DE AÇAIZAL DO PRATA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott

Recife

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB-4 1291

Y83c Youssef Filho, Adnan Assad.

Comunidades persistentes: a resistência dos moradores da região de Açaizal do Prata / Adnan Assad Youssef Filho. – Recife: O autor, 2013.

166 f.: il., fotos, gráf., mapas, tab.; 30 cm.

Orientador: Prof.º Dr.º Russel Parry Scott.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Antropologia. 2. Êxodo rural – Região Açaizal do Prata – PA. 3. Movimentos sociais. 4. Comunidade - Região Açaizal do Prata – PA. I. Scott, Russel Parry (Orientador). II. Título.

ADNAN ASSAD YOUSSEF FILHO

**COMUNIDADES PERSISTENTES: A RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA
REGIÃO DE AÇAIZAL DO PRATA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott

Aprovado em: ____/____/____ .

Banca Examinadora

Prof. Dr. Russel Parry Scott
(Orientador – UFPE)

Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino
(Examinador Titular Interno – UFRR)

Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes
(Examinadora Titular Externa – UFAM)

DEDICATÓRIA

A minha esposa e filhos
com amor e carinho
pela presença e apoio
em mais esta tarefa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a *Allah* criador de todas as coisas.

Ao professor Parry Scott na qualidade de orientador que soube me conduzir de maneira simples, porém objetiva em cada etapa desta pesquisa. Pela sua sagacidade em entender meus propósitos. Pela liberdade de divagação. Pela confiança, atenção, conselhos, incentivo e motivação a cada texto retornado, elementos que se tornaram primordiais para a conclusão deste trabalho.

Ao professor Cirino pela busca incansável por parceiros com o fim de viabilizar este Mestrado. Pela sua solicitude e compreensão diante de nossas dificuldades. Pelos incentivos e esclarecimentos.

À Secretaria de Estado e Desenvolvimento de Roraima na figura do gestor Haroldo Amoras pela concessão da bolsa de Mestrado e apoio financeiro ao curso.

À Rozenice Ramos sempre paciente em prestar todos os esclarecimentos.

Aos professores Marcos Pelegrini, Cármen Lúcia, Renato Athias, Antônio Mota, Vânia Fialho, Perry Scott que compartilhando seus conhecimentos fomentaram nossas reflexões contribuindo para nosso crescimento intelectual.

Às colaboradoras da UFPE Carla Neris e Adenilda Guedes pela acolhida, préstimos e atenção dispensada.

Aos colegas Francisco, Wélinton, Édio, Kywsi, Iana, Lauro, Fernando, Edson, Lenir, Denise, Marlete, Marília, Brasilina e Lídia pelas discussões dentro e fora de sala de aula, sugestões, pelo apoio, pela amizade, pelas orientações, enfim tudo isso nos ajudou a tornar agradável nossa estada em Recife.

Ao Antônio Nazareno, a primeira pessoa a me contar essa história. A seus irmãos pela complementação de informações que ajudaram a entender a formação das comunidades da região. A Eleazar Brait pelo apoio operacional.

Ao professor Edson Moura da CFRB pelas primeiras pistas.

Ao Peba, Nêgo Véio, Maria Iva, Conce, Necelim, Dandão, Aragão, Cassiano, Seu Adenor, e muitos outros interlocutores pela disponibilidade e prontidão em compartilhar de seus conhecimentos.

Aos moradores da região de Açaizal do Prata pela presteza das informações.

Ao Geraldo Pastana, Vieira e Toninha pelo exemplo de luta.

Às diretoras do Departamento de Recursos Humanos, chefia e colegas de trabalho do IFRR pelo apoio, torcida e compreensão.

RESUMO

A região do Açaizal do Prata abrange um conjunto de quatro povoados pertencentes à microrregião de Santarém localizada no Oeste do estado do Pará. Nas duas últimas décadas o lugar vem passando por transformações de ordem física, social e econômica. Vários espaços antes ocupados por comunidades de pequenos produtores rurais cederam lugar a extensas plantações de soja, milho ou arroz. Os moradores que viviam nesta área foram em busca de terras em locais mais distantes ou se mudaram para as periferias de cidades, como por exemplo, Santarém. A localidade representa um dos eixos de expansão do agronegócio em direção à Amazônia. Contrariando o processo em voga, os moradores da região de Açaizal do Prata resistiram às dificuldades e permaneceram nos locais que escolheram para viver. A resistência destes moradores está associada a diversos fatores interligados entre si: perfil dos migrantes, redes de apoio, modo de produção, capacidade de articulação, entre outros. A facilidade de mobilização dos moradores locais para o desenvolvimento de projetos comunitários propiciou a superação de vários obstáculos. O cultivo da mandioca para a produção de farinha, além ser a principal atividade econômica da região, contribui para o fortalecimento dos laços que unem seus moradores. A atual configuração espacial da região está relacionada principalmente à influência da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Os movimentos sociais da região se iniciaram na comunidade do Prata que posteriormente foram difundidos para outras localidades. O objetivo da pesquisa é identificar elementos que possibilitaram estes habitantes a permanecer em suas terras, enquanto outras comunidades próximas desapareceram. As percepções deste estudo foram subsidiadas pelo trabalho de campo, utilizando-se como método de pesquisa a observação participante.

Palavras-chave: Resistência. Movimentos Sociais. Êxodo Rural.

ABSTRACT

The region Açaizal Plate covers a set of four villages belonging to the municipality of Belterra located in the west of the state of Pará. Over the past two decades the region has undergone physical, social and economic transformation. Several areas formerly occupied by communities of small farmers gave way to vast plantations of soy, corn or rice. Residents who lived in these areas left in search of land in more remote locations or moved to the outskirts of cities, for example, Santarém. The location is one of the axes of agribusiness expansion towards the Amazon. Contrary to the process in vogue, the four villages of Açaizal resisted difficulties and stayed in places that have chosen to live. The resistance of these residents is associated with several interconnected factors: profile of migrants, support networks, production modes, ability to articulate, among others. The ease of mobilization of local residents to develop community projects led to their overcoming of various obstacles. Cassava cultivation for the production of flour, besides being the main economic activity of the region, contribute to the strengthening of ties between residents. The current spatial configuration of the region is mainly related to the influence of the Catholic Church and the Rural Workers Union. The social movements of the region began in the community of Plate which were later broadcast to other locations. The objective of the research is to identify the factors which enabled these people to remain on their land, while other nearby communities disappeared. The insights of this study were supported by field work, using the research method of participant observation.

Keywords: Resistance. Social Movements. Rural Exodus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Aplicação de questionário	26
Figura 2 – Seu Cassiano, filho do primeiro morador da comunidade Fé em Deus	34
Figura 3 – Placa Indicativa de distância	44
Figura 4 - Contraste lavoura versus floresta	45
Figura 5 – Vegetação secundária	46
Figura 6 – Vista panorâmica da comunidade São Raimundo	48
Figura 7 – Orla de Santarém	51
Figura 8 – Pesca comercial	52
Figura 9 – Detalhe de pescados	52
Figura 10 – Terminal portuário da Cargill em Santarém	58
Figura 11 – Parque das Seringas	64
Figura 12 – A invasão da agricultura mecanizada	78
Figura 13 – Presença da roça de mandioca nas comunidades	97
Figura 14 – Padrão de taberna	99
Figura 15 – Vista parcial de uma casa de farinha	101
Figura 16 – Divisão sexual de trabalho na casa de farinha	101
Figura 17 – Descarregamento de mandioca	105
Figura 18 – Serrador	107
Figura 19 – A prensa	108
Figura 20 – Primeira peneira	109
Figura 21 – Escaldamento da farinha	110
Figura 22 – Agarêra	111
Figura 23 – Placa de inauguração da MCH	131
Figura 24 – Casa Familiar Rural de Belterra	133

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da área cultivada com os principais produtos agrícolas de Santarém	56
Gráfico 2 – Evolução da área cultivada com os principais produtos agrícolas de Belterra	65
Gráfico 3 – Pirâmide etária da comunidade Prata	91
Gráfico 4 – Pirâmide etária da comunidade Fé em Deus	91
Gráfico 5 – Pirâmide etária da comunidade Açaizal	91
Gráfico 6 – Pirâmide etária da comunidade São Raimundo	91
Gráfico 7 – Pirâmide etária da comunidade do Eixo Fé em Deus – Prata	91

MAPAS

Mapa 1 – Localização das comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata	43
Mapa 2 – Hidrovia do Amazonas	50
Mapa 3 – Recorte do Mapa Etno-Histórico do Brasil	84

TABELAS

Tabela 1 – População do Eixo por local de origem	73
Tabela 2 – Migração cearense por temporada	74
Tabela 3– Doutrina religiosa por comunidade	83
Tabela 4: Dados demográficos e reprodutivos da população do Eixo Fé em Deus – Prata	88
Tabela 5 – Proporção do número de famílias por casas de farinha	100

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
CDP – Companhia Docas do Pará
CELAM – Conferência Episcopal Latino-Americana
CFRB - Casa Familiar Rural de Belterra
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EIA – Estudo de Impactos Ambientais
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FLONA – Floresta Nacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IFRR – Instituto Federal de Roraima
ISA – Instituto Socioambiental
MCH – Micro Central Hidrelétrica
ONG – Organização Não-Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Plano de Integração Nacional
PMS – Prefeitura Municipal de Santarém
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RIMA – Relatório de Impactos Ambientais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTRS - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TPI – Terra preta de índio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A PESQUISA DE CAMPO	17
2.1 ANTECEDENTES	19
2.2 A VIAGEM	22
2.3 A COLETA DE DADOS	26
2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	36
3 COMUNIDADES DO EIXO FÉ EM DEUS – PRATA.....	39
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA	41
3.2 CIDADES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE O EIXO.....	49
3.2.1 Santarém	49
3.2.1.1 O avanço da soja na região de Santarém.....	53
3.2.1.2 A Cargill	57
3.2.1.3 O agronegócio	60
3.2.2 Belterra	62
4 A FORMAÇÃO DOS POVOADOS.....	67
5 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS	87
5.1 A ECONOMIA LOCAL.....	96
5.1.1 Descrição do processo para fabricação de farinha	100
6 A RESISTÊNCIA.....	115
6.1 O INÍCIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO	115
6.1.1 Principais projetos desenvolvidos pelos moradores do Eixo.....	130
6.2 COMUNIDADES QUE DESAPARECERAM.....	134
6.3 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS CAMPO - CIDADE	137
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	145
INTERLOCUTORES	153
ANEXOS	155
A – Mapa da Organização Municipal de Belterra	155
B – Modelo dos questionários aplicados	156
C – Organização de dados dos pais.....	161
D – Organização de dados dos filhos.....	162
E – Produção Agrícola Municipal de Santarém	163
F – Produção Agrícola Municipal de Belterra	165

1 INTRODUÇÃO

A região de Açaizal do Prata, foco deste estudo, abrange atualmente um conjunto de quatro comunidades denominadas Fé em Deus, São Raimundo, Açaizal e Prata. Esta área pertence ao município de Belterra, situada à mesoregião Baixo Amazonas e à microrregião de Santarém localizada no Oeste do estado do Pará.

Em um passado recente, fizeram parte também desta localidade outros povoados que com o passar do tempo, devido a vários fatores, foram perdendo moradores até o seu total desaparecimento.

O povoamento da região de Açaizal do Prata se deu em decorrência da migração nordestina, mais especificamente de cearenses para essa localidade. Os nativos do lugar, embora em menor quantidade, somaram esforços junto aos migrantes recém chegados para a estruturação do lugar.

A região de Santarém devido ao seu posicionamento estratégico, entre outras facilidades, representa um dos eixos de expansão do agronegócio em direção à Amazônia. Com isto, a partir do ano de 2002 entrou em cena outro tipo de migrante, os sojicultores. Eles vieram das regiões Sul e Centro-Oeste do país em busca de áreas agricultáveis para o plantio da soja. Devido a esta procura, houve uma rápida valorização do mercado de terras na região. Pequenos agricultores que viviam da agricultura de subsistência, diante da oferta financeira venderam suas posses, indo procurar terrenos em regiões mais afastadas ou se mudaram para a periferia de cidades maiores como Santarém. De imediato duas situações visíveis ocorreram: uma de ordem física e outra de natureza socioeconômica. Espaços anteriormente ocupados por diversos povoados cederam lugar a extensas plantações mecanizadas de soja, milho ou arroz. No âmbito social houve um desagregamento de laços comunitários que ocorriam entre os diversos povoados. Ao mesmo tempo, a chegada da agricultura tecnificada inviabilizou os pequenos cultivos de arroz, feijão e milho mantidos pelos habitantes locais.

Não obstante, contrariando à lógica capitalista, a maioria dos moradores da região de Açaizal do Prata se mantiveram firmes na intenção de continuarem vivendo nessa localidade. Essa decisão evitou o desaparecimento desses povoados, sendo que dois deles estão em expansão. A principal atividade socioeconômica do local é pautada no cultivo da mandioca para a produção de farinha.

Algumas características diferem esta localidade das demais. Destacam-se a facilidade de mobilização em busca de projetos que beneficie a todos. Devido a isso implantaram com recursos próprios o sistema de energia elétrica que supre as comunidades da região. Além disso, através de parcerias conseguiram a implantação de uma escola técnica em agricultura, evitando a saída de seus filhos para outras cidades em busca de qualificação profissional. Foi nessa mesma região também que se iniciaram as primeiras associações de pequenos agricultores e discussões que originaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que posteriormente se transformou no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

O objetivo da pesquisa é identificar os fatores que permitiram os habitantes da região de Açaizal do Prata em permanecer em suas terras, e ao mesmo tempo suscitar elementos capazes de explicar o desaparecimento das comunidades que não conseguiram resistir. Com isso, buscaram-se respostas de algumas questões. Quais os motivos que levaram esses moradores a resistir, enquanto comunidades próximas sucumbiram? Os sojicultores foram os responsáveis pelo desaparecimento dos povoados adjacentes a esta área? E por fim, de onde vinha a capacidade de organização e articulação desses moradores em torno de projetos comuns?

Para tal intuito, esta pesquisa foi subsidiada pelas informações coletadas durante o trabalho de campo, utilizando-se como método de pesquisa a observação participante.

Este estudo foi estruturado em sete capítulos. Em todos eles se procurou associar as questões práticas decorrentes do trabalho de campo com os referenciais teóricos que fundamentaram a pesquisa.

Nesse sentido, no capítulo 2, descreveu-se a metodologia utilizada neste estudo, destacando a importância da etnografia como método para o trabalho de campo, sem contudo, criticar outras metodologias de pesquisa.

Em favor disso se destacou três pontos fundamentais que permearam as reflexões presentes neste capítulo e que influenciaram o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente se realçou a importância do *estar lá*, frase na qual Roberto Cardoso de Oliveira (2006) citou Clifford Geertz, concebendo a importância de presenciar ou até mesmo participar das diversas situações que envolvem o objeto de estudo na localidade de suas ocorrências. Esse primeiro tema merece atenção, pois o *estar lá* mudou completamente as diretrizes deste estudo. Outra questão

evidenciada durante os trabalhos de campo foi a oportunidade de se poder refletir e reconsiderar todas aquelas teorias discutidas em sala de aula, seja na graduação, Especialização ou Mestrado, confrontando-as com as práticas vivenciadas em campo. E por fim, as preocupações com manuais capazes de capacitar teoricamente o pesquisador de forma a prever todos os passos a serem seguidos durante a pesquisa de campo. No entanto, o que se viu foi que não existem metodologias únicas e muito menos livros que devem ser seguidos rigorosamente, comparado a um padrão canônico nos dizeres de Bourdieu (1997) e que a receita para se colher bons resultados em campo, além de o pesquisador estar bem preparado teoricamente, vários outros fatores irão concorrer para isso, conforme alertou Peirano (1992).

Incluem ainda neste capítulo os motivos que levaram o autor da pesquisa a desenvolver tal tema, assim como os motivos que ocasionaram o redirecionamento da pesquisa.

O terceiro capítulo se inicia com a discussão em torno do sentido de comunidade, termo usado indiscriminadamente, porém que guarda uma ideologia e dependendo do caso, poderá ser usado como forma de controle por determinadas agências, como nos advertiu Alfredo Wagner (2008). No entanto para Bauman (2003) comunidade é “coisa boa” (p. 07), relacionando-a a segurança e proteção. Todo esse debate em torno do significado que se pretendeu dar ao termo *comunidade* está associado diretamente à resistência que os moradores da região de Açaizal do Prata empreenderam contra as diversas forças opressoras. Posteriormente, delimita-se a área física do estudo, passando a caracterizá-la através das observações, imagens dos locais e mapas de localização.

Apesar da região de Açaizal do Prata estar dentro dos domínios do município de Belterra, não se pode desprezar a influência que a cidade de Santarém exerce sobre estas comunidades. Devido a isso, reservou-se espaço para considerar tal alcance.

No capítulo 4, veremos que o povoamento da região está relacionado diretamente à migração nordestina rumo à Amazônia. Porém não se desconsiderou a importância dos moradores nativos para este processo.

Embora os moradores destes povoados se reconhecerem como pequenos produtores rurais, sem distinção de grupos sociais, embalou-se no início da seção uma discussão em torno das categorias caboclos e neocamponeses, conforme

designação atribuída a Adams, Murrieta e Neves (2006). Colaboraram com esse debate, Brondízio (2006) e Harris (2006).

Os fundamentos dos fluxos migratórios contaram com as reflexões de Souza (1980), Benchimol (2009) e Loureiro (2008) entre outros. Na análise da migração se utilizou tabelas formuladas a partir das informações contidas nos questionários. Com a ajuda dessas ferramentas foi possível levantar algumas características desses deslocamentos. Nesse caso os dados revelaram que entre os migrantes nordestinos, os cearenses se destacaram quanto à quantidade de pessoas que se fixaram na região de Açaizal do Prata.

O capítulo traz ainda as disputas sobre áreas de influência envolvendo a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as quais foram incisivas na configuração espacial da região. Os estudos de Harris (2006) que contemplou a religiosidade de pequenos agricultores em outra região do Pará enriqueceram a discussão em torno desse assunto. Porém a questão voltou a tona no capítulo 6, onde as considerações de Leonildes Medeiros (2012) e Moacir Palmeira (1985; 1989) aprofundaram o tema.

As abordagens do capítulo 5 se fundamentaram nas percepções do autor da pesquisa coadjuvado pela estatística aplicada. Nesta seção são expostos e explorados os dados sociais, demográficos e econômicos dos moradores da região. Para não se prender a simples apresentações quantitativas de dados, procurou-se imprimir subjetividades a essas informações. Com o objetivo de comparação dos dados levantados nos povoados do Açaizal do Prata com as demais regiões, adotou-se os critérios e metodologias do IBGE. Porém quando o padrão desse Instituto não refletia a realidade local, procurou-se ajustá-lo, trazendo-o o mais próximo possível do contexto do lugar.

Informações colhidas como tamanho da população por faixa etária e gênero, número de filhos por família possibilitaram a construção de Pirâmides etárias. Esse tipo de ferramenta proporcionou diversos subsídios, dentre os quais se destacaram a proporção entre os sexos e índice de fecundidade. De acordo com Moran (1990) a Pirâmide etária contribui para a reconstituição histórica de um povo. Para o IBGE (2012) o índice de fecundidade “é a principal componente demográfica relacionada à estrutura etária da população” (p. 29), pois reflete as transformações da sociedade brasileira nos últimos anos.

A principal atividade econômica da região de Açaizal do Prata é baseada no cultivo da mandioca para a produção de farinha. Observou-se durante o trabalho de campo que essa atividade suplanta o econômico. Pois de acordo com Sá (1984), em uma economia de subsistência, a atividade econômica passa a existir em função de outras estruturas não associadas ao econômico, como as redes relacionais de parentesco, compadrio e vizinhança. Portanto para ela, são esses pactos de solidariedade que determinam todos os aspectos da existência cultural, social e econômica de pequenos produtores rurais.

O último capítulo discorreu sobre o início dos movimentos sociais da região, o qual pode estar relacionado à capacidade de organização e articulação dos moradores da região do Açaizal do Prata.

Nesta seção Moacir Palmeira (1989) complementou as reflexões iniciadas no capítulo 4 sobre as influências da Igreja e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais frente à questão agrária brasileira.

O final do capítulo traz os resultados do Censo 2010 referente aos deslocamentos populacionais da zona rural em direção às cidades. Diante das mudanças reveladas por estes índices, inferem-se reflexões que influenciaram tal resultado.

2 A PESQUISA DE CAMPO

As percepções deste estudo foram subsidiadas pelas informações coletadas durante o trabalho de campo, utilizando-se como método de pesquisa a observação participante.

De acordo com Cardoso de Oliveira (2007), a observação participante é a principal característica do trabalho de campo, representando uma das marcas da Antropologia. Seus argumentos se basearam preliminarmente pelo fato do antropólogo conviver por certo período de tempo com o grupo estudado, sendo que essa experiência irá influenciar sua visão de mundo e conseqüentemente a apreensão do objeto estudado. Enfatizou ainda que através desse tipo de ferramenta “o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade” (p. 34). Finalizou seu raciocínio fundamentado por Clifford Geertz, para o qual, tal procedimento terá papel fundamental na preparação do texto, pois é no gabinete que se inicia “o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados ‘estando lá’” (p. 25).

Segundo DaMatta (1987) a base do trabalho de campo como técnica de pesquisa é uma forma de procurar novas informações através da comunicação direta entre o pesquisador capacitado teoricamente e o seu objeto de trabalho. Complementou ainda que desse contato poderá surgir diversos questionamentos e demandas através dos quais a Antropologia se sustenta, pois, é partindo das contradições que a disciplina tem colaborado com outras áreas do conhecimento, principalmente as que envolvem as ciências sociais. Alinhada ao mesmo raciocínio, Peirano (1992) acrescentou que

[...] o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo e ii) a observação entre os nativos que estuda (p. 08).

Todavia essa autora discorre que toda etnografia deve disponibilizar a maior quantidade de informações possíveis, de modo a continuamente suportar outros exames dos dados coletados, pois desta forma, surgirá sempre a ocorrência de novos vestígios, cujos elementos são capazes de exprimir muito mais que seu próprio autor possa expressar, suscitando assim variados pontos de vista. Isso é o

mesmo que Geertz (1989) citando Ryle chamou de uma descrição densa. Como exemplo no Brasil, desse tipo de trabalho, Peirano (1992) mencionou os diários de campo de Darcy Ribeiro que resistiu “a todas as teorias que ele propôs, no seu entender, exatamente para serem refutadas” (p. 14). Com isso, em sua concepção tanto Darcy como outros etnógrafos de renome reproduziram Fraser, quando o mesmo ressaltou a perpetuidade das informações etnográficas em oposição à marca transitória das conquistas teóricas.

Não obstante, é necessário esclarecer que para vários estudiosos do assunto, não existem fórmulas exatas e objetivas que deve ser seguidas rigorosamente pelo pesquisador em seu trabalho de campo. Com referência a esse assunto, Bourdieu (1997) vai além e tece uma ferrenha crítica aos numerosos livros de metodologia que versam a respeito das técnicas de pesquisa de campo. Para ele, por mais importante

[...] que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer ‘sem o saber’, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos que são frequentemente decorrentes, como o ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos as sutilezas quase infinitas das estratégias que os agentes sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência (p. 693).

Em certo grau, Peirano (1992), compartilha com essa ideia. Para ela, não existe regras gerais onde se incluem normas especiais na pesquisa de campo, ainda que existam certos hábitos corriqueiros. No entanto, conforme a mesma autora, na Antropologia, a investigação é subordinada a vários elementos, dentre os quais, além da prática do pesquisador, destacam-se

[...] as opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados (p. 09).

Diante disso é possível afirmar que não existe metodologia única a ser utilizada durante a pesquisa de campo. Basta lembrar que na maioria das vezes, o trabalho de campo se fundamenta no relacionamento entre pessoas, cujas situações nem sempre podem ser controladas. Dito de outra forma, nenhum manual é capaz de prever com certeza as ocorrências em campo, principalmente a reação das pessoas diante de eventos inesperados. Haverá momentos em que o pesquisador

deverá se desvencilhar dos aportes teóricos-metodológicos. Uma informação poderá levar a outras que dependendo do contexto poderá fazer com que as investigações tomem novos rumos alterando os resultados esperados. Exemplo prático disso foi a alteração do direcionamento deste estudo no decorrer da pesquisa de campo.

2.1 ANTECEDENTES

Há aproximadamente quatro anos, fiquei sabendo de uma história¹ contada por um morador da região de Santarém, no estado do Pará, que naquela localidade existe uma comunidade rural diferente das demais. Tal distinção se consiste na resistência que os moradores da comunidade Açaizal do Prata empreendem contra o avanço da soja sobre seus territórios. Com isso, o povoado se tornou uma espécie de ilha cercada pelas lavouras da citada cultura.

Desde então, meus pensamentos fluíram em direção a aquele lugar, suscitando diversos questionamentos. Imaginou-se durante este tempo como seria esta comunidade? Quem seriam estes habitantes que destinaram parte da renda proveniente do plantio de mandioca com o fim de financiar obras de infraestrutura em sua comunidade pelo simples fato de os ordenadores de política pública terem falhado nesta tarefa? De onde vinha aquela capacidade de organização e articulação usada a favor de resolver problemas conjuntos? E principalmente, quais os motivos das outras comunidades vizinhas não terem seguido esse mesmo caminho?

De acordo com Antônio Nazareno, morador da mencionada região e informante da narrativa, a resposta estava visível. Para ele, a falta de energia elétrica como infraestrutura básica é o principal fator que influencia os pequenos produtores rurais na decisão de vender suas terras. Conforme seu raciocínio, a eletricidade ajuda a fixar o homem ao campo, pois traz diversos benefícios, como: água gelada, conservação de alimentos, bombeamento de água, iluminação, lazer, informação e ampliação da educação através de cursos noturnos. Portanto, conforme o pensamento de Nazareno, sem possibilidade de acesso a esses benefícios, os moradores locais se tornam presa fácil diante do dinheiro ofertado por suas terras por médios e grandes produtores rurais.

¹ Esta história foi contada ao autor desta pesquisa pelo Sr. Antônio Nazareno Almada de Sousa em dezembro de 2009, quando o mesmo esteve em Boa Vista – RR a convite da Secretaria Estadual do Índio para demonstração de sistemas alternativos de geração de eletricidade para comunidades de difícil acesso. Nazareno, como todos o chamam, é natural da região de Santarém.

Dando continuidade às informações do Nazareno, contrários a isso, os moradores da comunidade de Açaizal resolveram romper com esse paradigma e resistir à lógica capitalista do avanço da soja sobre seus territórios. Segundo ele, o problema principal havia sido identificado, ou seja, a falta de energia elétrica em suas casas. Mas como resolvê-lo? Quais as alternativas possíveis? De acordo com a legislação do setor elétrico brasileiro, ANEEL (2012), o serviço público de eletricidade somente pode ser disponibilizado pelo poder público através das concessionárias de energia elétrica que podem ser públicas ou privadas, ou por meio de cooperativas de eletricidade ou produtores independentes, sendo estes serviços privados. Nisso o Estado, através do Programa Luz para Todos se omitiu e os outros agentes do setor elétrico não se interessaram em financiar tal empreitada. Esta negativa considerou os elevados valores de implantação em relação ao baixo retorno financeiro.

Abandonados pelos governos², os moradores da comunidade do Açaizal decidiram resolver esse problema com recursos próprios. Na primeira tentativa para solucionar a dificuldade foi aventada a possibilidade de se aproveitar a energia solar. Porém, o orçamento das placas solares fotovoltaicas que seriam utilizadas para captar e transformar a energia solar em eletricidade ficou muito acima do que os comunitários poderiam pagar. Acrescenta-se a isso, que o orçamento dos equipamentos previa somente o uso da energia elétrica para televisão, iluminação e rádio. Mas, além dessas necessidades, os moradores da comunidade precisavam da eletricidade para geladeira, bomba de puxar água, enfim a maioria das facilidades que a energia elétrica pudesse lhes proporcionar. Portanto, descartaram tal alternativa.

Empreenderam novas buscas, e nesta empreitada ouviram falar de uma comunidade um pouco distante, porém na mesma região, onde um morador local, autodidata em sistemas alternativos de eletricidade, havia construído uma micro central hidrelétrica com turbinas artesanais, desenvolvidas por ele mesmo, conseguindo desta forma, suprir a demanda de energia elétrica nesta comunidade. Com isso, um grupo de moradores de Açaizal fez contato com essa pessoa para ajudar na solução do problema.

² Municipal, estadual e federal.

Em visita à comunidade de Açaizal, entre as alternativas apontadas pelo mencionado inovador constava aproveitar o pequeno potencial hidroenergético disponível em um igarapé próximo ao citado povoado e implantar uma MCH para gerar eletricidade em benefício de seus moradores.

Na reunião entre os moradores da comunidade e o visitante foram discutidos vários assuntos, dentre estes: os possíveis impactos ambientais, custos de implantação, operação e manutenção. Pois, mesmo sendo um empreendimento de pequeno porte, utilizando equipamentos fabricados em tornearias da região e mão de obra da própria comunidade, esta construção demandaria recursos financeiros que estavam além de suas possibilidades. A estratégia utilizada para consolidar os anseios desta população se iniciou com o estabelecimento de uma pequena associação informal dos moradores com o intuito de organizar a arrecadação do montante financeiro necessário para arcar com os custos da implantação de tal empreendimento.

De acordo com o planejamento da Associação de Moradores de Açaizal, os sócios levariam cerca de um ano para a acumulação do valor orçado. Durante o tempo estipulado cada morador contribuiu com parte da renda destinada a sua subsistência que é pautada no cultivo tradicional de mandioca para produção artesanal de farinha. Ao final do prazo médio determinado, conseguiram arrecadar o dinheiro necessário e contrataram o inventor regional para a implantação da micro central hidrelétrica. A mão de obra estrutural foi prestada pelos moradores da própria comunidade. Com isso, conseguiram prover a localidade com a eletricidade proveniente de fonte limpa e renovável com baixo impacto ambiental.

O intuito dos moradores locais foi satisfeito. Ao criarem uma infraestrutura básica na comunidade, as famílias resistiram às ofertas financeiras dos sojicultores com fim de se apropriar de seus terrenos, evitando dessa forma, o avanço dessa monocultura sobre seus territórios.

Resumidamente esses foram os fatos narrados pelo informante. Contudo, tinha-se uma história, um problema e uma hipótese para ele. Ou dito de outra forma, poder-se-ia simplesmente afirmar que a implantação do projeto de eletricidade pela população local impediu o esvaziamento e futuro desaparecimento da comunidade que daria lugar à monocultura da soja.

Não obstante, a fim de complementar alguns elementos dessa história era necessário se dirigir à citada localidade. Tal oportunidade surgiu, tornando-se indispensável no momento em que essas questões viraram tema desta pesquisa.

2.2 A VIAGEM

A viagem com o intuito de iniciar o trabalho de campo teve duração de dezesseis dias³. Porém a partir daí, a pesquisa tomou novos rumos. Apesar dos fatos narrados terem consistência se consideradas algumas ressalvas, a hipótese aventada sofreria mudanças significativas. De acordo com as primeiras percepções obtidas *in loco*, a eletricidade não foi o elemento principal que permitiu a resistência e a soja significou apenas um símbolo da ocupação.

Por se tratar de uma experiência pessoal, quando sentir que a impessoalidade usada em certas expressões possa prejudicar o entendimento do contexto, recorrer-se-á a primeira pessoa do singular. Com referência a esse assunto, Cardoso de Oliveira (2006) entendeu que

[...] o fato de se escrever na primeira pessoa do singular - [...] não significa, necessariamente, que o texto deva ser intimista. Deve significar, simplesmente – e quanto a isso creio que todos os pesquisadores podem estar de acordo -, que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*. É claro que sempre haverá situações em que esse *nós* pode ou deve ser evocado pelo autor (p. 30, grifo do autor).

O ponto de partida para o início do trabalho de campo⁴ foi a cidade de Santarém, onde atualmente mora o informante dos acontecimentos relatados. Após a chegada, procurei o referido contato para que o mesmo me conduzisse à comunidade Açaizal. Devido à impossibilidade de se deslocar ao citado povoado por motivo de trabalho, solicitou a um colaborador⁵, para realizar a tarefa. A saída foi efetivada no dia seguinte. A finalidade da primeira visita era obter uma visão geral da comunidade, conhecer os líderes locais, falar das proposições do estudo e arranjar local para hospedagem, já que a localidade não possui hotel, pensão ou algo similar.

Logo no início a primeira surpresa. A região que empreendeu a resistência contra os sojeiros é composta por quatro comunidades e não apenas uma, conforme

³ Entre os dias 15 a 31 de agosto de 2012.

⁴ O autor da pesquisa reside em Boa Vista – RR.

⁵ Sr. Eleazar Brait.

informações preliminares. Estas comunidades são Fé em Deus, São Raimundo, Açaizal e Prata.

Conforme planejamento prévio, a primeira visita realizada foi a um líder político e religioso⁶ da comunidade São Raimundo. Essa pessoa foi uma das responsáveis em reunir e articular os moradores em torno do projeto implantado. Posteriormente às apresentações, foi exposto o motivo da visita, assim como a necessidade de ficar na região por um determinado período com o fim de colher dados para a pesquisa.

Nisto, ao ser questionado sobre prováveis locais de alojamento, esse mesmo comunitário se prontificou em me receber. Neste primeiro momento, ainda foi possível ouvir breves relatos sobre a região em estudo. Após a conversa, retornei a Santarém para fazer uma adequação do planejamento da pesquisa de campo, pois agora, tinha-se pelo menos um panorama do lugar. Com isso, foi acertado que voltaria à comunidade em dois dias, fato que foi concretizado.

Os ajustes no planejamento do trabalho de campo se fizeram necessários devido às novas informações obtidas na primeira visita. Esta adaptação previa principalmente reformulação das perguntas dos questionários, assim como providenciar maior número de cópias dos mesmos.

Em Santarém foi providenciado viveres para auxiliar nas despesas. Não que a família onde fiquei precisasse ou solicitasse, porém essa foi uma forma mínima de retribuição. Pois seria uma pessoa a mais a ser alimentada e os mantimentos utilizados para a sobrevivência da família são adquiridos através da força do trabalho braçal de todos os membros dela.

No retorno ao povoado, desta vez, era primordial me fazer acompanhar pelo informante inicial, já que foi através dele que obtive os primeiros subsídios sobre os acontecimentos ocorridos na região. Outro fator de extrema importância pelo apreço de sua companhia é o fato do mesmo ter nascido nessa localidade, ser respeitado e ter uma relação de quase compadrio com meu anfitrião. Além disso, ele também me conhecia a certo tempo e era o elo de ligação entre eu e os moradores do local. Sabe-se que a questão da confiança é componente primordial no momento de se estabelecer relações sociais sob qualquer pretexto.

⁶ Sr. José Ednardo de Sousa, apelidado de *Peba*.

Assim que o Nazareno retornou a Santarém, deixando-me no povoado com meus anfitriões, ficamos todos nós um pouco sem jeito, sem saber o que dizer ou fazer. A família que me recebeu é composta pelo marido, quarenta e dois anos; sua esposa, trinta e oito anos; duas filhas, uma de oito e outra de dez e um filho de dezessete anos. Como a casa é pequena e os outros cômodos estando ocupados, minha rede foi armada na sala.

No apagar das luzes em minha primeira noite na comunidade, o sono demorou a chegar, creio que gerado principalmente pela insegurança e expectativa do *estar em campo*. Enquanto isto, fiquei pensando na boa vontade que aquela família recebia um estranho em seu lar. Senti-me pior ainda no outro dia, quando o homem da casa saiu bem cedo para ir serrar madeira na mata, deixando-me sozinho com o restante da família.

Já na primeira noite, compreendi que a labuta naquela localidade se inicia bem cedo, em torno de duas horas da madrugada. Isso foi fácil perceber, pois conforme dito, dormia na sala, a qual dá acesso direto à rua do povoado e aliado à dificuldade de dormir em rede, o sono se torna leve, favorecendo perceber todos os acontecimentos à minha volta.

Assim que amanheceu o dia foi possível entender o motivo daquela mobilização que se principiava tão cedo. Bem em frente à casa que fiquei abrigado está instalada uma casa de farinha, cujo objetivo é transformar a mandioca ou macaxeira em farinha. Dirigindo-se a aquele local por volta de oito horas da manhã foi observado que os trabalhos envolvidos na fabricação de farinha já estavam em pleno vapor. No entanto a lida havia começado por volta de duas horas da manhã com as carroças puxadas por boi se deslocando aos roçados para buscar mandioca, transportando-as até o local do processamento. Essa tinha sido a movimentação percebida naquela madrugada.

Aquele dia foi dedicado a observar e descrever as etapas da produção de farinha. Permaneci ali o dia todo ouvindo as conversas, às vezes se metendo nela, perguntando, anotando, fotografando e refletindo as riquezas das manifestações culturais e sociais que se dão naquele pequeno recinto. E quanto a isso, logo surge um questionamento. Será a casa de farinha um elemento importante na manutenção e fortalecimento das relações sociais entre os moradores? Para tanto, a casa de farinha foi tratada com destaque em subseção própria dentro desta pesquisa.

Ao entardecer, de volta à casa onde estava acomodado, enquanto aguardava o líder familiar retornar do trabalho, imaginei como encontrar a pessoa certa para ajudar na aplicação dos questionários, pois a pretensão era atingir o maior número possível de residências e conseqüentemente moradores. Essa não foi uma tarefa fácil. Na comunidade praticamente todos têm seus trabalhos rotineiros, seja na roça, na casa de farinha ou nos afazeres domésticos. As qualidades desejadas eram um indivíduo com certo grau de instrução, conhecimento da comunidade e que tivesse boas relações com a maioria das famílias e ainda fosse capaz de entender os objetivos de cada pergunta do questionário.

Assim que o dono da casa chegou do trabalho, expus a dificuldade em encontrar uma pessoa com o perfil apropriado para ajudar na aplicação dos questionários. Dentre as várias pessoas aventadas por ele, destacou-se uma candidata⁷, a qual foi logo convidada para uma conversa. Neste diálogo foram expostas as finalidades do trabalho e as devidas averiguações com respeito à pretendente atender ou não aos pré-requisitos desejados, assim como disponibilidade de tempo para breve treinamento e posterior execução da tarefa. O colóquio foi positivo. Em favor disso foi acordada sua colaboração na pesquisa. O treinamento foi realizado no dia seguinte.

A capacitação constou basicamente de uma exposição detalhada sobre os fins da pesquisa; familiarização com cada pergunta do questionário; intenção das mesmas; formas de abordagem com os entrevistados, de modo a deixar claro a eles os motivos de tal arguição. Terminado as explicações, acompanhei a estagiária nas primeiras entrevistas e assim que senti segurança, a citada colaboradora passou a aplicar os questionários sem minha companhia. Porém toda noite nos reuníamos na casa onde estava hospedado para verificar o andamento dos afazeres, fazer alguns questionamentos a respeito do mesmo e principalmente saber a percepção das pessoas em relação a minha presença no povoado.

A contratação de uma auxiliar de pesquisa foi uma decisão de última hora. O planejamento inicial não previu tal situação. No entanto, esta disposição se mostrou extremamente útil. Como ela é da região os moradores se sentiram a vontade para expressar suas suspeitas em relação a um forasteiro querendo informações sobre a vida dos moradores daquela localidade.

⁷ Sra. Viviane de Oliveira Sousa é moradora da comunidade São Raimundo.

A figura 1 retrata a rotina da estagiária já capacitada para o exercício da atividade.

Figura 1 – Aplicação de questionário



Foto: Youssef Filho, 2012.

Estagiária aplicando questionário a uma moradora da comunidade São Raimundo.

Notou-se que com o passar dos dias, as entrevistas se tornavam cada vez mais espontâneas, pois os moradores iam se acostumando com minha presença na comunidade, já não me olhavam com aquela costumeira desconfiança. A insegurança dos primeiros dias havia passado. As relações pessoais, assim como o conhecimento de fatos pitorescos se ampliavam a cada dia. Frequentava-se cultos religiosos e outros eventos.

2.3 A COLETA DE DADOS

Conforme Barbeta (2002), para se conhecer certas particularidades de uma população, torna-se indispensável colher informações destes ambientes. Para esse autor população “é o conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que são passíveis de serem observados” (p.13). Portanto, para esta pesquisa, o significado de população são todos os moradores da área alvo da pesquisa. Segundo a mesma referência, esta etapa do estudo necessita de um planejamento rígido “para que os dados a serem levantados forneçam informações relevantes, em

termos dos objetivos da pesquisa” (p. 13). No entanto, há que se levar em consideração o tratamento que será dispensado aos elementos colhidos. Conforme Chizzotti (2005), os subsídios coletados em campo não podem ser tratados como episódios isolados ou eventos estáveis captados no momento da observação. Eles são dinâmicos e

[...] se dão em um contexto fluente de relações: são ‘fenômenos’ que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. (CHIZZOTTI, 2005, p. 84).

Para tanto foram utilizadas diversas técnicas nesta pesquisa de campo, cada qual com seu objetivo específico. Dentre elas, destaca-se a observação participante. Nesta técnica de estudo, o

[...] observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Encabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, 1999, p. 47).

A coleta de dados para esta pesquisa contou com a ajuda de duas outras ferramentas principais, a aplicação de questionários e entrevistas.

Os questionários, conforme o anexo B, constaram de perguntas formuladas de maneira a se conseguir variadas informações sociodemográficas e econômicas. Com isso, preliminarmente, obteve-se os dados da parte, representada por cada família, possibilitando desta forma, a constituição do todo, refletida pela comunidade e/ou região. Dos questionários cujas perguntas eram de caráter tanto quantitativos como qualitativos foi possível extrair informações utilizadas na edição de tabelas e gráficos que contribuíram para demonstrar o perfil dos moradores da região. Para isso, as perguntas foram direcionadas à faixa etária da população, escolaridade dos pais e filhos, crença religiosa, local de nascimento, últimas procedências, data da chegada à região, atividade econômica, divisão social e sexual do trabalho, entre outras. Esses dados coletados em campo proporcionaram a composição de tabelas detalhando o tamanho da população, sua distribuição espacial, proporção de gênero, taxa de fecundidade, migração, religião e escolaridade dos habitantes.

Relacionado a informações quantitativas e qualitativas, Barbetta (2002) explicou que “quando os possíveis resultados de uma variável são números de certa

escala, podemos dizer que esta variável é quantitativa” (p. 28). Para Chizzoti (2005), a variável é dita qualitativa, quando os dados colhidos se fundamentam “nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos” (p. 52).

Mitchell (1987) acrescentou uma questão importante que se poderia acrescentar não somente aos dados quantitativos, mas também aos qualitativos. Pois para ele,

[...] de modo geral, o antropólogo social necessita coletar seu próprio material quantitativo, pois só ele é capaz de dizer que categorias de dados poderiam ser úteis para a sua análise. Porém, isto não significa que deixará de utilizar-se das estatísticas oficiais existentes. [...] Neste sentido as estatísticas oficiais podem fornecer informações úteis, e muitas vezes essenciais, que funcionam como um pano de fundo para o antropólogo social. Mas é quase inevitável que ele mesmo sinta a necessidade de coletar o material de que precisa para a sua análise (pag. 90).

Realmente a questão levantada por Mitchell (1987) é de suma importância. Nesta pesquisa tal situação se evidenciou em todas as fases do trabalho de campo, o qual se iniciou com a coleta das informações, posterior organização e por fim as reflexões referentes. Neste processo, quando o pesquisador obtém seus próprios dados, além da confiabilidade, institui-se uma familiaridade com os mesmos. Isso contribuiu para uma melhor exploração e conseqüente exposição dos dados, seja em forma de tabelas ou gráficos, permitindo dessa forma a melhor adequação dessas informações aos objetivos da pesquisa. Assim, esse tratamento dispensado aos dados colhidos em campo, agora analisados fora dele sempre acabam por suscitar novos questionamentos.

Sabe-se que vários pesquisadores frequentemente têm questionado as informações fornecidas pelos órgãos oficiais de estatísticas, diga-se IBGE, porém não há como ignorá-las por completo.

Para a aplicação dos questionários, dirigíamo-nos⁸ à casa de cada família. Para efeito estatístico nesta parte da pesquisa, considerou-se como família a mesma designação que o IBGE (2011) dispensou às unidades domésticas no domicílio particular classificadas em duas espécies. Unipessoal, quando formada unicamente por um indivíduo; e

⁸ Dependendo do momento, os questionários foram aplicados pelo autor da pesquisa juntamente com a estagiária contratada, porém, na maioria das vezes, os questionários foram aplicados somente pela estagiária.

[...] nuclear - quando constituída somente por: um casal; um casal com filho[s] [por consanguinidade, adoção ou de criação] ou enteado[s]; uma pessoa [homem ou mulher] com filho[s] [por consanguinidade, adoção ou de criação] ou enteados], independentemente da pessoa que foi indicada como responsável pelo domicílio (IBGE, 2011, p. 33-34).

Desse modo, as perguntas foram direcionadas a qualquer um dos cônjuges⁹ que estivessem em casa na hora da visitação. Os questionários foram aplicados a praticamente todos os moradores. A exceção se deu com uma família da comunidade Açaizal que se recusou a responder o questionário e outras quatro que não foram encontradas, sendo duas de Açaizal e duas da comunidade Prata. Porém seus dados quantitativos foram incluídos na pesquisa através de informações obtidas com terceiros.

A outra ferramenta, as entrevistas¹⁰, que às vezes foram aplicadas de modo dirigido¹¹ e em outros momentos, dependendo do desdobramento das mesmas, tornava-se não-diretivas. Em realidade, na maioria das vezes as entrevistas dirigidas se iniciavam em forma de perguntas e respostas. No entanto, percebi que os entrevistados sempre tinham muito mais a falar e melhor, estavam dispostos a conversar. Aproveitando-se disso, inevitavelmente essas declarações sempre se transformavam em diálogos, onde o entrevistado ficava livre para expor o que desejasse. Porém, sempre tomando cuidado para o assunto não se desviar do foco.

De acordo com Ferreira e Amado (1998) a investigação com fontes orais se fundamenta em pontos de vista individuais expressados nas entrevistas, nas quais são agregados subsídios e expectativas pouco frequentes em outras metodologias. Para essas autoras, na história oral os documentos são materializados através das entrevistas, as quais são dotadas de uma característica particular:

[...] são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação [...] (p. XIV).

⁹ Cônjuge ou companheiro [a] de sexo diferente - para a pessoa [homem ou mulher], de 10 anos ou mais de idade, que vivia conjugalmente com a pessoa responsável pela unidade domiciliar, sendo de sexo diferente, existindo ou não vínculo matrimonial (IBGE, 2011, p. 32).

¹⁰ Enquanto que os questionários poderiam ser aplicados tanto pelo autor da pesquisa quanto pela estagiária, as entrevistas foram conduzidas exclusivamente pelo autor da pesquisa.

¹¹ Para Chizzotti (2005) a entrevista dirigida é fundamentada em uma conversação previamente preparada com fim específico, enquanto que a entrevista não-diretiva se baseia em coletar informações através da fala livre do entrevistado.

Dando continuidade ao raciocínio da mesma referência, a qual afirmou que a utilização sistemática do depoimento verbal tem permitido à história oral a elucidação de trajetórias de vida, acontecimentos ou processos que muitas vezes não poderiam ser compreendidos de outra maneira, pois

[...] são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos [...] (p. XIV).

Essa menção merece reflexão, pois esse tipo de metodologia pode ajudar a nos desvencilhar das armadilhas que muitas vezes nos levam a privilegiar as versões oficiais contidas em livros que na maioria das vezes são as interpretações dos mais fortes, conforme sempre nos preveniu nossos professores¹². E assim dar eco à voz dos marginalizados que de outra forma não poderiam ser ouvidos.

Benchimol (2009), nos capítulos dedicados à importância dos migrantes na formação social da Amazônia se utilizou da tradição oral como procedimento de pesquisa. Para ele, esse método,

[...] é uma fonte de documentação real da história e possui uma força reveladora e mediadora impressionante. Os depoimentos e relatos da experiência, do saber e da inteligência popular são capazes de revelar a identidade pessoal, coletiva e social de agentes sujeitos às diferentes formas de convivência e conflito e às inúmeras maneiras de ser, sentir, pensar e imaginar (p. 206.)

Não obstante, conforme preveniu Venson e Pedro (2012), há de se tomar cuidado com a sugestão de que memória teria o poder de revelar o real, pois essa proposta já foi deixada para trás a algum tempo. Atualmente um exame “da memória implica considerar que as memórias são interpretações da experiência vivida, são datadas e podem ser historicizadas” (p. 132).

Contudo, pode-se afirmar que as entrevistas representaram o principal instrumento na coleta de dados para este estudo. Entretanto, da mesma forma que o ato de conduzir as entrevistas, as análises das respostas também foram cercadas de cuidados especiais, considerando que nem sempre os entrevistados estavam dispostos a expressar seus sentimentos, assim como as respostas que se achava o

¹² Desde a graduação em Ciências Sociais até o mestrado em Antropologia sempre fomos prevenidos pelos nossos professores dos perigos inerentes de tomar por verdadeira as versões oficiais da história, seja ela da humanidade ou local.

ideal, representavam o real da situação. Dois exemplos tirados de monografias clássicas ilustram tais situações.

O primeiro caso reflete as precauções de Malinowski (2003) em compreender os sentimentos dos moradores da sociedade Melanésia em relação à lei vigente, considerando uma série de implicações que estaria contida nas respostas. De acordo com ele, o entrevistado

[...] diz o que deveria fazer, apresenta o modelo da melhor conduta possível. Quando atua como informante de um antropólogo em campo, nada lhe custa descrever minuciosamente o Ideal da lei. Ele reserva para o comportamento na vida real os seus sentimentos, suas propensões, seus preconceitos, seu comodismo e também sua tolerância com as falhas dos outros. Ainda que realmente agisse assim, nem para si mesmo ele de bom grado admitiria que algum dia houvesse agido abaixo do padrão da lei. O outro lado, o código de conduta natural, impulsivo, as esquivas, as concessões e os usos não legais são revelados somente ao antropólogo em campo, que observa diretamente a vida do nativo, registra os fatos, vive tão próximo de seu material que pode compreender não apenas a língua e seu conteúdo, mas também os motivos ocultos do comportamento e a linha de conduta espontânea raramente formulada, se é que algum dia já o foi (p. 92).

O outro episódio clássico, reproduzido logo a seguir mostra a tentativa de Evans-Pritchard (2008) em obter informações através de uma conversa com um indivíduo pertencente ao povo que foi alvo de suas pesquisas.

Evans-Pritchard: Quem é você? **Cuol:** Um homem. **EP:** Como é seu nome? **Cuol:** Você quer saber meu nome? **EP:** Sim. **Cuol:** Você quer saber meu nome? **EP:** Sim, você veio me visitar em minha barraca e eu gostaria de saber quem é você. **Cuol:** Está certo. Eu sou Cuol. Como é seu nome? **EP:** Meu nome é Pritchard. **Cuol:** Qual é o nome de seu pai? **EP:** O nome de meu pai também é Pritchard. **Cuol:** Não, não pode ser verdade. Você não pode ter o mesmo nome de seu pai. **EP:** É o nome de minha linhagem. Como é o nome de sua linhagem? **Cuol:** Você quer saber o nome de minha linhagem? **EP:** Sim. **Cuol:** O que você vai fazer com ele se eu disser? Você vai levá-lo para seu país? **EP:** Eu não quero fazer nada com ele. Eu só quero saber, já que estou vivendo no seu acampamento. **Cuol:** Ah bom, nós somos lou. **EP:** Eu não perguntei o nome da sua tribo. Isso eu já sei. Eu estou perguntando o nome de sua linhagem. **Cuol:** Por que você quer saber o nome de minha linhagem? **EP:** Eu não quero saber. **Cuol:** Então por que está me perguntando? Dê-me um pouco de tabaco. (EVANS-PRITCHARD, 2008, p. 25).

Na mesma direção, DaMatta (1987) relata as dificuldades enfrentadas em um de seus primeiros trabalhos de campo:

[...] não podia deixar de constatar que minhas perguntas eram diretas demais, quadradas demais, grandes demais, estúpidas demais e que, quando provocavam resposta, elas eram dadas mais para divertir o grupo tribal do que para esclarecer o etnólogo. [...] Se de um lado eu não lhes dava tempo para respirar, invadindo a todo o momento sua vida social, eles respondiam seriamente mas com dados falsos, que minhas perguntas acabavam colocando ou provocando. Foi a partir desta experiência que

pude entender como a pergunta do pesquisador é tão básica quanto a resposta do informante. (p. 184-185).

Em ambos os casos, percebe-se que existiram decorrências comuns nos fatos relatados. Por conhecimento próprio, destaca-se entre eles a inexperiência e a ansiedade que toma conta do pesquisador ávido por entrevistar os informantes logo ao chegar ao local de seu estudo e obter de uma só vez todos os dados que se achem necessários para finalizar sua pesquisa.

Não obstante, não se deve esquecer que toda entrevista representa uma espécie de intromissão, a qual Bourdieu (1997) designou como uma “*intrusão* sempre um pouco arbitraria que está no princípio da troca [...]” (p. 695, grifo do autor). De acordo com essa referência, a entrevista é sempre uma relação assimétrica, onde é o pesquisador quem principia o jogo e institui o regulamento do mesmo, sendo “ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado” (p. 695). Cardoso de Oliveira (2006) acrescenta a isso que a simples ação de escutar um informante pode representar uma forma de domínio, na qual “o etnólogo exerce um *poder* extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical” (p. 23, grifo do autor). Para ele, uma maneira de romper esse tipo de relacionamento é transformar o informante em interlocutor, que inversamente às metodologias convencionais de entrevistas, cedem lugar a uma relação dialógica. Todavia para que isso ocorra, conforme a mesma referência, torna-se necessário proporcionar

[...] um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’ – como os hermeneutas chamariam esse espaço -, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando formalmente um diálogo entre ‘iguais’, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso (p. 24).

Assim, considera-se necessário estar ciente que nosso interlocutor é um indivíduo dotado de inteligência e sentimentos. Da mesma forma que o estamos analisando, também estamos sendo observados. Deve-se ter consciência que essa é uma relação de mão dupla, conforme exposições anteriores. E que se nos dispomos a deslocamentos dispendiosos para esses encontros é porque estas pessoas têm algo de extraordinário e que muito nos incita. Portanto, sempre deixei em evidência para esses interlocutores a importância do seu conhecimento e/ou

depoimento para minha pesquisa. Em vista disso, tentando ser sensível a esses pressupostos, iniciaram-se os diálogos com os, ao invés de informantes, a partir deste momento, interlocutores.

Porém antes disso é necessário justificar as fundamentações a respeito das experiências de campo, principalmente de Malinowski (2003) e DaMatta (1987) vivenciadas nos anos de 1910 a 1920 e 1970 respectivamente, em que aparecem as expressões *nativo* e *grupo tribal*, sendo que as sociedades alvo deste estudo são pequenos produtores rurais e contemporâneos ao pesquisador. A explicação fica por conta de Cardoso de Oliveira (2006), para o qual, embora essa

[...] observação participante ter alcançado sua forma mais consolidada na investigação etnológica, junto a populações ágrafas e de pequena escala, isso não significa que ela não ocorra no exercício da pesquisa com segmentos urbanos ou rurais da sociedade a que pertence o próprio antropólogo (p. 34).

Acrescenta-se a isso, conforme discutido na introdução deste capítulo, a perpetuidade e simultânea contemporaneidade das monografias clássicas.

De tal modo, para as entrevistas, elegeram-se os moradores mais antigos da comunidade e que atuem ou atuaram em ambientes coletivos como, professores, lideranças políticas e religiosas, pequenos comerciantes e pessoas que participam ou participaram ativamente de movimentos sociais e/ou sindicais.

Em princípio as visitas eram sempre acompanhadas por pessoas da comunidade com quem havia constituído algum tipo de relacionamento, porém com o passar dos dias e com certo conhecimento da região e dos moradores, comecei a realizá-las sem a necessidade de acompanhante. Geralmente cada uma dessas visitas gerava outra que não constava no planejamento. Na prática funcionou da seguinte forma: ao visitar algum morador antigo, o mesmo indicava outro conhecido, contemporâneo seu que também tinha ciência de outros fatos relevantes. Afinal todos esses moradores se conhecem a muito tempo, passaram pelas mesmas dificuldades, portanto têm histórias de vidas parecidas e vividas em comum. Porém entre eles sempre existem aqueles que gostam de falar do passado e se destacam em guardar na memória de maneira mais elaborada acontecimentos ocorridos na região. Essa consideração, lembra DaMatta (1987), para o qual, a escolha

[...] dos informantes era sempre feita pelo interesse demonstrado em falar, conhecimento do assunto [...]. Informantes simpáticos e que se davam bem comigo rendiam muito mais do que especialistas que se mantinham distantes e desconfiados porque não gostavam de meu trabalho [...] (p. 191).

Portanto, anotavam-se os nomes e endereços dessas pessoas para visita posterior.

Nem sempre os sujeitos indicados ainda moravam na comunidade. Mas dependendo da importância do depoimento e distância da localidade, era preciso ir atrás desta pessoa. Foi o que aconteceu com o filho do primeiro morador a chegar à localidade hoje denominada comunidade Fé em Deus. O Sr. José Farias dos Santos, mais conhecido como *Seu Cassiano*, em mostra na figura 2, que desde 2004, mudou-se de Fé em Deus para Tabocal¹³. Nesse caso, desloquei-me até a citada comunidade para o encontro, quando o mesmo buscou na memória suas lembranças de infância para narrar os fatos ocorridos épocas atrás.

Figura 2 – Seu Cassiano



Foto: Youssef Filho, 2012.
Comunidade Tabocal. Seu Cassiano é filho do primeiro morador a chegar na Comunidade Fé em Deus.

Outras vezes um informante-chave ainda morava no povoado, mas devido à sua atividade profissional era muito difícil encontrá-lo em sua residência. Então era preciso sair a seu encalço. Tal episódio ocorreu quando foi necessário encontrar um dos mais antigos moradores já nascido na região, considerando-se que os fundadores foram migrantes, portanto a maioria não nasceu nesta localidade. Esse morador foi representado pelo Sr. João Evangelista da Silva Filho, conhecido como

¹³ Comunidade localizada às margens da BR-163, Km 22.

Dandão que nasceu em 1955 e representa um dos primeiros filhos da terra. Ele atua como Agente Municipal de Saúde, cuja rotina é vistoriar as casas da região verificando as condições sanitárias das mesmas, alertando seus moradores sobre riscos a que possam estar expostos. Dessa forma, ele contribui para a melhoria da saúde dos moradores locais. A conversa se deu durante seu cotidiano de trabalho.

As entrevistas que no decorrer do tempo se transformavam em diálogos descontraídos eram iniciadas com algumas perguntas predefinidas aplicadas conforme o objetivo de cada uma delas. Porém, três dessas interrogações estavam presentes em todas as conversas. Uma versava sobre os motivos que levaram os moradores da região em estudo a continuar vivendo nessa área, enquanto povoados próximos haviam desaparecido. A outra indagava se os sojicultores eram os responsáveis pelo desaparecimento das comunidades do entorno. E por fim, de onde vinha aquela capacidade de organização e articulação dos moradores desta região em torno de projetos em benefício de todos?

No desenrolar dos depoimentos os assuntos se tornavam variados, revelando alguns pormenores que auxiliaram a reconstruir a história da formação da região. Deu-se muita importância às minúcias de alguns testemunhos, pois conforme dito por Scott (2009) em outro contexto, “detalhe trás detalhe” (p. 09). E acrescentado por Barbeta (2002), novos elementos geram novas informações, as quais podem suscitar outras hipóteses para o problema.

O gravador de voz foi um instrumento de suma importância no desenvolvimento deste trabalho. Inicialmente, pensou-se que essa tecnologia poderia interferir na espontaneidade das respostas dos entrevistados. Porém, contrariando esse prognóstico, observou-se, que no desenrolar da conversação, ambos (pesquisador e entrevistado), logo acabavam por se esquecer desse equipamento. Dessa forma, o uso do gravador possibilitou armazenar todos os detalhes das entrevistas, o que não seria possível somente com anotações e guarda memorial das narrativas. Além disso, ao ouvir variadas vezes esses registros sem a pressão psicológica do *estar* em campo, tais captações de sons acabaram por suscitar novas reflexões ou questionamentos. DaMatta (1987) também pactua com essa mesma concepção, conforme suas próprias palavras.

A vantagem de possuir um gravador portátil é fantástica e eu usei muito esse aparelho para estudar os mitos. Um velho contador de mitos, meu nominador e amigo, o Velho Estêvão, contava os mitos em Apinayé pela manhã e à tarde. Tais relatos eram gravados. Posteriormente, com um bom

informante bilíngüe – geralmente um homem chamado Kangrô – traduzia toda a peça para mim com auxílio o gravador, palavra por palavra. Cada frase ambígua ou de tradução complicada, buscava novas explicações. Assim pude colher versões muito precisas dos mitos do Sol e Lua, ciclo mitológico que trata da origem dos costumes Apinayé. (DAMATTA, 1987, p. 193).

De similar importância foi a utilização da máquina fotográfica captando imagens que vistas várias vezes nos refrescava a memória trazendo novas ponderações. Todas as gravações e fotografias foram precedidas de autorização verbal prévia.

Porém, para finalizar esta subseção, evoca-se novamente DaMatta (1987), para o qual

[...] isso não é tudo, pois o estudo de uma sociedade não termina somente com a coleta de dados no campo. Ela realmente lembra a tarefa de tirar água de um poço sem fundo, pois novas camadas são sempre descobertas e novos dados aparecem para complicar e tornar mais flexíveis os esquemas anteriormente propostos. O estudo de uma sociedade tribal ou comunidade continua pelo resto da vida, pois no trabalho de campo utilizamos uma metodologia viva e envolvente, que implicou não só numa coleta de dados, como também em relações humanas qualitativamente avaliadas, que podem e devem perdurar para o resto de nossas vidas. (p. 198-199).

Portanto essa síntese dispensa comentários, pois ela é capaz de expressar todo o sentimento que fica quando se retorna do trabalho de campo.

2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A simples coleta de dados pode não justificar o seu fim, caso as informações contidas neles não sejam organizadas para interpretação e apresentação. Barbeta (2002) denominou esta etapa dispensada em separar os elementos coletados de Estatística Descritiva.

Desta forma os dados quantitativos, parte da Estatística Descritiva, foram organizados em razão de subsidiar as tabelas e pirâmides etárias. Assim, o resumo das informações captadas em campo e disponibilizadas em forma de tabelas possibilitou a comparação de diversas características entre os moradores das comunidades que constituem a área alvo do estudo ou até mesmo a confrontação destes elementos com os de outras regiões. Por esse motivo, o estabelecimento dos intervalos dos grupos de idade utilizados para a montagem das pirâmides etárias adotou os critérios do IBGE, que de acordo com Moran (1990) seguem o padrão internacional, cujo objetivo é admitir comparações demográficas entre vilas, cidades,

regiões ou países. Portanto, para isso “os dados devem ser arranjados, quando analisados e publicados, em intervalos de cinco anos” (MORAN, 1990, p. 107).

Estas tabelas foram estruturadas sob a perspectiva de diversas variáveis¹⁴ fundamentadas pelas respostas extraídas dos questionários aplicados. Para cada variável foram definidas categorias¹⁵ estabelecidas com vistas a atingir a finalidade da pesquisa. Ao se definir as categorias foi possível estabelecer a distribuição de freqüências¹⁶. Para isso as informações obtidas através dos questionários foram agrupadas por comunidade. Porém para se chegar a estes números foi preciso montar tabelas (anexos C e D), com o objetivo de reunir os dados e possibilitar sua totalização. Assim, com a tabela do anexo C foi possível agrupar os dados dos pais e a tabela do anexo D se reuniu os dados dos filhos. Portanto dessa forma se obteve o número de família por comunidade, média de filhos por família, faixa etária da população feminina, população masculina, distribuição espacial e por fim o total da população.

Para medir a dimensão populacional em relação aos sexos, utilizou-se a metodologia proposta pelo IBGE (2011), a qual emprega para este quesito a quantidade de homens existentes para cada grupo de 100 mulheres. De acordo com esse Instituto a proporção de

[...] sexo é a razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. É expressa pela relação: [número de homens/número de mulheres]x100. Indica relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, indica que os números de homens e de mulheres se equivalem; acima de 100, há predominância de homens; abaixo de 100, há predominância de mulheres (p. 48).

Com a finalidade de se obter os números que refletiram o comportamento reprodutivo da população alvo do estudo, somou-se o número de filhos de todas as famílias. O resultado dessa soma foi dividido pelo número total de famílias do povoado e posteriormente da região, alcançando com essa fórmula o índice de fecundidade por comunidade e da área estudada.

¹⁴ Para Barbetta' (2002), variáveis são características que pode ser observadas em cada elemento da população, sob as mesmas condições (p. 27).

¹⁵ Agrupamento de características comuns que são definidas conforme objetivo da variável (BARBETTA, 2002).

¹⁶ Ou seja, a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados. A distribuição de freqüências é informada em números absolutos que podem ser transformados em percentagens de pessoas (BARBETTA, 2002).

Os campos dos questionários destinados a obter as informações relativas à migração foram compostos pelas seguintes perguntas: tempo na comunidade e origem. Através dessas interrogações foi possível quantificar o percentual de migrantes chegados à região, períodos que estes deslocamentos ocorreram e local de procedência. Assim, de acordo com o IBGE (2012), com as informações “sobre local de residência e local de nascimento, tem-se a informação sobre o estoque de pessoas naturais e não naturais em cada região, resultado da migração ocorrida no passado” (p. 31).

Os dados de voz foram ouvidos diversas vezes com o intuito de selecionar trechos considerados importantes, os quais foram transcritos em um caderno. As fotografias foram selecionadas considerando as imagens que melhor expressaram determinadas situações.

Com isso, todos os subsídios considerados pertinentes à pesquisa, sejam eles obtidos através dos questionários, das entrevistas ou de imagens, foram incluídas no corpo do trabalho.

Por fim, cada um desses instrumentos, dependendo do momento, individualmente ou em conjunto, serviu para reforçar a exposição dos fatos narrados. Ou dito de outra maneira, a associação de dados qualitativos e quantitativos com a observação participante permitiu o discernimento de certas características dos moradores, assim como a reconstituição de acontecimentos que tiveram papel relevante na formação das comunidades privilegiadas por esta pesquisa. Tudo isso por sua vez contribuiu para a formulação das hipóteses.

A próxima fase é a análise exploratória de dados. Essa etapa consiste em resumir as informações coletadas em tabelas e gráficos para que se considerem certas características importantes. A partir daí, para cada parâmetro¹⁷ descrito é possível esboçar hipóteses relacionadas à estrutura do fenômeno pesquisado (BARBETTA, 2002).

Para maior clareza do trabalho, realizou-se essa pequena introdução de estatística aplicada às ciências sociais. Para tanto, espera-se que as explicações e definições facilitem a análise exploratória de dados sintetizados em tabelas e pirâmides etárias que serão visualizadas no próximo capítulo.

¹⁷ Qualquer especificidade dos elementos de uma população (BARBETTA, 2002).

3 COMUNIDADES DO EIXO FÉ EM DEUS – PRATA

Frequentemente se tem usado a expressão *comunidade* nesta pesquisa, ora no sentido de denominar pequenos povoados, em outros momentos definindo o conjunto de moradores dessas localidades. No entanto, sabe-se que a concepção de comunidade é polissêmica. Conforme Spinelli Júnior (2006), esse termo pode ser utilizado para se referir à ambientes rurais ou urbanos¹⁸, grupos étnicos¹⁹, países, entre outros. Porém, para o mesmo autor, nessa amplitude de conceitos,

[...] a definição de comunidade tem passado sobretudo pela afirmação de sua dimensão subjetiva: a comunidade se estrutura a partir de um *sentimento de comunidade*, de um *senso de pertença a determinada coletividade*. A dimensão subjetiva se coloca, assim, como mais significativa do que outras dimensões, como a da espacialidade, também bastante associada a idéia de comunidade. (p. 01, grifos do autor).

Próximo a essa concepção, Weber (2002) associou o sentido de comunidade à relação social em que a direção da dinâmica social se fundamenta em um significado de solidariedade, onde o ponto comum “é o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (p. 71).

Barreto Filho (2006), em um de seus artigos sobre populações tradicionais, no qual a palavra em evidência é muito utilizada, definiu-a “no sentido amplo e descritivo de qualquer coletividade cujos membros possuam uma semelhança qualquer” (p. 138).

Não obstante, diferentemente das acepções anteriores, e bem mais próximo do que se acredita ser um dos elementos²⁰ que contribuíram para a popularização do termo em referência, Almeida (2008) deu uma conotação política e ao mesmo tempo evidenciou as relações de poder, onde as agências multilaterais, as ações governamentais e os empreendimentos privados exercem certo controle através de seus manuais de aprovação e implantação de projetos de desenvolvimento. Segundo a mesma referência, essas cartilhas operacionais são dotadas de um vocabulário

[...] específico que inclui termos como: ‘comunidade’, ‘participação comunitária’, ‘solidariedade’, ‘parceria’ e ‘fortalecimento institucional’, que pré-definem os estatutos e regimentos das associações voluntárias de quaisquer dos chamados ‘beneficiários’ de projetos, planos ou programas oficiais ou de empreendimentos privados (p. 72).

¹⁸ Acrescenta-se a isso as comunidades virtuais.

¹⁹ Inclui-se a também outras categorias ou grupos sociais.

²⁰ O outro elemento estaria ligado à disseminação das Comunidades Eclesial de Base pela Igreja Católica.

Percebe-se serem essas umas das formas utilizadas pelas agências ou instituições para desestabilizar pequenos grupos em desvantagens sociais e econômicas que tinham em mente buscar com autonomia projetos em benefícios próprios. Assim, aproveitam-se da ideia

[...] de comunidade, tal como aquela de etnia, que é utilizada no âmbito destas referidas estratégias até-se a um critério de agrupamento baseado em laços de consangüinidade e de afinidade, que torna constantes os elementos identitários, retirando-lhes o caráter dinâmico e a possibilidade de transformações mediante distintas contingências históricas (ALMEIDA, 2008, p. 73).

Enfatizando um pouco mais a questão, observa-se facilmente com isso que as agências e instituições se apropriaram do termo *comunidade* com o objetivo de manipular grupos sociais que reivindicam direitos e independência para desenvolver projetos em causa própria. Ao sujeitarem a aprovação de projetos conforme regras e interesses, muitas vezes não tão claros, as agências ou instituições mantêm o controle da situação. Portanto para exercer esse tipo de poder sem ser percebido pelos moradores locais, esses organismos manipulam a terminologia *comunidade*. Pois de acordo com Bauman (2003), as expressões possuem sentido, sendo que

[...] algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra 'comunidade' é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que 'comunidade' signifique, é bom 'ter uma comunidade' 'estar numa comunidade'. [...] Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independentes. 'Comunidade' produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra comunidade carrega — todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcança mais. Para começar, a comunidade é um lugar 'cálido', um lugar confortável e aconchegante (p. 07).

De modo geral, essa referência, conforme citado, também não descartou a possibilidade de manipulação envolvendo o termo em discussão. Relacionou ainda o sentido de *comunidade* à sensação de segurança e proteção. É consenso que vivemos em um mundo cada vez mais inseguro²¹. Isso faz com que segurança e proteção se tornem alvos perseguidos indistintamente por todos os seres humanos²². Em função disso, compreende-se que as agências e instituições se aproveitam das fragilidades do indivíduo, seja social ou econômica, apropriando o

²¹ Entre eles os perigos urbanos que se constitui principalmente pelas agressividades dos assaltos e desrespeito às regras de trânsito; violência no campo como assassinato de pequenos produtores rurais, ribeirinhos, quilombolas e indígenas pela posse da terra; agressões contra a mulher, criança e adolescente entre outros.

²² Sabe-se que os animais também procuram por segurança e proteção.

significado de *comunidade*, revertendo essa nova significação em causa própria conforme suas ideologias e pretensões.

Não obstante, há de ponderar que alguns grupos sociais se utilizaram do significado de *comunidade* como forma de resistência contra variados tipos de opressões, principalmente a do capital financeiro. As observações de Bauman (2003) citando Jeffrey Weeks esclarecem essa relação.

O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder. Incapazes de controlar as relações sociais em que se acham envolvidas, as pessoas encolhem o mundo para adaptá-lo ao tamanho de suas comunidades e agem politicamente a partir dessa base. O resultado é com freqüência um particularismo obsessivo como modo de enfrentar e/ou lidar com a contingência (p. 92).

Portanto, diante de todas essas explicações, apreendeu-se que os moradores do Eixo Fé em Deus – Prata, dependendo do contexto, faz uso da palavra *comunidade* com diferentes significados, porém todos eles relacionados entre si. Utilizam-na como prenome para designar a localidade onde moram, sem se esquecer que esse ato está carregado do sentimento de pertencimento. Contudo, quando se sentiram ameaçados, o sentido de *comunidade* que prevaleceu entre esses moradores se aproxima das considerações de Jeffrey Weeks, conforme menção anterior.

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA

O espaço físico deste estudo abrange um conjunto de comunidades denominadas Fé em Deus, São Raimundo, Açaisal e Prata. Tais povoados pertencem ao município de Belterra, distrito de São Jorge, localizado no oeste do estado do Pará, situado na região Norte do Brasil. Esses povoados estão dispostos em um eixo transversal do Km 72 da BR-163, conhecida como rodovia Cuiabá – Santarém.

Conforme o Mapa da Organização Municipal (anexo A), Belterra foi dividido em seis distritos, sem considerar a sede municipal. Sendo três localizados na região do rio Tapajós: Distrito Aramanai, Distrito Piquiatuba, Distrito Prainha. Os restantes margeiam a BR-163: Distrito São Francisco da Volta Grande, Distrito São Jorge e Distrito Galiléia. A sede municipal se localiza no centro, entre a região do rio Tapajós

e a BR-163. A parte superior, lado direito do anexo A mostra o mapa de localização do município de Belterra e seu posicionamento dentro do estado do Pará.

Didaticamente, convencionou-se neste trabalho que ao se referir à região onde estão localizados os quatro povoados conhecidos como Fé em Deus, São Raimundo, Açaizal e Prata, doravante será denominado comunidades do Eixo Fé em Deus - Prata. O preceito tem por objetivo facilitar a compreensão espacial da área estudada. Esse ajuste se fundamentou no fato das comunidades Fé em Deus e Prata serem as mais antigas do conjunto e principalmente pela importância que os moradores da região dispensam a essas duas vilas. Cada uma delas está na extremidade oposta da estrada secundária que é a via de comunicação entre elas. Entre esses dois extremos estão São Raimundo e Açaizal. O eixo que une essas comunidades é uma estrada de terra plana e praticamente em linha reta, conforme detalhamento do mapa 1.

A partir de Santarém, sentido à cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, o acesso principal às comunidades do Eixo é realizado pela BR-163. A primeira comunidade, Fé em Deus, está localizada à margem esquerda do Km 72, local onde se inicia também a vicinal²³ principal que dá ingresso às outras comunidades do conjunto. O primeiro povoado está a uma distância de 70 km da cidade de Santarém e a 40 km de Belterra.

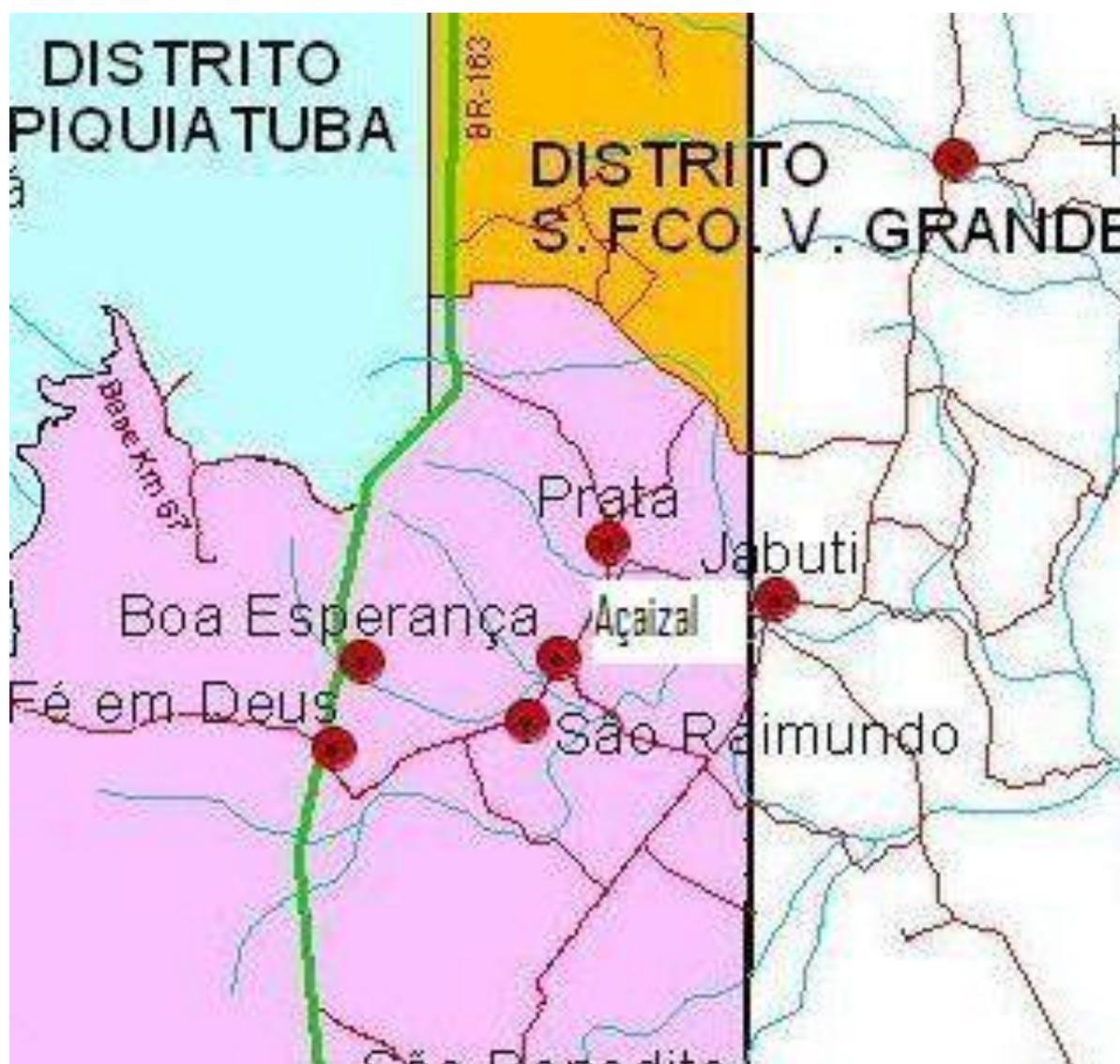
A BR-163, ou simplesmente rodovia Cuiabá-Santarém tem uma extensão de 1.780 quilômetros e conforme o próprio nome indica, liga Cuiabá, capital do estado do Mato Grosso a Santarém, a terceira cidade com a maior população do estado do Pará. A construção dessa estrada se iniciou nos anos de 1970 como parte de infraestrutura com o objetivo de integrar a Amazônia à economia nacional. Essa rodovia atravessa uma das áreas mais significantes do País em recursos naturais, potencial econômico, diversidade étnica e cultural. O eixo da BR-163 corta dois significantes biomas, a Floresta Amazônica, o Cerrado e as áreas de transição entre eles. Nesse contexto estão inseridas também importantes bacias hidrográficas como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós (ISA, 2009).

A figura abaixo (mapa 1) é um recorte do anexo A, cuja finalidade é evidenciar o posicionamento das comunidades alvo deste estudo ao longo do Eixo Fé em Deus - Prata. A visualização do mapa 1 reforça as informações preliminares:

²³ Denominação dada pelos moradores de estradas secundárias, geralmente pequenas e sem cobertura de asfalto.

o primeiro povoado, Fé em Deus está situado às margens da BR-163; após este, já fora da rodovia e na estrada reta e plana logo em seguida está localizada a comunidade São Raimundo; posteriormente Açaizal e no final do Eixo, a comunidade Prata.

Mapa 1 – Localização das comunidades do Eixo Fé em Deus - Prata



Fonte: Folhes e Magalhães, 2006. Adaptação: Youssef Filho, 2012.
Mapa 1: Recorte do anexo A.

Ao empreender viagem rumo às comunidades da citada área, logo de início se tem a dimensão da distância que esta região está dos grandes centros político-administrativos e econômicos do país. Essa particularidade poderá ser visualizada na placa de indicação da figura 3, a qual informa que Santarém está a uma distância de 2.910 km de Brasília, 3.922 km de São Paulo e 4.114 km da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Placa Indicativa de Distância

Foto: Youssef Filho, 2012.
Início da BR-163, saída de Santarém.

Prosseguindo viagem, outra ocorrência desperta atenção e reflexão. Ambos os lados da BR-163, entre os trechos Santarém à Fé em Deus estão tomados por pastagens e extensas lavouras de milho, arroz ou soja. A exceção se dá com o início do espaço ocupado pela Floresta Nacional do Tapajós, onde é possível verificar de um lado da estrada, a floresta praticamente intocada e do outro, a área devastada, cedendo lugar aos empreendimentos agropecuários. A certeza que se tem neste momento, diante de tal contraste, é que realmente as unidades de conservação são primordiais na preservação da natureza. Esse detalhe da oposição floresta versus lavoura é retratado pela figura 4.

Conforme a nova delimitação definida pela Lei 12.678, de 25 de junho de 2012, atualmente essa Floresta Nacional ocupa uma área de 526.149 ha. Grande parte deste espaço físico está localizada no município de Belterra. Dentre as vinte e cinco comunidades ribeirinhas que vivem neste local, três se reconhecem como índios Munduruku. São elas: Marituba, Bragança e Taquara. A Flona do Tapajós é uma unidade de conservação de uso sustentável (IBAMA, 2007).

Figura 4: Contraste lavoura versus floresta



Foto: Youssef Filho, 2012.

BR-163, Km 52, sentido Santarém-Cuiabá. À esquerda um empreendimento agrícola e a direita, o início da Flona do Tapajós.

De acordo com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação se dividem em dois grupos com peculiaridades distintas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Nas Unidades de Proteção Integral é permitido apenas o uso indireto²⁴ de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Fazem parte deste grupo, as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. A finalidade principal das Unidades de Uso Sustentável é conjugar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais. Estão inclusos neste conjunto as modalidades a seguir: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

²⁴ Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2000, Lei).

De maneira geral, pode-se afirmar que em Unidades de Proteção Integral não é admissível a presença humana, ao passo que as Unidades de Uso Sustentável seriam para o uso regulado de povos e comunidades tradicionais²⁵, permitindo a elas o uso direto²⁶ dos recursos naturais.

Retornando aos registros dos acontecimentos, outro fator observado é a existência de grande extensão de terras planas, que segundo Silva (2006), foi um dos atrativos para a expansão do agronegócio por esta região. Em realidade essa área é conhecida sob a denominação de Planalto Santareno, em alusão às grandes áreas com terras planas com baixa altitude, variando entre 25 a 50 metros em relação ao nível do mar.

Ao sair da estrada principal, BR-163, para entrar na vicinal que dá acesso às comunidades do Eixo Fé em Deus - Prata, imediatamente se observa uma mudança na paisagem. Prevaecem agora, áreas com pequenas plantações de mandioca e milho. Os terrenos não utilizados para essas plantações são ocupadas por vegetação secundária, tipo capoeira, conforme exposto na figura 5.

Para Moran (1990), esse tipo de vegetação é resultado da agricultura de corte-e-queima.

Figura 5– Vegetação secundária



Foto: Youssef Filho.

Trecho da estrada secundária entre as comunidades Fé em Deus e São Raimundo.

²⁵ Há exceções a respeito da utilização por povos e comunidades tradicionais destes dois grupos de espaços protegidos. Por este motivo foi usado a expressão *de maneira geral*.

²⁶ Aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (BRASIL, 2000, Lei).

Nesse sistema, segundo o mesmo autor, os solos não sustentam um cultivo econômico por mais de três anos. Após esse período os terrenos são abandonados. Porém o tempo estimado para o reaproveitamento agrícola dependerá de vários fatores. Sendo que o

[...] processo de sucessão secundária leva de 10 a 100 anos, dependendo das condições microecológicas e da forma em que foi cultivada a roça no período agrícola. A eficiência energética do sistema de corte-e-queima é indiscutível em comparação com qualquer sistema que pode ser introduzido (MORAN, 1990, p. 195).

Não obstante, alerta o pesquisador, o alcance dessa eficiência energética irá depender principalmente de três fatores: grande quantidade de terras disponíveis, baixas densidades demográficas e uso de plantas adaptadas às condições ambientais.

Após a comunidade Fé em Deus, a aproximadamente seis quilômetros, encontra-se a comunidade São Raimundo. Logo em seguida, a praticamente dois quilômetros, chega-se a Açaizal. O limite territorial entre essas duas localidades é marcado pelo igarapé Açaizal. No final do Eixo, após sete quilômetros da última comunidade citada, encontra-se o Prata, considerado o povoado mais antigo da região e que em tempo passado, foi o mais importante e movimentado da redondeza.

Durante o percurso entre uma comunidade e outra, observa-se que a maioria das casas está dispersa, porém alinhada perpendicularmente ao eixo da estrada secundária. Os pequenos roçados de mandioca são comuns, mas se constatou também algumas lavouras mecanizadas de porte médio plantadas com soja, milho e arroz.

Verificou-se uma ausência quase total de serviços públicos²⁷ na região. Não existem hospitais, postos de saúde, saneamento básico e iluminação pública. Os únicos serviços públicos disponibilizados para as comunidades são dois ônibus

²⁷ SERVIÇOS PÚBLICOS são os prestados diretamente pela Administração à comunidade por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. Dividem-se em: I - Serviços de utilidade pública são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários. São exemplos dessa modalidade os serviços de transporte coletivo, energia elétrica, gás, telefone. II - Serviços próprios do Estado são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, higiene e saúde públicas etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados. Por esta razão, só devem ser prestados por órgãos ou entidades públicas, sem delegação a particulares. Tais serviços, por sua essencialidade, geralmente são gratuitos ou de baixa remuneração, para que fiquem ao alcance de todos os membros da coletividade. (ERHARDT, 2011).

escolares, três escolas, um agente de saúde, uma ambulância com motorista e um único orelhão localizado em São Raimundo, que a maior parte do tempo fica indisponível por falta de manutenção. A comunicação também é realizada via telefonia celular. Todavia, só se têm acesso a esse tipo de serviço, as pessoas que possuem antena celular rural capaz de captar o sinal da torre da operadora localizada na cidade de Belterra. Com isso, é comum ver as pessoas que não possuem tal antena, subirem em locais mais elevados para tentar estabelecer conversação via telefonia celular.

Dentre as comunidades do Eixo, São Raimundo e Açaizal apresentam uma melhor estrutura. Nesses povoados há um maior aglomerado de casas e pessoas. Ambos possuem pequenos comércios que ofertam produtos de primeira necessidade. Nessas comunidades existe um aglomerado de casas mais conciso, conforme mostra a figura 6. Enquanto Fé em Deus e Prata, as casas são mais distantes uma das outras.

Figura 6 – Vista panorâmica da comunidade São Raimundo



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Os meios de transporte mais utilizados na região são as motocicletas e bicicletas. Essas usadas para os deslocamentos considerados de curtas distâncias,

como por exemplo, ir trabalhar nos roçados e se dirigir às comunidades vizinhas. As carroças puxadas por bois são empregadas no transporte de cargas. Para ir a Belterra e Santarém, faz-se uso do ônibus ou carona. As caronas são comuns e baseadas nas redes de parentesco e afinidades. Comumente se dividem os custos com combustível nesses transportes.

O transporte público é explorado por um dos moradores que possui dois ônibus que faz linha em dois horários para as cidades de Belterra, Santarém e comunidades ao longo desse trecho. Em Belterra os comunitários resolvem os problemas burocráticos, cartoriais, institucionais e serviços básicos de saúde. Ao passo que em Santarém são realizadas a maioria das compras de viveres, utensílios para o lar e lavoura, e ainda a comercialização da farinha produzida nas comunidades. Pessoas que necessitam de atendimento à saúde de média e alta complexidade também se dirigem a essa cidade.

Dessa forma, pode se afirmar que a influência de Belterra sobre estas comunidades é político-administrativa, enquanto que a de Santarém é econômica. Com o intuito de esclarecer a influência que cada uma dessas cidades exerce sobre as comunidades do Eixo, apresentam-se em seguida elementos que fundamentaram essa afirmativa.

3.2 CIDADES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE O EIXO

É importante destacar que apesar de pertencer ao município de Belterra, essas quatro comunidades sofrem influência também de Santarém. Aliás, esse alcance não se restringe somente às comunidades do Eixo, conforme se discute a seguir.

3.2.1 Santarém

O IBGE (2011) computou em Santarém uma população de 294.774 habitantes distribuídos em 22.887 km², com densidade demográfica de 12,87 habitantes por quilômetro quadrado. Sua população urbana é de 215.947 habitantes, representando 73,25% em relação à população rural que é de 78.827, que em termos percentuais representam 26,75% do total da população.

Em relação à economia o setor de comércio e serviços se destaca na composição do PIB municipal, representando 77% do total. Os setores indústria e agropecuária contribuem com 14% e 9% respectivamente (PMS, 2010).

As atividades comerciais de Santarém se fundamentam em duas linhas distintas. Uma realizada através da entrada de insumos e produtos industrializados originadas das regiões Centro-Sul do País e dos mercados regionais constituídos por Belém, Manaus e Macapá. A outra direção é definida pela comercialização e movimentação dos produtos locais, os quais suprem os mercados interno e regional (PMS, 2010).

De acordo com informações da referência anterior, a cidade de Santarém é o centro de atração da região Oeste do estado do Pará, cuja área compreende 722.358 km², dentro dos quais se situam vinte e cinco municípios. Para a mesma autoria, a polarização em torno de Santarém se justifica pelo fato dessa cidade oferecer uma melhor infraestrutura socioeconômica e uma diversificada rede de serviços. Outro fator alegado pela Prefeitura Municipal (2010) é a localização estratégica de Santarém permitindo a exploração de três importantes meios de transportes, o hidroviário, o rodoviário e o aeroviário. No entanto, percebe-se que entre esses, destaca-se o hidroviário, pois essa cidade está localizada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Essa posição privilegiada, conforme em mostra no mapa 2, a coloca praticamente no meio de duas metrópoles da Amazônia brasileira, a 756 km de Manaus e a 932 km de Belém via hidrovia do Amazonas (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2000).

Mapa 2 – Hidrovia do Amazonas



De acordo com nossas observações e informações obtidas na orla de Santarém, as quais confirmam os dados obtidos pela PMS (2010), além desses grandes rios, complementam também a malha hidroviária, pequenos rios e igarapés. Essa intensa e extensa rede hídrica é o principal meio de comunicação entre diversas cidades, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas da região e a cidade de Santarém. Portanto é em Santarém que os moradores dessas localidades comercializam seus produtos, ou dito de outro modo, realizam uma troca remunerada de mercadorias. Trazem para vender peixes, farinha e produtos de origem extrativistas e em contrapartida levam munições para armas de caça, equipamentos de pesca, combustível, sal, enfim todos os produtos que se façam necessários e que possam pagar. Essa movimentação gera um enorme fluxo de mercadorias, pessoas e embarcações conforme retrata a figura 7.

Figura 7 – Orla de Santarém



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Vista panorâmica da orla e do rio Tapajós.

A grandeza e beleza do rio Tapajós que mais parece um mar impressiona qualquer visitante, assim como também o volume de peixes que os pescadores trazem para comercializá-los em Santarém. A favor disso, pode-se afirmar que além

da navegação, os rios da região são fontes de renda e um importante complemento alimentar, tanto para os santarenos como para as populações ribeirinhas. A quantidade de peixes frescos que se vê nesse trapiche é grande e diversa. São peixes grandes, pequenos, de escama, de couro, enfim uma variedade jamais vista.

A movimentação observada em torno da exploração comercial da atividade pesqueira é tão grande e descontrolada²⁸ que se questiona até quando os rios da região suportarão tal pressão. Os números do setor não desmentem essa preocupação. Segundo a PMS (2010), a Secretaria de Estado de Pesca e Aqüicultura do Pará contabilizou em 2008 um desembarque de 5.819 toneladas de pescado.

Com esse resultado, Santarém ocupou naquele ano a terceira posição no desembarque de pescado do estado do Pará. Esses números dão conta somente da pesca comercial computada oficialmente. Porém, conforme visto, considera-se muito difícil uma fiscalização efetiva com o intuito de coibir os excessos. As figuras 8 e 9 refletem essa inquietação.

Figura 8 - Pesca comercial



Fonte: Youssef Filho, 2012.
Caixas plásticas carregadas de peixe em uma embarcação.

Figura 9 – Detalhes dos pescados



Fonte: Youssef Filho, 2012.
Peixes grandes sendo transportados em carrinhos.

Outro tipo de coação é representado pelos agrotóxicos, que segundo Schlesinger (2005) são despejados de maneira indiscriminada nas lavouras e posteriormente levados pelas chuvas aos leitos de rios e igarapés. Mas as agressões à biodiversidade não param por aí. O próprio governo estadual, através do IDESP-Santarém (2013) alertou para o avanço da poluição representada por sedimentos em suspensão, óleos, detergentes e mercúrio no rio Tapajós, resultado principalmente da ação dos garimpos em vários de seus afluentes.

²⁸ Não foi verificado em toda orla nenhum órgão de controle em ação, apesar de reconhecer que esta tarefa é quase impossível frente à complexidade da malha viária da região.

3.2.1.1 O avanço da soja na região de Santarém

Há consenso que um país de dimensões continentais como o Brasil depende de uma logística integrada e eficiente para escoar sua produção, seja ela mineral, agrícola ou industrial. Partindo desse princípio, o avanço da soja rumo a Amazônia seguiu uma determinada lógica, a qual dependeu e ainda depende principalmente de investimentos em estradas e portos.

Segundo Flexor, Viegas Leão e Lima (2006), em finais dos anos de 1990, a expansão da soja alcançou e ultrapassou os limites da Amazônia Legal brasileira. Para esses pesquisadores, o fator preponderante que despertou o interesse dos mandatários do agronegócio pela região foi a possibilidade de redução dos custos de escoamento da produção de grãos com destino às exportações. Conforme mencionado anteriormente, a cidade de Santarém está localizada em posição estratégica. E tem mais. Essa posição vantajosa, não é só em relação ao mercado brasileiro, mas também ao norte-americano, europeu e asiático.

.Dessa forma, os investimentos em infraestrutura realizado pelo poder público e privado permitiram a expansão de lavouras de soja na região amazônica. Tais investimentos são representados por dois corredores logísticos: o eixo noroeste que articula as rodovias BR 163 que liga a cidade de Cuiabá ao porto de Santarém no Pará e a BR 364, principal meio de comunicação entre Cuiabá e Porto Velho. A partir desta, utilizam-se a hidrovia Madeira-Humaitá até o porto de Itacoatiara no estado do Amazonas. Essas obras, além de reduzir custos, livraram os exportadores de commodities²⁹ agrícolas da dependência dos portos de Paranaguá e Santos, atualmente sobrecarregados. Esse sistema intermodal de transporte é um facilitador para que a cultura da soja possa se expandir e se instalar tanto em regiões de mata como de cerrado (SILVA, 2006).

Não obstante, conforme salientou Flexor, Viegas Leão e Lima (2006), foi no embalo dessas ocorrências que algumas sub-regiões amazônicas acabaram “por se consolidar como ‘novas fronteiras agrícolas’ da produção de soja e outros grãos, dentro da lógica do agronegócio globalizado” (p. 02). Sendo nesse contexto que se

²⁹ Qualquer produto de origem mineral ou vegetal, geralmente em estado bruto ou com pouco beneficiamento, produzidos em massa e com características homogêneas, independentemente da sua origem. Alguns exemplos de commodities são soja, café, açúcar, ferro e alumínio (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 93).

inseriu as regiões produtoras de soja do estado do Pará, destacando-se entre elas, Santarém e Belterra.

Além disso, outros fatores contribuíram para a ampliação da monocultura da soja. Silva (2006) destacou ainda as “[...] terras a preços acessíveis, condições logísticas da BR-163 [...], a existência de jazidas de calcário dolomítico e a instalação de um terminal portuário da Cargill” (p. 09).

Porém, simultaneamente a essa expansão, o estabelecimento

[...] de tais eixos tem possibilitado à Amazônia transformações das formas tradicionais do uso do território, a partir do recuo de atividades de extrativismos e da agricultura camponesa. Normalmente, ao longo desses eixos é que se verificam os avanços e impactos socioambientais da lavoura de soja (SILVA, 2006, p. 11).

Para Pereira (2012), a dinâmica da lavoura da soja em direção à região de Santarém, além de programado, foi o resultado

[...] de um conjunto de estratégias organizadas pela articulação entre o Estado e o grande capital. Uma ação planejada e seletiva que teve apoio político em diversos níveis, financiamento público em vários casos, flexibilização da legislação ambiental, afrouxamento da fiscalização dos órgãos responsáveis e estudos científicos que subsidiaram a melhor localização do empreendimento (p. 133).

Mas anterior a esses fatos, conforme entrevista com o historiador de Santarém, Sr. Hélcio Amaral que muito gentilmente me recebeu em sua residência para falar sobre a economia da região, já havia uma intensa movimentação da elite santarena³⁰ para viabilizar o plantio de soja na região. Conforme suas palavras, olhavam com muito entusiasmo o grande progresso econômico que o estado vizinho, Mato Grosso vinha alcançando. Foram inúmeras as viagens de comitivas formadas por políticos, fazendeiros, madeireiros e empresários de Santarém com destino a Cuiabá com o objetivo de atrair sojicultores daquele Estado e assim expandir a lavoura da soja em direção à Santarém. A consequência imediata dessa mobilização foi a realização de estudos

[...] por meio da cooperação técnica entre os governos federal, estadual e a Prefeitura de Santarém produziram informações estratégicas sobre o potencial madeireiro, as terras agricultáveis, a navegabilidade dos rios daquela região e a riqueza do subsolo, que orientaram tanto a ação do governo como do grande capital. Referimo-nos ao Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia - PRIMAZ-, nos anos de 1990 e, mais recentemente, às proposições acerca do Zoneamento Econômico-Ecológico do Oeste do Pará (ZEE) [...]. (PEREIRA, 2012, p. 134).

³⁰ Políticos, empresários, agropecuaristas capitalizados.

Contudo tais articulações tiveram um relativo sucesso. Segundo Carvalho e Tura (2006), no ano de 1999 a soja foi introduzida no município de Santarém. No entanto, para as mesmas pesquisadoras, a grande expansão da lavoura de soja, tanto em área ocupada quanto em quantidade produzida se deu a partir de 2002, passando a ser esse município, o maior produtor dessa monocultura no estado do Pará.

De acordo com Pereira (2012), esse não é um fato isolado e tão pouco recente, está relacionado à “inserção da Amazônia no contexto mais amplo da economia capitalista mundial e ao papel do Estado nacional na região que demandam o controle estratégico dos recursos naturais” (p.141).

Para Silva (2006), essas transformações tiveram início

[...] a partir de 1970, o avanço da fronteira significou uma maior interação espacial de áreas periféricas com espaços urbano-industriais, em escalas nacional e internacional, em face dos pressupostos da Revolução Verde e do processo de industrialização e urbanização do país, ao longo da crise energética mundial e das políticas territoriais do Estado de estímulo à constituição de corredores de exportação de produtos agrícolas e de complexos agroindustriais via pólos de desenvolvimento (p. 03).

A região de Santarém é um exemplo recente de mais essa tentativa de integração territorial e econômica da região amazônica. Contudo, verifica-se que,

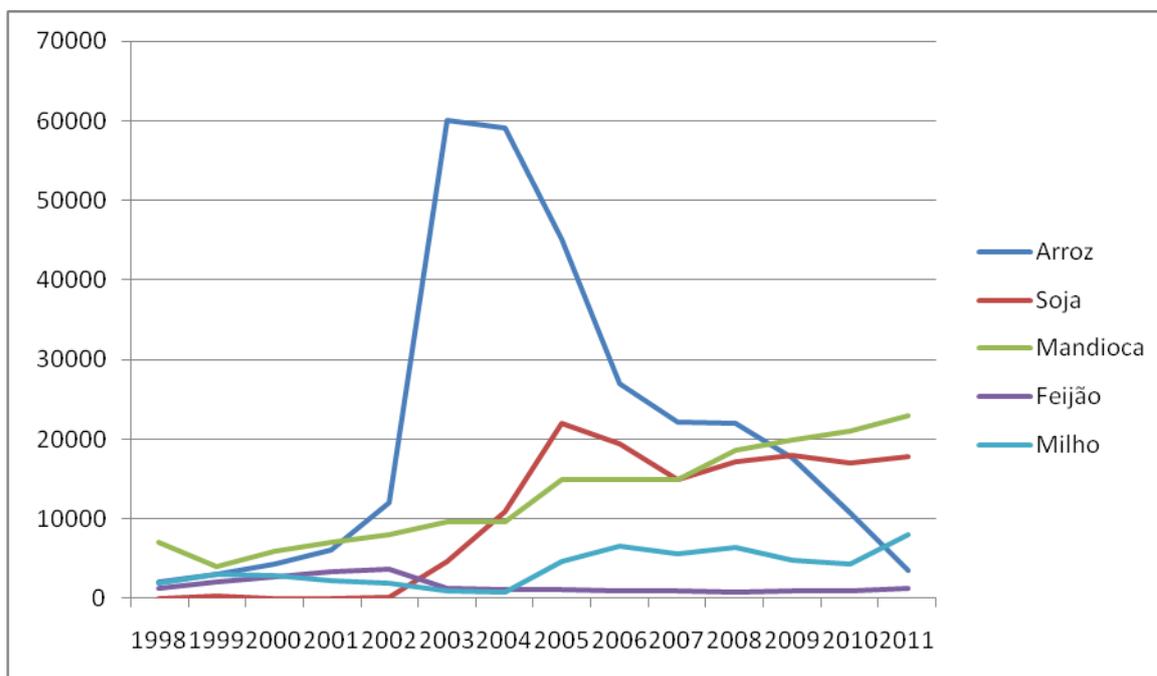
(...) a fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão-de-obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados. No encontro de territorialidades distintas e conflitantes, e dependendo do grau de resistência dos grupos sociais à subordinação dos interesses capitalistas, o avanço da fronteira pode provocar uma desterritorialização e/ou reterritorialização de tempos sociais divergentes, a fim de impor um novo ordenamento territorial e a inserção desse espaço nos mecanismos de reprodução do capital em escalas nacional e global (SILVA, 2006, p.02).

Portanto a expansão da lavoura de soja em Santarém é a materialização desse processo ainda em curso. Porém, as preocupações de Carvalho e Tura (2006) se centralizaram na velocidade que a soja vem sendo implantada. Segundo essas pesquisadoras em 2006, os municípios de Santarém e Belterra detinham respectivamente 64, 6% e 29,4% do total das plantações de soja na mesorregião Baixo Amazonas.

Com a finalidade de comparar a área ocupada por esta commodity frente à extensão de lavouras com produtos agrícolas plantados anterior ao advento da soja,

acrescenta-se a esse estudo o gráfico 1. Através dessa ferramenta é possível confrontar o comportamento relacionado à ocupação de espaço por períodos de tempo das áreas cultivadas com arroz, feijão, milho, mandioca e soja. A unidade de medida da área ocupada está em hectare e é representada pelo eixo vertical do gráfico. O eixo horizontal reproduz a evolução ou involução anual da superfície plantada com os citados produtos por um período de dez anos. As informações completas para a elaboração deste gráfico constam no anexo E.

Gráfico 1 – Evolução da área cultivada dos principais produtos agrícolas de Santarém



Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

A cultura do arroz foi a área que mais ocupou espaço até o ano de 2003, quando alcançou seu ápice, 60.000 ha. A partir dessa data, o decréscimo da extensão ocupada foi vertiginoso. Pode-se dizer que foi a cultura mais instável entre as analisadas.

A área ocupada pela soja teve crescimento, porém não tão verticalizado como o arroz. A maior área ocupada pela sojicultura foi de 22.000 ha, no ano de 2005. Teve um pequeno decréscimo no ano de 2007, porém posteriormente, estabilizou-se ocupando uma área média de 18.000 ha. Esse decréscimo coincide com o movimento que ficou conhecido como a Moratória da Soja, desencadeado por ONGs e apoiada pelos movimentos sociais com o intuito de barrar a expansão da soja na Amazônia. Na visão de Pereira (2012), esse movimento obteve

[...] dimensão multiescalar, partindo das cidades de Santarém e Belterra até a negociação com compradores de soja na Europa e a pressão destas organizações para que não se compre soja de áreas onde haja desmatamento e expulsão de pequenos agricultores. Essa ação resultou na moratória da soja e numa pactuação, mesmo que provisória, entre as partes envolvidas no conflito e o mercado comprador destas *commodities* (p. 130, grifo do autor).

Diante de tal pressão, a Abiove e a Anec juntamente com seus associados resolveram não comercializar “grãos de soja oriundos de áreas agrícolas dentro do Bioma Amazônico, desmatadas após a data de 24 de julho de 2006, pelo período de dois anos” (p. 10). O prazo da moratória venceu. A área com plantação de soja até o ano de 2011 se manteve em um patamar abaixo de 18.000 ha.

Conforme os dados demonstrados no gráfico 1, a mandioca foi a lavoura com a maior área plantada, atingindo 23.000 ha em 2011.

O feijão e o milho mantiveram pequena expansão de área plantada, porém sem grandes oscilações.

3.2.1.2 A Cargill

A Cargill é uma das maiores empresas do mundo na comercialização e industrialização de produtos alimentícios e agrícolas. Sua sede está localizada em Mineápolis, nos Estados Unidos. Opera em 65 países distribuídos em cinco continentes. Conta com aproximadamente 140 mil funcionários. No Brasil está presente desde 1965. Nesse país, entre sua rede de negócios, e uma das mais expressivas está ligada à comercialização, produção e processamento de soja. Para essa finalidade sua unidade de negócio é composta por terminais portuários, transbordos, armazéns e unidades processadoras. Toda essa estrutura tem possibilitado o destaque da Cargill em dois segmentos agroindustrial: uma das maiores exportadoras de soja em grãos e uma das maiores indústrias em processamento em escala mundial. Dessa forma, os negócios da empresa estão centrados na cadeia de suprimento de grãos e oleaginosas, fabricação de farelo, óleos brutos, degomados, refinados e envasados (CARGILL, 2013).

A implantação de um terminal especializado na escoação de grãos no Porto de Santarém pela Cargill, de acordo com Flexor, Viegas Leão e Lima (2006), representou um episódio “ainda mais agressivo nos investimentos relacionados à logística da soja no país” (p. 09).

Conforme a mesma referência, esse terminal logístico ocupa uma área de quarenta e cinco mil metros quadrados e foi construído como alternativa ao escoamento de grãos produzidos no estado do Mato Grosso através da rodovia Cuiabá-Santarém. Dessa forma, a Cargill é considerada

[...] como um dos principais atores da dinamização da expansão do agronegócio da soja no município de Santarém. Sua influência se estende sobre as esferas políticas junto aos governos municipal, estadual e nacional que tem promovido programas específicos como os de infra-estrutura e transporte, onde exerce forte *lobby* para o asfaltamento da BR-163 ou de programas governamentais que promoveram importantes mudanças da base produtiva regional (FLEXOR; VIEGAS LEÃO; LIMA, 2006, p. 10, grifo do autor).

Carvalho e Tura (2006) haviam se referido anteriormente sobre a velocidade que a soja avança sobre os municípios de Belterra e Santarém. Apesar dos anexos E e F demonstrarem certa estabilização da área plantada com soja em Santarém e pequeno crescimento desse espaço em Belterra, esses dois municípios juntos foram responsáveis por 10,11%³¹ da soja embarcada no Terminal Portuário da Cargill em Santarém. O restante, 89,89% ficou por conta do Mato Grosso e outras áreas produtoras do estado do Pará. Para uma fronteira agrícola recente, esses números merecem reflexão e preocupação. A figura 10 retrata o terminal graneleiro da Cargill.

Figura 10 – Terminal portuário da Cargill em Santarém



Fonte: Youssef Filho, 2012.

³¹ Cálculos efetuados a partir dos anexos E, F e G. Todos esses anexos foram subsidiados por informações da Anec, 2013, Idesp-Belterra, 2013 e Idesp-Santarém, 2013.

Conforme informações levantadas em Santarém com o Sr. Hécio Amaral, as obras para a construção do Terminal Graneleiro da Cargill se iniciaram em 1999, ficando o porto pronto para o embarque de grãos a partir de 2003. Porém até hoje o licenciamento ambiental, segundo Sena (2013) ainda se encontra sob júdice na justiça federal. Com rumores de que essa licença seria liberada, os movimentos sociais de Santarém emitiram uma nota de repúdio, da qual se transcreve um pequeno trecho.

Quando a população tomou conta da instalação do empreendimento [o leilão da concessão da área da **CDP** e os bastidores políticos sobre a sua instalação aconteceram no 'escuro'] também surgiram as reações sociais, ambientais e jurídicas.

Foi-se a **praia da Vera-Paz**, a única praia de acesso à maioria da população, patrimônio sociocultural da cidade, agora só viva nas canções, poesias e fotos. Privatizou-se parte do **rio Tapajós** em frente à cidade. Edificou-se o empreendimento em cima de sítios arqueológicos com registro de 12 mil anos. Os conflitos sociais, ameaças à lideranças e aos contrários a presença da soja, aumento dos bairros periféricos, envenenamento de igarapés com agrotóxicos, comunidades inteiras sumiram do mapa para dar lugar ao progresso, entre outros, foram acontecendo.

As leis também foram abandonadas em favor do progresso. A Constituição Federal foi simplesmente esquecida durante a implantação do empreendimento. O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (**EIA/RIMA**), necessário para empreendimentos dessa magnitude, não foi sequer realizado (SENA, 2012, nota de repúdio, grifo do autor).

Essa nota de repúdio foi emitida em decorrência de informações de que a licença ambiental definitiva para operação do terminal portuário seria emitida. Assinaram a nota através de seus respectivos dirigentes: Associação de Mulheres de Santarém, Comissão Pastoral da Terra, Comissão Diocesana de Justiça e Paz, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, Frente em Defesa da Amazônia, União dos Estudantes do Ensino Superior de Santarém e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

Conforme visto, a Cargill representa o tipo de negócio que controla o processo completo da transformação da matéria-prima em produtos industrializados de alto valor agregado. Segundo Schlesinger (2005), tempos atrás, esse modelo de produção era denominado empresa agropecuarianista, a qual unia a agricultura e a pecuária. No entanto para ele, atualmente esse termo não é mais usado, “fala-se agora no agronegócio, com significado mais amplo, pois inclui setores relacionados, como transportes, insumos, indústria e distribuição” (p. 03).

3.2.1.3 O agronegócio

Compreende-se nas pesquisas de Welch (2005) que o padrão de agronegócio vigente nas Américas é uma variante do modelo de desenvolvimento oriundo dos Estados Unidos da América, denominado agribusiness. Como não poderia ser diferente, seu conceito também surgiu na década de 1950 nesse país, através de um trabalho científico de autoria do Dr. John H. Davis, economista da Universidade de Harvard, o qual, mais especificamente no ano de 1957 assim o definiu.

O agronegócio é um conceito de economia que inclui a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de insumos agrícolas. Inicia-se com a produção no campo, o armazenamento, processamento e distribuição de commodities agrícolas e itens feitos a partir delas (p. 10).

Em realidade, o que Davis fez foi batizar com nome apropriado um sistema já existente. Desde a época das colônias inglesas na América, os produtos agrícolas da região sempre foram direcionados ao mercado exterior. O aperfeiçoamento e agilização desse processo se deu a partir do século XIX em decorrência de uma série de fatores, dentre os quais se destacou: solidificação econômica e política dos EUA pós-independência; enriquecimento dos investidores norte-americanos através desse tipo de sistema e aperfeiçoamento do padrão do plantation, o qual permitiu uma maximização dos lucros financeiros. O conjunto desses fatores permitiu aos citados empresários exportarem diversas técnicas de produção e comercialização. Sendo que um dos primeiros destinos dessa nova empreitada foi a América Latina, mais especificamente o Caribe. As primeiras atividades desenvolvidas neste local foram direcionadas ao cultivo de frutas tropicais como a banana e o beneficiamento de produtos primários como a cana-de-açúcar (WELCH, 2005).

A solidificação e expansão desse tipo de negócio têm como data de referência os anos de 1950, ocasião em que o governo dos Estados Unidos da América passou a apoiar substancialmente a Revolução Verde. Esta conceituação foi devido ao salto tecnológico alcançado no período relativo à modernização das atividades agrícolas através da mecanização e uso do agrotóxico nas grandes lavouras. A consequência imediata foi o aumento da produtividade, o que por sua vez ajudou a criar novos mercados para a produção agroindustrial do país. Essa também é a época em que a agricultura capitalista se consolidou de uma vez por todas seu predomínio naquele país (WELCH, 2005).

Não obstante, a crise econômica mundial dos anos de 1970 e 1980 desencadeou uma nova etapa de investimento e produção, fundada principalmente em novos acordos internacionais que criaram também novas regras de proteção à propriedade intelectual. Por conseguinte, esses novos regulamentos aliado às novas tecnologias genéticas admitiram a globalização do modelo do agribusiness. Sendo que esse padrão de negócio tem como meta principal a maximização dos ganhos via controle de custos da produção e comercialização. Portanto, toda a fase do processo é controlada, indo da semente à embalagem do produto. Com isso o agronegócio concebeu a forma mais moderna de capitalismo no campo (WELCH, 2005).

Para Oliveira (2006), agronegócio, nome dado à monocultura para exportação, não é simplesmente a tradução para a língua portuguesa do termo em idioma inglês agribusiness. Essa mudança de nome envolve ideologias, conforme afirmou o mesmo autor citando Carlos Walter Porto Gonçalves, “tratava-se de substituir e diferenciar a agri-cultura do agro-negócio” (p. 14). Complementando suas reflexões, Oliveira (2006) definiu esses dois termos. Para ele, a agricultura é uma das atividades econômicas mais antigas para a produção dos alimentos imprescindíveis à sobrevivência da humanidade, e agronegócio, uma atividade econômica para produção de commodities destinadas ao mercado global.

Fernandes (2005) acrescentou que agronegócio é a nova designação do padrão de desenvolvimento econômico da agropecuária tecnificada e que desde os primórdios do sistema capitalista esse modelo vai se transformando, cujo objetivo principal é maximizar a exploração da terra e do homem. Não obstante, dando continuidade às reflexões da mesma referência, independentemente do eufemismo empregado, seja agricultura capitalista, agricultura patronal, agricultura empresarial ou agronegócio, esse sistema econômico não consegue ocultar o que está em sua origem que é a concentração e a exploração.

Verifica-se uma inovação constante na forma de vender a idéia do agronegócio. Na atual conjuntura ela

[...] procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas

também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (FERNANDES, 2005, p. 4.864).

Para tanto, Fernandes (2005) concluiu que o estabelecimento do agronegócio no Brasil ampliou sua territorialidade, estendendo a influência sobre o espaço e as relações sociais, intensificando as injustiças sociais. Assim para ele, o ponto central que tem permitido a ampliação do agronegócio está no domínio do conhecimento técnico através de uma agricultura científica e globalizada. Contudo, percebe-se que a inovação tecnológica tem permitido um aumento considerável da produtividade.

Não obstante, aqui se evidencia um contraponto. Ao garantir uma melhor produtividade em áreas menores por intermédio das tecnologias disponíveis, poderia significar que o agronegócio não precisaria de grandes áreas. Porém na prática isso representa um contra-senso, quanto maior a produtividade maiores espaços são necessários. Isso só faz demonstrar que para o sistema capitalista de produção quanto mais se ganha, mais se quer ganhar. Dessa forma, esse modelo continua gerando concentração de poder, por conseguinte de riqueza econômica e de território. Portanto a consequência disso é o aumento da desigualdade.

3.2.2 Belterra

De acordo com IDESP-Belterra (2013), o município de Belterra está inserido no bioma Amazônia, pertencendo à mesorregião Baixo Amazonas e microrregião de Santarém.

A história de Belterra está intimamente ligada à expansão do comércio da borracha que teve início por volta de 1840. A partir desta data, tendo em vista a descoberta de novas utilidades para a borracha, sua procura aumentou a cada ano. A borracha é um produto, cujo principal componente é o látex, o qual é extraído da seringueira ou árvore-da-borracha (IBGE, 2013, Histórico).

Devido à crescente demanda mundial pelo látex, nos anos de 1930, o magnata norte-americano Henry Ford, proprietário da maior indústria automobilística dos Estados Unidos da América à época, deu início a um antigo sonho de se tornar o maior produtor de borracha natural do mundo. No entanto, seu principal intento era controlar a indústria automobilística internacional através do domínio do mercado da borracha que é o principal elemento na fabricação de pneus. Sendo que o local escolhido para esse projeto foi a Amazônia (IBGE, 2013, Histórico).

Para isso, segundo a mesma referência, a Companhia Ford negociou com o governo brasileiro a posse de um milhão de hectares de terras para o cultivo racional de seringueiras. O local escolhido para o empreendimento foi uma área situada entre os municípios paraenses de Itaituba e Aveiros. A base central desse empreendimento foi denominada de Fordlândia. Assim, iniciou-se a construção de uma vila baseada nos moldes de uma cidade americana. Porém, em pouco tempo se descobriu que o local não era propício para sediar tal empreendimento. Entre os principais motivos se destacava a dificuldade de acesso à localidade. Esse entrave deu início à procura de um novo lugar. Técnicos norte-americanos e holandeses iniciaram novas buscas para sediar o projeto da Companhia Ford. Nessa empreitada descobriram uma planície de pequena altitude, coberta por densa floresta e rente ao rio Tapajós. Admirado com a beleza da região, os funcionários da citada empresa que encontraram esse novo lugar para sediar o projeto, chamaram-na *Bela Terra* que com o passar do tempo ficou conhecida como Belterra. Com essa descoberta,

[...] o projeto começava a se tornar realidade, e Belterra ficou conhecida como 'a cidade americana' no coração da Amazônia. O projeto teve início e uma estrutura nunca antes montada em toda a região foi dando vida à futura cidade modelo. Hospitais, escolas, casas no estilo americano, mercearias, portos próximos à praia foram construídos para abrigar as famílias de todos os empregados que estavam trabalhando no projeto. Grande parte dos trabalhadores braçais vinha do sertão nordestino, fugindo da seca, e encontravam no projeto de Henry Ford a salvação. (IBGE, 2013, Histórico).

Mesmo com o passar do tempo, ainda hoje é possível observar várias características que relembram o período descrito acima. Essas lembranças são representadas principalmente pela arquitetura e por pés de seringa, conforme mostra a figura 11. As casas de madeiras da chamada Vila Americana e grandes caixas de água feitas de metal utilizadas para o abastecimento individual de cada residência foram preservados e diferem em estilo das tradicionais casas da cidade.

O pequeno seringal preservado está localizado no perímetro urbano de Belterra e foi transformado em parque, representando um dos símbolos dessa cidade.

Até o ano de 1995, Belterra pertencia ao município de Santarém. A emancipação política de Belterra se deu através da Lei nº 5.928 de 28 de dezembro de 1995. Por sua vez, a instalação do município veio a ocorrer com a posse do primeiro prefeito em 1º de janeiro de 1997. (IBGE, 2013, Histórico).

Esse município conta com uma população de 16.318 habitantes, que habitam uma área de 4.398,407 Km². Sua densidade demográfica é de 3,71 habitantes por quilômetro quadrado. Contrariamente à grande maioria dos municípios brasileiros, Belterra concentra a maior parte de sua população na área rural. Do total de habitantes, 9.466 pessoas vivem na zona rural, enquanto que 6.852 moram na cidade. Percentualmente isso representa 58% e 42% respectivamente. (IBGE, 2011, Censo).

Figura 11 – Parque das Seringas



Fonte: Youssef Filho, 2012

Seringueiras preservadas desde o período do projeto Ford. Belterra - PA.

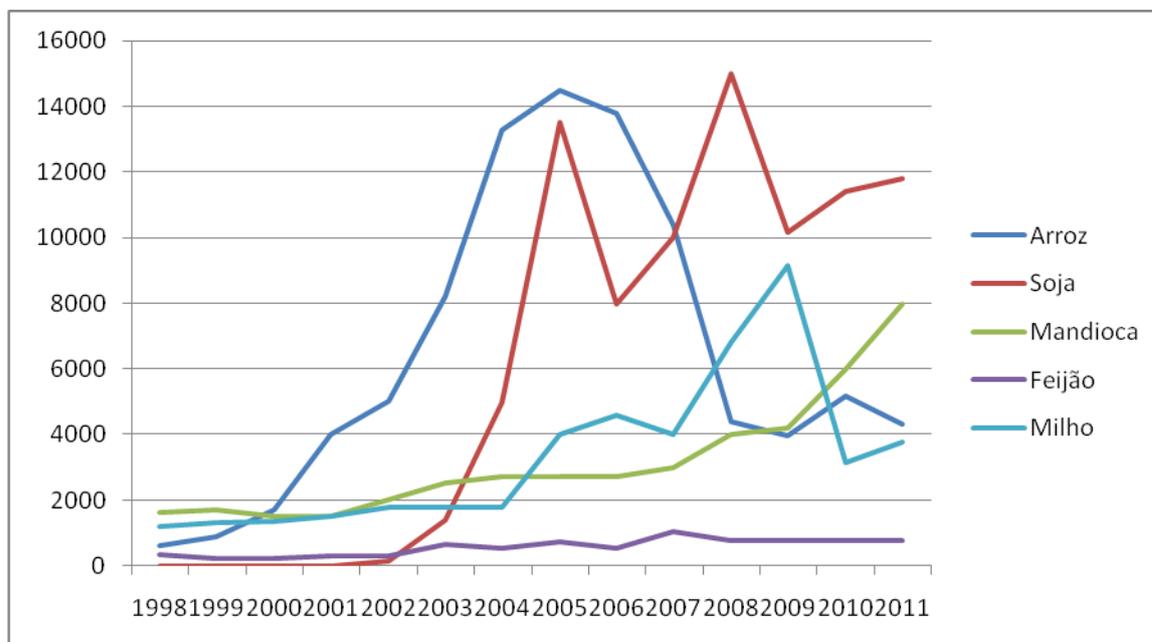
Diferentemente de Santarém, Belterra conta com uma pequena rede comercial e financeira. Porém é nessa cidade que se localizam os cartórios de registro civil e de imóveis, assim como a sede do Sindicato Rural, ao qual a maioria dos pequenos produtores da região é afiliada. As movimentações mais intensas entre pessoas de Belterra e os povoados do Eixo, conforme informação dos moradores locais são em épocas que se festejam os santos padroeiros e períodos perto das eleições legislativas e executivas em qualquer nível.

Na ocasião das políticas, observou-se grande movimento dos candidatos em busca de votos nas comunidades do Eixo. Apesar do partido de situação ter ficado no poder por duas legislaturas consecutivas, terem o domínio do Sindicato Rural de Belterra e ainda serem os responsáveis pela conscientização dos pequenos agricultores para permanecerem em suas terras, as opiniões a respeito dos candidatos de oposição e situação estava muito dividido nos povoados que compõem o Eixo Fé em Deus – Prata. As principais reclamações estavam relacionadas à falta de infraestrutura básica, saúde e educação, diga-se estrada, posto médico e escolas.

Relacionado à introdução da lavoura de soja no município de Belterra, de acordo com Carvalho e Tura (2006), o processo se deu de maneira semelhante à Santarém, porém, dois anos mais tarde. Assim as primeiras colheitas dessa commodity ocorreram a partir do ano de 2002.

De forma idêntica às comparações procedidas em relação à Santarém (gráfico 1) entre a soja e os principais produtos plantados na região, analisa-se sob o aporte do gráfico 2, a evolução da área ocupada por estas lavouras no município de Belterra.

Gráfico 2 – Evolução da área cultivada dos principais produtos agrícolas de Belterra



Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do Idesp-Belterra, 2013.

Apesar da proximidade entre Belterra e Santarém, o comportamento das áreas cultivadas com os produtos agrícolas em análise mostrou semelhanças e diferenças.

De acordo com o gráfico 2, a expansão da área plantada com soja em Belterra despontou de forma mais agressiva em relação à Santarém. Observa-se um crescimento verticalizado dessa cultura, chegando inclusive em 2008, a ultrapassar a área ocupada pelo arroz. Sendo que esta posição de destaque se manteve até os últimos resultados das estatísticas em 2011. Até o ano de 1999 essa posição de evidência pertencia ao cultivo da mandioca.

Conforme as informações dos moradores do Eixo³², a mandioca é o único produto agrícola que permaneceu sendo cultivado por eles e pelas comunidades tradicionais do entorno. No passado plantavam arroz, milho e feijão. Porém a chegada da agricultura mecanizada e de grande porte impossibilitou a continuação dessas lavouras, pois não detêm capitais e nem grandes áreas para plantio.

Não obstante, os gráficos 1 e 2 mostraram duas importantes semelhanças em relação ao comportamento das áreas ocupadas pelos referidos produtos agrícolas. Em ambos os gráficos, a soja, o arroz e o milho mostraram uma inconstância muito grande, ora avançado, ora recuando na quantidade de área plantada. Contrário a essa variação, a mandioca manteve um crescimento constante e sem grandes oscilações. Nesse momento as reflexões de Alfredo Wagner relacionadas à vulnerabilidade do mercado de commodities e à segurança alimentar das populações tradicionais se aplicam às bruscas alterações do espaço ocupado pelas referidas lavouras nos municípios de Belterra e Santarém.

Nesse sentido, as novas plantations [...] tem uma fragilidade a toda prova face às flutuações dos preços de mercado. Isto não ocorre com as comunidades tradicionais, que revelam maior capacidade de resistir às flutuações dos preços. Elas têm autonomia produtiva frente às flutuações do mercado de commodities [...] (ALMEIDA, 2010, p. 02).

Contudo, esses fatos se vinculam diretamente à permanência dos moradores nas comunidades do Eixo. Porém, o assunto será aprofundado posteriormente.

³² Peba, Necelim, Nêgo Véio e outros.

4 A FORMAÇÃO DOS POVOADOS

Para Adams, Murrieta e Neves (2006), as sociedades contemporâneas da Amazônia que vivem em áreas rurais podem ser classificadas de modo simples em

[...] sociedades indígenas; camponeses tradicionais ou históricos [caboclos], oriundos da incorporação colonial da região amazônica; e os neocamponeses que, desde a década de 1970, têm migrado como parte das políticas governamentais de ocupação da Amazônia (p. 15).

Considerando a categorização desses autores, residem atualmente nos povoados que compõem o Eixo Fé em Deus – Prata poucos *caboclos* e uma grande maioria de *neocamponeses*.

Porém, diferentemente de outras regiões³³, nas comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata não se percebeu uma distinção entre esses dois grupos. Até mesmo porque uma forma de distingui-los seria pelo auto-reconhecimento das pessoas nativas³⁴ como *caboclos* ou ainda serem designados por esse termo pelos neocamponeses. O fato é que ambos os grupos se reconhecem como pequenos agricultores. No entanto, com fins teóricos e acadêmicos, far-se-á uma breve discussão em torno destas duas categorias: *caboclos* e *neocamponeses*.

Harris (2006) definiu a sociedade cabocla como sendo grupo de pessoas

[...] que partilha padrões culturais semelhantes, como a maneira de explorar os recursos ambientais e suas crenças no ambiente encantado. O caboclo vive, ou vivia, predominantemente em comunidades ribeirinhas de parentesco. Essa cultura e sociedade emergiram algum tempo antes da Cabanagem, revolta ocorrida em meados da década de 1830 [...] (p. 82).

Esse mesmo autor atribuiu a Parker o termo caboclização, referindo-se à integração dos indígenas à sociedade brasileira entre os anos de 1700 a 1800. Essa incorporação foi feita de maneira forçada, onde os índios aprisionados pelas missões e posteriormente pelos diretórios dos povoados eram obrigados a se sujeitar a imposições culturais e laborais. Em decorrência disso, surgiu o caboclo, uma nova categoria de indivíduos e cultura. O caboclo é o resultado das diversas forças invasoras da Amazônia (PARKER apud HARRIS (2006)).

Não obstante, Harris (2006) é enfático ao afirmar

³³ Apesar de contextos diferentes, cita-se como exemplo o estado de Roraima, onde muitos indígenas que moram nas cidades ou em algumas comunidades rurais se auto-designam e também são designados pela sociedade envolvente pelo termo *caboclos*.

³⁴ A diferenciação entre essas duas categorias só foi possível devido ao trabalho de campo, contrapondo as histórias de vida e as feições características da miscigenação que ocorreu em algum momento.

[...] que não há uma cultura cabocla, como se essa cultura tivesse uma realidade ontológica enquanto rede de crenças e procedimentos com um legado imóvel. De modo similar, não pode haver uma identidade cabocla, no sentido de uma fronteira étnica, separando o modo de vida caboclo de outro modo de vida (p. 83).

Segundo Brondízio (2006) apesar das diferenças fundadas principalmente em suas distinções históricas e socioculturais, caboclos e camponeses, concomitantemente

[...] compartilham semelhanças surpreendentes na medida em que são agrupados na mesma categoria como 'camponeses amazônicos'. Regionalmente, ambos os termos [...] comportam diversos sentidos, comumente depreciativos. Enquanto as definições acadêmicas levam em consideração variações no contexto histórico, étnico e geográfico, bem como as variações de identidade sócio-econômica contemporânea, o uso coloquial dos termos 'caboclo' e 'colono' compartilha preconceitos sócio-culturais e econômicos. Essencialmente, enquanto produtores rurais de pequena escala, tanto caboclos quanto colonos compartilham de uma falta de suporte econômico, político e infra-estrutural (p.196).

A menção acima consegue exprimir boa parte dos motivos que nos levaram a unificar essas duas categorias em pequenos produtores rurais da Amazônia.

Para Adams, Murrieta e Neves (2006) a migração nordestina rumo a Amazônia ocorreram na década de 1970. Nas comunidades do Eixo este período diverge daquele. Ainda que atualmente, a maioria dos moradores das comunidades que compõem o Eixo migrou a partir dos anos de 1970, o primeiro morador da comunidade Fé em Deus chegou nessa localidade em 1934. Esse morador, mesmo tendo nascido no Pará é filho de migrantes cearenses, sendo que anterior a aquela data, a comunidade do Prata já contava com a presença de algumas famílias advindas também do estado do Ceará.

Portanto a história do povoamento das comunidades do Eixo está relacionada direta ou indiretamente³⁵ ao advento da migração nordestina para a Amazônia que se iniciou a partir da segunda metade do século XIX. Aliás, não se pode esquecer que na formação social do Brasil, os anos de 1800 foram caracterizados por períodos em que ocorreram intensos deslocamentos populacionais. Dentre os principais, destaca-se um de origem externa representada pelas migrações estrangeiras para o Sul do Brasil e o outro de natureza interna que foram as movimentações de nordestinos em direção à Amazônia (SOUZA, 1980). No

³⁵ No sentido de que mesmo nascendo no Pará a razão do povoamento se deu em decorrência da migração de seus pais.

momento, a mobilidade espacial que tem relação com nosso objeto de pesquisa é a migração interna, a qual o mesmo autor definiu como

[...] um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutra (p. 33).

Porém deve existir um motivo que levam as pessoas ao desejo de se mudarem para outros lugares. Conforme Souza (1980), o processo migratório não é um mecanismo aleatório que acontece entre duas localidades, uma de expulsão e outra de atração. Nasce e se desenvolve num contexto social e historicamente determinado. Nesta pesquisa, tal processo está relacionado à estrutura fundiária e à seca da região nordestina e ao mesmo tempo à crescente demanda mundial pelo látex³⁶ produzido na floresta amazônica brasileira. Dessa forma enquanto a região Nordeste apresentava excesso de mão de obra, a Amazônia carecia dela. Pode-se afirmar que esse é um exemplo de contexto histórico, o qual Souza (1980) se referiu anteriormente.

A descoberta do processo de vulcanização da borracha nos Estados Unidos no ano de 1839 permitiu inúmeros avanços tecnológicos em vários setores da sociedade. Esse mesmo período foi marcado por diversas invenções, entre elas a eletricidade, o telefone e o telégrafo, sendo que a borracha se tornou um acessório imprescindível em todos eles. A utilização generalizada da borracha nesses e em outros inúmeros objetos fez despertar uma grande demanda mundial por esse produto. Naquela época a Amazônia era a principal fonte produtora de látex. Porém essa região não estava preparada para suprir a súbita demanda de borracha que o mercado internacional exigia (LOUREIRO, 2008). Pois, a totalidade da

[...] mão-de-obra necessária à produção amazônica era então suprida pela população indígena³⁷, de número reduzido, ante os massacres e o escravismo predominantes nos métodos de exploração extrativista da época colonial. A partir de 1855, porém, ela tornou-se insuficiente para atender aos reclamos mundiais de maior produção gumífera, sendo desta época as notícias das primeiras entradas de migrantes nordestinos, como João Gabriel de Carvalho Melo, estabelecido no Purus, desde 1857. (LOUREIRO, 2008, p. 17).

³⁶ Principal produto usado no processo de fabricação da borracha.

³⁷ Nota-se que grande parte da literatura que trata deste assunto se esquece da mão-de-obra cabocla ou regional, forçando ainda mais a invisibilidade desses grupos.

Conforme citado, enquanto a Amazônia vivia uma crise por falta de trabalhadores braçais, o Nordeste estava entrando em colapso pelo excesso deles. Esse excedente de pessoas fora ocasionado pela perda de competitividade do açúcar de cana produzido na região Nordeste. A entrada do açúcar originário da beterraba no mercado mundial provocou uma queda brusca das exportações brasileiras do açúcar. Com a redução do comércio internacional, automaticamente a produção se voltou para a economia de subsistência. Os esforços despendidos antes a favor das exportações foram redirecionados para a produção de alimentos, principalmente carne. Melhor nutrida, a população nordestina alcançou altas taxas de fecundidade, ocasionando um crescimento rápido e desordenado. Esse excedente populacional se tornou mais evidente por ocasião da seca de 1877-1880, quando indivíduos de todas as classes sociais foram vitimados por essa calamidade (SOUZA, 1980). Assim, constituíram-se

[...] as correntes migratórias para os Estados da Amazônia, cujos governos propagavam os elevados salários pagos nos seringais. Em sua maior parte, este fluxo migratório era formado pela classe trabalhadora rural e, em menor proporção, pelas camadas médias do meio rural e urbano do interior cearense e nordestino (SOUZA, 1980, p. 55).

Nascimento (1998) alertou que grande parte da literatura sobre as migrações nordestinas, principalmente do sertanejo para as cidades ou outras regiões do país, tem associado esses movimentos populacionais somente às secas que assolaram o sertão do Nordeste. No entanto a mesma autora discorreu que o fenômeno da seca tem sido usado como base para a compreensão desse processo migratório. Justificando seu raciocínio, ela enfatizou que esse fato sempre fez com que a questão primordial que é a estrutura fundiária nordestina fosse relegada a segundo plano. Portanto para a autora, os grandes deslocamentos de nordestinos para a Amazônia

[...] sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca, e os pequenos agricultores são os que primeiro sentem os efeitos da mesma. Além de serem a maioria da população rural sertaneja, eles não tinham alternativa a não ser migrar (p. 02).

Independentemente dos motivos que levaram os nordestinos a migrar para a Amazônia, compreende-se que os grandes deslocamentos se mantiveram enquanto durou o chamado ciclo da borracha. De acordo com Tobias (2003), esse ciclo econômico teve duração de quarenta, compreendendo os anos de 1870 a 1910.

Loureiro (2008) acrescentou que o ciclo da borracha atingiu seu ápice em 1910. E a partir daquela data, as exportações brasileiras de goma declinaram ano após ano. Concomitante a essa queda, grande parte dos trabalhadores nordestinos também abandonaram os seringais. Segundo Tobias (2003) a maioria desses migrantes que haviam se dirigido para os seringais nos anos finais do século XIX, ao invés de retornarem ao seu local de origem se dispersaram para outros estados da Amazônia, como por exemplo, o estado do Pará em busca de terra para produzir. Benchimol (2009) acrescentou que foi nos anos de 1930 que se iniciou

[...] o grande êxodo rural das populações de seringueiros nordestinos em direção às vilas, cidades e sítios da calha central do Solimões e do médio e baixo Amazonas e para as sedes desses municípios e das capitais de Belém e Manaus (p. 157).

Visto dessa forma, parece-nos que com o término do ciclo da borracha, a região amazônica entrou em um colapso econômico. Entretanto Nugent (2006) se contrapõe a essa idéia. Para ele, a supressão do mercado de extração da borracha amazônica, não representou “a completa estagnação econômica tão amplamente mencionada na literatura” (p. 38). Dando continuidade a seu raciocínio, a paralisação desse extrativismo contribui para o surgimento de “uma versão residual da outrora extensa rede produtiva-mercantil” (p. 38). Dito de outra forma, o que Nugent (2006) fez foi relacionar o surgimento de um campesinato livre na Amazônia à decadência do ciclo da borracha. Pois durante a vigência da economia da borracha, até mesmo pequenas lavouras de subsistência eram proibidas, desaconselhadas e quando existiam eram amplamente controladas pelos patrões seringalistas. Isso era uma maneira de aumentar a dependência econômica dos seringueiros (LOUREIRO, 2008). Com a derrocada do ciclo, os trabalhadores dos seringais começaram a procurar áreas propícias ao desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, contribuindo de forma excepcional para o povoamento da Amazônia. Aqui fica claro também que o comodismo e a ineficiência dispensada aos pequenos produtores da Amazônia são fabricados, conforme discorre vários pesquisadores, entre eles, Nugent (2006).

Não obstante, ao mesmo tempo em que findava o *boom* da borracha nos principais pólos produtores, os estados Amazonas e Acre, no Pará, mais especificamente onde atualmente se localiza o município de Belterra, por volta também da década de 1930, iniciou-se outro pólo de atração, também ligado à demanda mundial pela borracha. Desta vez o deslocamento de trabalhadores à

procura de meios de subsistência foi motivado pela implantação do projeto do norte-americano Henry Ford que previa a extração do látex através do plantio racional de seringueiras. Com isso entraram em cena novamente os migrantes nordestinos que foi a principal força de trabalho braçal da empresa. Porém, este empreendimento também fracassou, conforme foi visto anteriormente na subseção 3.2.2 deste trabalho. Mas de forma idêntica ao malogro do ciclo anterior, os pequenos agricultores se fixaram na região, procurando bons lugares para se plantar e viver. Exemplo prático disso será visto com o depoimento do *Seu Cassiano*.

Em decorrência do envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial em 1942, sobreveio nova corrente migratória de trabalhadores nordestinos em direção à Amazônia. Conforme Nascimento (1998), o governo brasileiro por força dos chamados Acordos de Washington se comprometeu a reativar a extração do látex na Amazônia. Para Benchimol (2009), o deslocamento

[...] *migrantista* da Batalha da Borracha, que se desenvolveu no decorrer dos anos de 1941, 1942 e início de 1943, à moda tradicional, com os flagelados e retirantes nordestinos tangidos pela seca e/ou atraídos pela seringa, em busca da Amazônia e de seus altos rios [...]. Não apenas *cearenses* e nordestinos, mas também oriundos das mais diversas regiões do país: cariocas, paulistas, fluminenses, capixabas, mineiros, goianos, mato-grossenses, de todas as classes e profissões (p. 166, grifos do autor).

No entanto, o mesmo autor identificou diferenças entre essa onda migratória e as outras anteriores a ela. Para Benchimol (2009), nos primeiros deslocamentos, os nordestinos, em sua maioria, cearenses, eram provenientes da zona rural e se deslocavam juntamente com a família. Contrário a esse padrão, os nordestinos que migraram no início da década de 1940 proviam das áreas urbanas e eram compostos por homens solteiros ou desgarrados de sua família. Vinham à Amazônia pelo sabor da aventura, por promessas de riqueza fácil e também para fugirem de uma possível convocação da Força Expedicionária Brasileira para lutar na Itália.

Assim considerando esses dois períodos de deslocamentos e suas respectivas diferenças, o mesmo autor realçou que os migrantes

[...] que tinham mais vocação agrícola desciam rio abaixo, para ocupar, como posseiros, as terras devolutas das várzeas do Solimões, do médio e do baixo Amazonas, onde se localizavam os seus sítios e roçados, neles se fixando definitivamente, permanecendo fiéis à tradição rural (p. 167).

Nota-se nessa referência, a menção à ocupação pelos migrantes de algumas áreas localizadas entre os estados do Amazonas e Pará, sendo que uma delas é o Baixo Amazonas, cuja região se situa os povoados alvos desta pesquisa.

Segundo Tobias (2003), os nordestinos, especialmente os cearenses nos períodos compreendidos entre os anos de 1930 ao final de 1950, foram os migrantes de maior expressão no estado do Pará. Mas não é só isso, conforme a complementação da mesma referência, essa representatividade de cearenses no Pará é a maior entre todas as Unidades da Federação.

Esse também foi o padrão observado da população que compõe as comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata. Dessa forma, a tabela 1³⁸ destaca percentualmente a importância dos migrantes nordestinos para a formação dos povoados da citada área.

Tabela 1 – População do Eixo por local de origem

	PRATA	FÉ EM DEUS	AÇAIZAL	SÃO RAIMUNDO	TOTAL	%
NASCIDOS NO EIXO	18	16	61	97	192	52,60
CEARÁ	02	12	27	33	74	20,27
PARÁ	02	08	38	20	68	18,63
MARANHÃO	-	-	06	05	11	3,01
SANTA CATARINA	-	-	-	08	08	2,19
PARANÁ	-	-	04	-	04	1,09
AMAPÁ	-	-	04	-	04	1,09
MATO GROSSO	02	-	-	-	02	0,54
PIAUI	-	-	-	01	01	0,27
RIO GRANDE DO SUL	01	-	-	-	01	0,27

Fonte: Youssef Filho, 2012.

Aliás, esse suporte fornece outros pormenores. Porém, com o objetivo de destacar a procedência dos moradores que constituem as comunidades do Eixo, excetuaram-se do cômputo abaixo os indivíduos nascidos nessa região. Esse número representa 52,60% e são constituídos em grande parte por filhos dos migrantes (tabela 1). Do total de pessoas que chegaram a essa área, somente 39,30% dos atuais moradores se deslocaram do próprio Estado em direção ao Eixo Fé em Deus - Prata, enquanto que 42,77% são originários do estado do Ceará. Examinando mais de perto essa procedência, considerando-se as grandes regiões

³⁸ Esta tabela considerou a procedência primária dos migrantes e não sua última procedência.

brasileiras, a contribuição de migrantes nordestinos ascendeu um pouco mais, ficando da seguinte forma: Nordeste – 49,69%, Norte – 41,61%, Sul – 7,50 e Centro-Oeste – 1,15%. Não houve registro de pessoas vindas da Região Sudeste.

Conforme mostrado na tabela 1, o maior percentual de migrantes é procedente do estado do Ceará. Devido à relevância dessa informação para a pesquisa e ainda partindo dessa tabela, isolaram-se os dados do Ceará, aproveitando-os para compor a tabela 2, a qual evidencia o número de migrantes oriundos do citado Estado por intervalos de tempo.

Tabelas 2 – Migração cearense por temporada

PERÍODO	PRATA	FÉ EM DEUS	AÇAIZAL	SÃO RAIMUNDO	TOTAL POR ANO
1934-1956	01	02	-	-	03
1957/1961		04	05	-	09
1962/1969	-	02	03	-	05
1970/1978	-	02	05	05	12
1979/1983	-	-	07	06	13
1984/1988	01	02	07	20	30
1989/1999	-	-	-	02	02
2000/2012	-	-	-	-	-
TOTAL POR COMUNIDADE	02	12	27	33	74

Fonte: Youssef Filho, 2012.

A tabela 2 ilustrou somente os imigrantes vivos e que ainda moram em uma das comunidades que compõem o Eixo. De acordo com as informações obtidas em campo, os deslocamentos dos cearenses para região se iniciaram em 1934³⁹ e findaram na década de 1990. Porém o ápice dessas migrações aconteceu entre os anos de 1984 a 1988.

Não obstante é preciso esclarecer que até certo momento, mas precisamente até o final dos anos de 1970, o fluxo de migrantes cearenses em direção a essa região se deu em decorrência principalmente das desigualdades sociais crescentes na ruralidade nordestina, ao agravamento da seca e dos programas de governo que previam a transferência em massa de trabalhadores com o objetivo de povoar a Amazônia. Porém, grande parte desses pequenos produtores rurais que haviam chegado durante todos estes anos, conseguiram-se estruturar economicamente,

³⁹ Anterior ao ano de 1934 já existia a comunidade do Prata, no entanto se toma essa data como referência para o início do povoamento devido às informações de interlocutores ainda vivos.

servindo como base de ajuda para parentes e amigos que ainda estavam no Ceará e que também desejavam se mudar. Em realidade, isso é o que Souza (1980) chamou de rede de apoio, a qual serviu de incentivo e influência aos demais membros da família, amigos ou conhecidos que desejam migrar, mas por algum motivo se sentiam inseguros. Assim nos deslocamentos

[...] interregionais, a notícia de sucesso dos migrantes pioneiros nas regiões de atração provoca, nas regiões de expulsão, o surgimento de outra categoria de migrantes chamada de seguidores. Estabelecem-se, deste modo, os elos de uma corrente migratória de grandes dimensões. Na formação e continuidade desta corrente migratória desempenha um papel importante, nas regiões de expulsão, a ideologia da emigração. Esta encontra nos grupos familiares e de vizinhanças os principais agentes de difusão. Sair do meio social de origem é a idéia dominante desta ideologia, cujos grupos sociais, que a aceitam, agem na certeza de que sair é melhor. O sucesso dos que já foram tem uma força de persuasão superior ao fracasso dos que regressaram derrotados (SOUZA, 1980, p. 37).

Retornando à análise da tabela 2, o efeito mais visível ocasionado pela referida rede de solidariedade foi constatada nas comunidades Açaizal e São Raimundo, onde a maior onda migratória ocorreu entre os anos de 1984 a 1988. De acordo com os dados quantitativos e informações obtidas através das entrevistas, o aumento dos deslocamentos em direção a esses povoados naquele período estão diretamente relacionados à força desta organização de apoio, a qual também está ligada ao processo de resistência das comunidades do Eixo. É nesse período que entrou em cena uma grande movimentação da família Sousa para trazer parentes e amigos para a comunidade São Raimundo.

No entanto, conforme verificado na tabela 1, além dos nordestinos houve outros grupos de migrantes advindos das regiões Sul e Centro-Oeste⁴⁰, que, embora em menor quantidade, influenciou de maneira incisiva a atual configuração espacial da localidade. São também chamados de agricultores, porém as condições econômicas, modo de produção e temporalidades destes migrantes diferem dos primeiros.

Segundo Fonseca (2011), esses deslocamentos se iniciaram nas décadas finais do século XX, motivado pela ampliação da fronteira agrícola, onde

[...] uma nova onda de migrantes passou a ocupar o espaço amazônico, envolvendo-se em atividades de grilagens de terras, garimpagem clandestina, desflorestamento, exploração madeireira, criação de gado e plantio de grãos (FONSECA, 2011, p. 77).

⁴⁰ Na realidade, nas comunidades do Eixo, somente uma pessoa é originária da região Centro-Oeste. Um agricultor do Rio Grande do Sul, antes de tentar a sorte por aqui, esteve primeiramente no estado do Mato Grosso, onde se casou e posteriormente vieram para a comunidade Prata.

Estes, os quais chamaremos de médios agricultores, instalaram-se nas comunidades do Eixo a partir dos anos iniciais do século XXI. Numericamente são bem inferiores (tabela 2), porém ocupam grandes áreas. É nesse ponto que Souza (1980) distinguiu a participação dos grupos sociais no processo migratório. Para ele,

[...] as classes sociais também se diferenciam na participação do processo migratório. Aqueles migrantes que trazem consigo elevados capitais para investir ingressam no mercado da sociedade de destino, como empresários, acumuladores de capital para as suas empresas. Daí por que sua participação no processo migratório é bem diferente da participação dos migrantes que concorrem ao mercado apenas com a força do seu trabalho (p. 39).

Enfim, com a reunião de dados extraídos dos questionários, informações captadas nas entrevistas e orientado pelas citadas literaturas, proporcionou-nos resgatar uma parte da história da formação das comunidades que compõem o Eixo Fé em Deus – Prata.

A constituição das comunidades do Eixo se deu a partir de dois núcleos humanos. Cada um localizado em uma posição extrema do que se convencionou chamar de Eixo. A primeira comunidade a ser formada foi o Prata, cujo acesso era realizado pela estrada atualmente denominada PA Jabuti – Santarém. O outro ponto é Fé em Deus que foi a segunda comunidade a se constituir. Porém seu primeiro morador veio de Belterra que fica em direção contrária à citada rodovia estadual. Assim ficou Fé em Deus em um lado da estrada e a comunidade do Prata do lado oposto e um grande vácuo humano entre os dois povoados, cuja distância entre eles é de 15 km.

De acordo com informações dos moradores mais antigos, a comunidade Prata em anos anteriores foi a mais próspera e populosa da região. Aragão⁴¹ é um destes moradores que confirmou que essa movimentação teve dois motivos específicos. O primeiro é que foi exatamente nessa comunidade que se deram as primeiras reuniões com o intuito de criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No entanto, posteriormente, conforme acrescentou o professor Edson Moura⁴², decidiram que a sede do sindicato, o qual até hoje é um dos mais expressivos do

⁴¹ José Renato Oliveira da Silva, conhecido na região como Aragão é um dos moradores mais antigos da comunidade Prata.

⁴² Professor da Casa Familiar Rural de Belterra, localizada na comunidade do Prata.

país, seria em Mojuí dos Campos⁴³. O outro motivo, também alegado por Aragão, foi que a fundação da primeira associação de comunitários da região sob a denominação de Grupos de Revendas se originou no Prata, expandindo posteriormente por outras áreas. Esses fatos, segundo os depoimentos, ocorreram em meados dos anos de 1970. Portanto, em fase a essas interlocuções, percebe-se que na comunidade do Prata houve uma grande movimentação política, sendo a partir desse povoado que se irradiaram os movimentos sociais para outras comunidades da região.

A origem da denominação do povoado tomou como referência, segundo conhecimentos de Aragão, um igarapé que passa nas proximidades. Contaram a ele que caçadores e tiradores de leite de maçaranduba chegaram a este local e defrontaram com um córrego de águas cristalinas e logo o batizaram de igarapé do Prata. Assim, a comunidade que se formou a suas margens ficou conhecida pelo mesmo nome.

Apesar de não possuir dados precisos, verifica-se que houve um decréscimo populacional na comunidade do Prata. Tal fato se fundamentou no depoimento de vários moradores. Pelas lembranças de Dandão⁴⁴ na década de 1960 moravam na comunidade dezesseis famílias. Seu Adenor⁴⁵ que chegou à região em 1974, narrou que naquele ano já havia cerca de trinta famílias vivendo no povoado. No ano de 2000, segundo a recordação de Aragão, esse número subiu para cerca de quarenta famílias. No entanto, atualmente, reside na comunidade Prata, conforme constatado por este levantamento de campo, somente cinco famílias.

Esse esvaziamento, conforme informações colhidas, foi ocasionado pela venda de terras aos agricultores advindos da região Sul e também por divergências político-religiosas.

A imagem da invasão da agricultura mecanizada tomando conta do que antes eram pequenos roçados de mandioca mantidos pelos moradores tradicionais⁴⁶ é comum quando se visita a região. A figura 12 retrata esse momento. Porém,

⁴³ Mojuí dos Campos, comunidade próxima à região do Açazal do Prata. Até 31 de dezembro de 2012 esse povoado pertenceu ao município de Santarém. Em 1º de janeiro de 2013 se elevou à categoria de município com a posse de seu primeiro prefeito. (PLIP, 2013).

⁴⁴ João Evangelista da Silva Filho, o Dandão é um dos primeiros moradores a nascer na região. Ele nasceu em 1955 e seus pais chegaram no Prata em 1954 provenientes do estado do Ceará.

⁴⁵ Adenor Domingos de Sousa é morador da comunidade São Raimundo.

⁴⁶ Pequenos produtores rurais.

conforme detalhe dessa imagem é possível ver ao fundo porções de floresta primária cercando a área preparada para o plantio de milho ou soja. Esse pormenor revela mais um padrão de destruição da natureza. Pois, além de ocupar o espaço dos roçados tradicionais, estende-se o limite dessa extensão a áreas antes ocupadas por florestas.

Figura 12 – A invasão da agricultura mecanizada



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Terra preparada para o plantio de milho dentro dos domínios da área pertencente à comunidade Prata. Ao fundo, detalhes de floresta primária.

O segundo povoado a ser formado foi Fé em Deus, lembrando que esse povoado está localizado no extremo oposto à comunidade Prata.

A história de Fé em Deus se iniciou em 1934. Seu Martiniano que já plantava mandioca lá no Ceará migrou com toda a família, inicialmente para trabalhar nos seringais do estado do Amazonas. Porém com o declínio do ciclo da borracha veio atrás de terras para plantar na região de Belterra, por indicação de um irmão. Este seu irmão tinha vindo a Belterra trabalhar na extração do leite de seringa atraído pelos salários oferecidos pela Companhia Ford.

Devido à riqueza de detalhes, transcreve-se na íntegra, o relato do filho do primeiro morador⁴⁷.

Papai tinha um irmão que morava em Belterra e por isso, ele foi passear lá na casa dele. Nessa viagem, meu pai se interessou em mudar para a região. Primeiro colocou dois roçados à beirada do rio Tapajós em um local conhecido como Tapajós do Jaraguari. Porém a terra era árida e tinha muita formiga e a roça não vingou. Como queria ficar na região, perguntou ao *Seu* Joaquim Carvalho, homem antigo e acostumado a varar mata, se ele sabia de um terreno bom para plantar e que tinha um bom igarapé nas proximidades. Seu Joaquim Carvalho afirmou que conhecia. Só que era distante e levava uns três dias de caminhada até lá. De posse de um machado, meu pai e o Joaquim vararam a mata até chegar à localidade conhecida hoje como comunidade Fé em Deus. Lá a terra era fértil, a chamada terra preta de índio. Passaram uma semana por lá. Depois meu pai e meu irmão mais velho foram novamente prá lá. Derrubaram quatro tarefas de mata para plantação da roça. Durante este trabalho sempre iam achando cacaria de cerâmica. Diziam que era dos antigos moradores, os índios. Como a roça produziu, bem confirmando que a região era boa para plantar, fizeram casa e começaram a morar lá. No início, somente minha família. Depois abrimos uma picada em direção ao Tapajós⁴⁸. A terra era vazia, tinha muito pouca gente. Para se saber se tinha gente nas redondezas, atirava-se para cima com espingarda cartucheira. Se tivesse alguém interessado em se comunicar, respondiam também com tiros. Foi dessa forma que descobrimos que existia a comunidade do Prata. Caçadores do Prata resolveram explorar mais a região e como sempre faziam, iam atirando para o alto. E ouvimos um desses tiros. Meu pai imediatamente respondeu com outro tiro. Iam se guiando na mata pelo barulho dos tiros. Os caçadores⁴⁹ chegaram a nossa casa já a noitinha. Lembro-me como se fosse hoje, João Bilau, Vicente Leme e meu pai conversaram a noite todinha. Foi aí que ficamos sabendo que tinha mais gente naquela região. No outro dia levaram meu pai até o Prata. Chegando lá, combinaram que fariam uma picada ligando as duas regiões. E assim foi feito. Eu, meu pai e meus irmãos iniciaram a picada daqui e os moradores do Prata iniciaram a partir de lá. Dessa maneira, além de estabelecer comunicação entre os moradores, constituiu-se uma relação de compadrio e amizade entre meu pai e os caçadores que durou até a morte deles. No ano de 1945 a população de Fé em Deus cresceu muito devido à transferência de uma usina de beneficiamento de pau-rosa da comunidade São Jorge⁵⁰ para a comunidade Fé em Deus. Essa mudança da usina prá cá foi porque exploraram todo o pau-rosa que tinha naquela comunidade. Ficaram aqui por uns quatro anos, até o esgotamento total dessa madeira. Durante este período a comunidade tinha muita gente. Mas assim que acabaram com a madeira daqui, a maioria dos moradores também foi embora. O primeiro carro na região apareceu em 1955⁵¹ trazido por um morador de Mojuí e que tinha interesse em explorar o transporte na região e assim ele incentivou o pessoal a abrir estradas. Pois se assim o fizessem, os carros começariam a ir a estes locais. (*Seu* Cassiano, entrevista, grifo meu).

⁴⁷ O Sr. José Farias dos Santos, conhecido como Cassiano, nasceu em 1935 na cidade de Santarém e se mudou nesse mesmo ano com a família para localidade, onde atualmente é estabelecida a comunidade Fé em Deus. O pai do Cassiano se chamou Martiniano Farias dos Santos.

⁴⁸ Esta picada em direção ao rio Tapajós foi aproveitada para o traçado atual da BR 163.

⁴⁹ Nome dos caçadores.

⁵⁰ Comunidade estabelecida no KM 124 do lado esquerdo da BR 163.

⁵¹ Cujo proprietário era o Sr. Belarmino.

Dessa forma foi estabelecida a comunicação entre os dois extremos do Eixo Fé em Deus – Prata.

Seu Adenor conviveu com o Sr. Martiniano⁵² e acrescentou que o nome Fé em Deus teve origem em uma frase repetida diversas vezes por ele durante a procura do local onde atualmente está instalada a comunidade. Durante a varação na mata devido às dificuldades de acesso e pela demora em encontrar o lugar, *Seu Martiniano* já tomado pelo cansaço, sempre ia dizendo “com fé em Deus nós chegaremos lá” (*Seu Adenor*, entrevista). E chegaram. Porém de tanto repetir essa história aos outros moradores que posteriormente foram chegando à região, a localidade ficou conhecida como comunidade do Fé em Deus.

O próximo núcleo a ser formado foi a comunidade Açaizal. Pode-se dizer que esse povoado contou com um planejamento prévio. Isso, se considerado o modelo do povoamento constituído em Fé em Deus.

Conforme relatos de *Seu Adenor*, na década de 1950, o cearense Belarmino morador de Mojuí dos Campos, região próxima ao Eixo Fé em Deus - Prata já havia se estruturado economicamente. Porém, antes de sua vinda para o Pará, ainda no Ceará havia acordado com uma família, com quem mantinha laços de amizade, os Almada, assim que encontrasse um local propício, mandaria buscá-los. Deste modo em 1956, cumpriu sua promessa, mandando vir de uma só vez cinco irmãos daquela família com suas respectivas esposas e filhos. Radicaram-se em uma localidade que posteriormente passou a ser chamada de Açaizal. A partir daí foram chegando outras famílias vindas do Ceará e também de outras localidades.

Ponderando todas as dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor, sendo a principal, o abandono do poder público, a comunidade do Açaizal apesar de ter tido uma população maior em épocas anteriores resistiu e atualmente conta com trinta e oito famílias (tabela 4). A origem do nome teve como referência a grande quantidade de pés de açaís às margens do igarapé que passa próximo ao povoado. Porém, atualmente é raro ver algum pé de açaí nessa área.

O desaparecimento dos açaizais da região está relacionado ao desejo de ampliar a comunicação entre duas comunidades. De acordo com as informações prestadas por Aragão, os moradores mais antigos fizeram uma barragem para encurtar o caminho entre as comunidades Chaves e Prata. Porém, o lago da

⁵² Pai do Sr. Jose Faria dos Santos, *Seu Cassiano*.

barragem além de prejudicar o igarapé, acabou destruindo os pés de açaís que tinha por toda a região.

De acordo com os relatos colhidos na região, a família Almada tinha um vínculo muito forte com a Igreja Católica. Essa ligação tradicional dos Almada com a Igreja Católica se iniciou ainda em sua localidade de origem, no Ceará. No entanto, já existia na região uma movimentação em torno da adesão de trabalhadores rurais aos sindicatos da categoria. Assim, com o aumento da população, cresceram-se também os conflitos. Basicamente existiam duas correntes disputando o poder político. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica. Deste modo, pessoas ligadas à Igreja se aglomeraram em torno de Açaizal fortalecendo e estruturando esse povoado. Ao mesmo tempo, a comunidade do Prata era enfraquecida por essa disputa.

Confiando em sua memória, Aragão recorda que os moradores da comunidade Açaizal, aliados à ideologia da Igreja e motivados por essa concepção religiosa começaram a comprar terrenos que até então, entendiam, pertencer à comunidade do Prata, anexando-os posteriormente à Açaizal. Dessa forma as fronteiras desse povoado foram expandidas. Como não havia divisão político-administrativa naquela época, cada posse era declarada conforme seu sentimento de pertencimento.

Não obstante, logo em seguida, entre os adeptos da Igreja Católica houve uma divisão ideológica em torno da ala progressista e a tradicional. Sendo que a linha progressista estava mais aberta ao sindicalismo recém-implantado na região. Com isso, pessoas alinhadas a esse pensamento se apossaram de terrenos em uma área próxima ao Açaizal, porém no sentido à comunidade Fé em Deus, em uma localidade denominada São Raimundo. Segundo Nêgo Véio⁵³, até aquele momento não havia divisão territorial entre as comunidades São Raimundo e Açaizal.

Continuando o diálogo com esse mesmo interlocutor, ele se lembrou que por volta dos anos de 1979, Frei Genério durante as celebrações de uma missa em Açaizal fez um discurso bastante progressista para a época, com isso foi tachado de comunista pelos moradores considerados católicos tradicionais. Como não gostou das críticas, falou que foi sua última liturgia no local e que se construíssem uma

⁵³ Manoel Batista Pereira, conhecido como Nêgo Véio chegou à região em 1975 e foi um dos líderes da resistência.

pequena igreja em São Raimundo, passaria as celebrações para esse lugar. Assim foi feito, construíram uma palhoça que tempos depois se tornou uma igreja católica.

No entanto, houve outra divisão dentro da própria Igreja Católica local. Aproveitando-se do descontentamento dos moradores com o posicionamento de certos padres, pastores de crenças evangélicas de Santarém cooptaram algumas lideranças que acabaram se convertendo a essa religião. Esse fato contribuiu para o fortalecimento e expansão da comunidade São Raimundo.

Em sua tese de doutoramento Mark Harris (2006) observou entre outros aspectos, o comportamento religioso de pequenos agricultores no interior do Pará⁵⁴. De acordo com suas percepções a conversão ao protestantismo

[...] exige uma ruptura radical em relação ao presente. Especifica uma série de mudanças na vida pessoal e no comportamento corporal, tais como quais alimentos podem ser consumidos, que roupas podem ser usadas, a proibição em relação a bebidas, ao cigarro, ao adultério, a brigas e festas católicas. A participação na maior parte dessas atividades é essencial para a vida cotidiana, conforme percebido pelos católicos (p.97).

Assim, pessoas recém convertidas se aglomeraram em torno de São Raimundo. Alguns ex-catequistas da Igreja Católica são atualmente dirigentes dos cultos evangélicos.

Dando continuidade às concepções de Harris (2006), em comunidades estruturadas, a conversão às crenças evangélicas não representam uma simples troca de religião, mas a contestação de praticamente todos os costumes anteriormente vividos. Significa

[...] a rejeição da personalidade passada. Os convertidos passam a habitar um universo discursivo diferente. Desse modo, a mudança deve ser uma mudança cultural completa, onde a pessoa pode até ganhar novos grupos de parentesco, numa tentativa de reconstrução das redes (p. 98).

Quanto à questão religiosa, Nêgo Véio ponderou que existe um respeito mútuo, não havendo qualquer tipo de discriminação e quando o assunto é de interesse comum, todos participam das reuniões, independentemente da doutrina religiosa. Esse fato foi detectado nas pesquisas de campo. Pois, apesar de a influência religiosa ter tido papel relevante na configuração espacial da região, observou-se que a doutrina religiosa não foi empecilho para a formação de associações e de vários projetos comunitários. Destacam-se a implantação do próprio sistema de energia elétrica com recursos próprios e a recente criação da

⁵⁴ Povoados nas cercanias do município de Óbidos.

Casa Familiar Rural na comunidade Prata, a qual oferece curso técnico em agricultura familiar para os filhos dos moradores dos povoados do Eixo e também aos jovens ribeirinhos que vivem na Flona do Tapajós.

A tabela 3 fornece dados quantitativos⁵⁵ referente à prática religiosa difundida nas comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata, os quais corroboram toda a conjectura em torno da religiosidade e a configuração espacial da citada região.

Tabela 3 – Doutrina religiosa por comunidade

	CATÓLICA	PROTESTANTE	NÃO DECLARADA
PRATA	10	00	00
FÉ EM DEUS	05	08	01
AÇAIZAL	53	07	08
SÃO RAIMUNDO	41	20	07
TOTAL	109	35	16

Fonte: Youssef Filho, 2012.

A origem do nome da comunidade São Raimundo é em homenagem ao primeiro morador, Mané Raimundo que se fixou nessa localidade devido à prevalência da chamada terra preta de índio (Nêgo Véio, entrevista).

Essa é a segunda referência que se faz à terra preta de índio⁵⁶, a qual sempre esteve associada à formação de dois dos povoados da área em estudo, Fé em Deus e São Raimundo. Para Moran (1990) esses terrenos possuem

[...] claros vestígios de ocupação humana, com artefatos de cerâmica, restos de carvão e material lítico [...]. Considera-se que as terras pretas do índio são o resultado de ocupação prolongada por populações de terra firme. A TPI resulta de acumulação de dejetos domésticos em áreas de assentamentos e só, posteriormente, são vistos como solos favoráveis para o cultivo. (EDEN et. al. 1984 apud, p. 205).

A mesma referência complementou que restos em decomposição de uma sociedade que viveu em determinado local levam em média cem anos para se transformar em áreas propícias a novos assentamentos.

A simples denominação desse tipo de solo, designado por terra preta de índio induz à reflexão que existiram indígenas vivendo nessa região. Mas em que época? E qual ou quais etnias? Portanto, retornando ao depoimento do *Seu Cassiano*, mais especificamente no momento que ele relatou que enquanto seu pai preparava a terra para o plantio da roça, iam-se achando restos de cerâmicas. Para os exploradores da região, esses resíduos pertenceram aos antigos moradores daquele

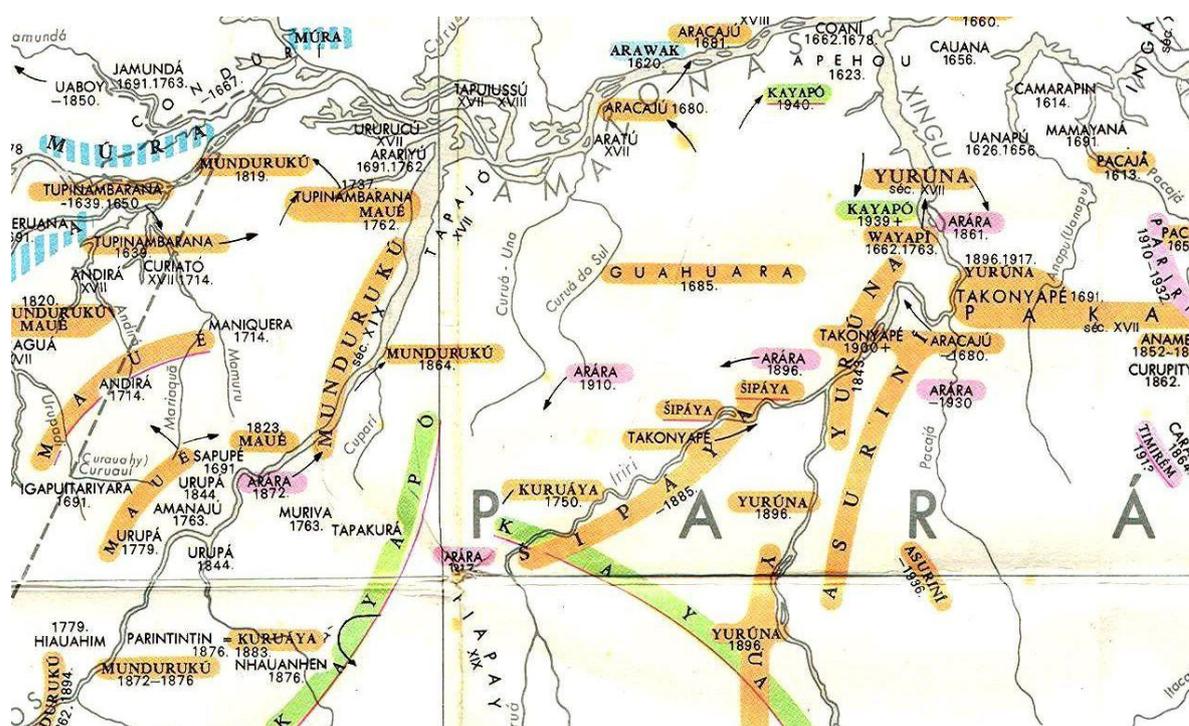
⁵⁵ Esses números refletem a crença religiosa dos pais. Porém, conforme as observações do trabalho de campo, os filhos em sua grande maioria seguem a religião dos pais.

⁵⁶ A primeira referência veio com a fala do Cassiano, página 78.

lugar, em alusão aos índios. Naquele instante perguntei ao Cassiano se seu pai ou alguém da região fez alguma menção sobre a presença de indígenas por aquelas bandas. Ele afirmou que a única evidência encontrada foram aqueles achados. É bom lembrar que estamos no ano de 1934. Nisso, recorreu-se ao mapa etnográfico de Curt Nimuendaju⁵⁷ com o fim de verificar o posicionamento desse pesquisador em relação à presença indígena na região da pesquisa. Conforme o recorte do Mapa Etno-Histórico do Brasil (mapa 3), a área situada entre os rios Curuá-Una e o Tapajós⁵⁸, a evidência de etnias indígenas mais próxima às comunidades do Eixo é a Munduruku disposta no mapa com data de 1864.

Portanto, neste ponto, a correspondência de informações entre a interlocução do Cassiano sobre a presença de terra preta de índio encontrada no ano de 1934, a

Mapa 3 – Recorte do Mapa Etno-Histórico do Brasil



Fonte: IBGE (1981), adaptado do mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Recorte: Youssef Filho, 2013.

consulta ao mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju e as informações de Moran (1990), confirmou que em um determinado momento da história, alguma etnia habitou a região alvo de nosso estudo. Porém, próximo a essa região, às margens do rio Tapajós, três sociedades moradoras da Flona Tapajós reivindicam junto à

⁵⁷ Curt Nimuendaju terminou seu mapa etnográfico no ano de 1940.

⁵⁸ Região onde se situa as comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata.

Funai o reconhecimento oficial de suas identidades étnicas Munduruku (PEREIRA, 2012).

A preocupação referente à presença de indígenas na região foi motivada pelo fato de ser frequente nos estados da Amazônia, os conflitos envolvendo agricultores e índios pela posse da terra, o que poderia influenciar o direcionamento desta pesquisa. Portanto, pelo menos na área em estudo não se verificou evidências de tais disputas. As contendas são de outras naturezas.

Antes de esse assunto vir à tona, estava-se discutindo as divisões político-religiosas que influenciaram a formação das comunidades do Eixo.

Contudo, pode-se afirmar que a influência político-religiosa foi decisiva na atual configuração territorial da região. Assim sendo, essa interferência de certa forma contribuiu para o esvaziamento da comunidade Prata, mas ao mesmo tempo, incisivo para a formação e estruturação da comunidade São Raimundo originada em função de desinências religiosas com moradores de Açaizal.

Outro fato que reflete a influência político-religiosa, o qual interfere na convicção de pertencimento e que poderia ter passado despercebido, não fosse a atenção dispensada aos detalhes. Observou-se que duas comunidades do bloco recebem um tipo de sobrenome imposto por seus moradores. Por exemplo, São Raimundo e Açaizal são os nomes oficiais que constam nos registros da divisão municipal de Belterra. Porém, os moradores dessas comunidades as designam pelos nomes São Raimundo do Fé em Deus e Açaizal do Prata. Essas alcunhas espelham a influência que as duas comunidades mais antigas exercem sobre as duas mais novas.

A questão do almejar tal pertencimento se torna mais claro ao examinar as informações contidas na tabela 3. Observa-se nesta que, quase cem por cento da população de Fé em Deus se declararam evangélicos. Oposto a esses dados, quase cem por centos dos moradores do Prata se designaram católicos. A comunidade Açaizal, da mesma forma, em maioria se declarou católica. Mas em São Raimundo foi encontrado a maior população evangélica em números absolutos de todo o Eixo. E isso alinha essa comunidade aos ideais religiosos do povoado Fé em Deus. É oportuno lembrar que foi para São Raimundo que os dissidentes da Igreja Católica se deslocaram, os quais posteriormente se converteram à crença evangélica.

Observou-se que a movimentação dos protestantes em torno das práticas religiosas é maior que a dos católicos. Fator que reflete no fortalecimento e

organização das comunidades. Além dos encontros regionais que ocorrem ocasionalmente, os cultos evangélicos acontecem aos domingos e as quartas-feiras impreterivelmente. Os católicos não se reúnem com essa mesma frequência. Missas, batizados, casamentos religiosos ocorrem conforme a disponibilidade de padres que se deslocam de Belterra e Santarém para tais celebrações. Já os festejos dedicados aos santos católicos são realizados de acordo com calendário pré-agendados da Igreja Católica. Nesse caso, as datas são fixas.

Outro aspecto que chamou a atenção de Harris (2006) foi o crescimento do protestantismo. Segundo o IBGE (2012), o censo de 1970, 91,8% dos brasileiros se declararam católicos. Já na pesquisa de 2010, esse percentual decaiu para 64,60% e o número de evangélicos subiu para 22,20%⁵⁹. Nas comunidades do Eixo (tabela 3) a relação de católicos para evangélicos é de 68,12% e 21,87% respectivamente.

A única igreja evangélica do Eixo Fé em Deus - Prata está localizada na comunidade São Raimundo.

Percebe-se que nas comunidades do Eixo, além do crescimento vegetativo, o número de habitantes aumenta, seguindo dois padrões principais. Moradores já estabilizados trazem parentes consangüíneos, amigos, amigos de amigos ou conhecidos de onde moravam anteriormente, neste caso do Ceará. A outra forma é através dos casamentos dos filhos. Dividem-se o terreno. Constroem outra casa, constituindo-se uma nova família. Desse modo as comunidades vão se ampliando.

⁵⁹ No cômputo do IBGE (2010) estão incluídas as denominações Evangélicas de Missões, Evangélicas de origem pentecostal e Evangélica não determinada.

5 CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

As abordagens desta seção se fundamentaram nas percepções do autor da pesquisa coadjuvado pela estatística aplicada. Deste modo o primeiro aspecto a ser estudado é o tamanho da população. Complementando tal posicionamento, conforme informações do IBGE (2012), é de igual importância na análise das informações demográficas,

[...] avaliar a população segundo a sua composição por grupos de idade e sexo, uma vez que esta distribuição afeta tanto as componentes demográficas, tais como fecundidade, mortalidade e migração, quanto os aspectos socioeconômicos da população (p. 23).

Para não se prender a simples exposições quantitativas de dados, procurou-se imprimir subjetividades a essas informações. Portanto com o objetivo de se aproximar dessa premissa, utilizou-se o ponto de vista de Scott (2010) em suas considerações sobre gênero e geração, conforme transcrição abaixo.

Não se sabe muita coisa sobre gênero e geração sem saber muita coisa sobre sexo e idade. Gênero e Geração são termos relacionais que implicam em hierarquias e reciprocidades horizontais que são constituídas como relações de poder entre pessoas de sexos e idades diferentes. Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características. Desta maneira, o campo está aberto para a elaboração de estratégias de colaboração e de conflito que têm consequências muito significativas para quem mora no ou vive do mundo rural (p. 16).

Assim, a tabela 4 mostra a variável demográfica e reprodutiva da população do Eixo Fé em Deus – Prata constituída pelas seguintes categorias: número de família por comunidade, média de filhos por família, população feminina, população masculina e a quantidade total de moradores.

Portanto de acordo com as informações contidas na citada tabela, o número total de habitantes da área em estudo é de trezentos e sessenta e cinco pessoas, as quais estão divididas em oitenta e oito unidades familiares. Nota-se também a distribuição espacial das mesmas. Sendo que os dois povoados de formação mais recentes, as comunidades Açaizal e São Raimundo apresentaram maior número de famílias residentes. Apesar de Açaizal mostrar uma pequena superioridade nesse quesito, São Raimundo é o mais populoso.

Tabela 4⁶⁰: Dados demográficos e reprodutivos da população do Eixo Fé em Deus - Prata

COMUNIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS POR COMUNIDADE	MÉDIA DE FILHOS POR FAMÍLIA	POPULAÇÃO FEMININA	POPULAÇÃO MASCULINA	TOTAL DE HABITANTES POR COMUNIDADE
Prata	05	2,8	12	13	25
Fé em Deus	08	2,6	18	18	36
Açaizal	38	2,5	68	72	140
São Raimundo	37	2,6	77	87	164
TOTAL GERAL	88	2,62	175	190	365

Fonte: Youssef Filho, 2012.

Geralmente na distribuição de freqüências, alguns parâmetros podem ser destacados por estarem em extremos, sejam eles, o mínimo ou o máximo. Veja-se o exemplo da comunidade Prata com cinco famílias residentes. Esse povoado é o mais antigo do Eixo. Porém de acordo com informações repassadas por moradores da região⁶¹, há cerca de dez anos, vivia no local mais de quarenta famílias e atualmente esta quantia se resume a cinco. No outro extremo, está São Raimundo com a maior população da região. Esse ponto representa um paradoxo, pois enquanto a comunidade Prata, considerada a mais antiga do Eixo está encolhendo, São Raimundo que é de formação mais recente demonstra crescimento. Tal diagnóstico só foi possível devido ao relacionamento de dados qualitativos obtidos com as entrevistas e os quantitativos apresentados na tabela 4.

Um importante indicador utilizado pelo IBGE (2011) para medir o relativo equilíbrio ou desequilíbrio entre os gêneros masculino e feminino é a razão de sexo, a qual corresponde à proporção entre a quantidade de indivíduos do sexo masculino para cada grupo de cem pessoas do sexo oposto. Sabe-se da importância desse indicador, pois o desequilíbrio entre os sexos pode significar a gradual redução de uma população e em casos extremos sua total extinção.

Conforme as informações do IBGE (2012), embora o nascimento de crianças do sexo masculino seja superior a do sexo feminino no total da população brasileira,

[...], tem-se mais mulheres que homens, em virtude dos diferenciais de mortalidade existentes entre os sexos. A mortalidade masculina é superior à

⁶⁰ A ordem das comunidades dispostas na tabela considerou o tempo cronológico de formação do povoado. Iniciando-se pela comunidade Prata que é a mais antiga e finalizando com a comunidade São Raimundo de formação mais recente.

⁶¹ Entre eles, José Renato Oliveira da Silva, conhecido como Aragão.

feminina ao longo de toda a vida. [...] Contudo, para área rural, a maior participação feminina só ocorrerá nas idades finais (p. 49).

No entanto, nas comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata, observou-se um maior contingente de indivíduos do sexo masculino. Em números absolutos são cento e oitenta e nove homens para cento e setenta e cinco mulheres (tabela 4). Isso equivale dizer que para cada grupo de 108 homens⁶² existem 100 mulheres. Comparados aos dados obtidos pelo Censo 2010 do IBGE (2011), na zona rural, o Brasil possui 111,1 homens para cada grupo de 100 mulheres, sendo que na área urbana a razão de sexo foi de 93,4 homens para cada grupo de 100 mulheres. A superioridade numérica da população masculina na área rural, de acordo com a mesma referência, “pode ser explicada pela seletividade da variável sexo nas correntes emigratórias de áreas rurais com destino urbano e pela natureza específica de determinadas atividades na agropecuária e na extração” (pag. 49). Portanto, referente a essa questão os números das comunidades do Eixo se aproximam da realidade brasileira mostrada pelo último censo do IBGE. A exceção a essa regra foi a comunidade Fé em Deus que apresentou exatamente a mesma proporção entre os sexos.

Moran (1990) também concedeu importância primordial à proporção entre os sexos e suas respectivas idades. Para ele é a partir desses dados que se constroem pirâmides etárias, as quais podem auxiliar na reconstituição histórica de um povo. Porém para isso é necessário saber interpretá-las. Para esse autor, as leituras de uma pirâmide etária se fundamentam pela amplitude de sua base. Quando a

[...] pirâmide etária tem uma base muito ampla, isto indica que a população tem alta fertilidade e é relativamente jovem [...]. Se a base dela é menor do que os intervalos acima, geralmente isto indica algum processo histórico que causou alta mortalidade infantil, como epidemias. Se esta mudança está acompanhada de intervalos ausentes ou pauperizados como no grupo mais idoso, geralmente isto confirma um impacto epidêmico-sanitário [...]. A ausência de indivíduos nos intervalos médios 25-40⁶³ pode ter muitas causas sendo uma delas a emigração sazonal ou permanente. Por exemplo, quando o intervalo mais estreito é o de mulheres no início do período reprodutivo 15-19 e 20-24, geralmente espera-se que indique emigração por falta de maridos ou falta de oportunidades econômicas. Entre rapazes do intervalo 15-19, a escolaridade pode ter seu efeito [...]. Geralmente os homens abandonam a população por razões similares, mas geralmente um intervalo depois 25-29. (MORAN, 1990, p. 107).

⁶² Metodologia descrita na página 37 deste trabalho.

⁶³ Intervalos de idade em anos.

Em conformidade com o IBGE (2012), o exame da distribuição populacional por faixas de idade e sexo esboça a disposição de envelhecimento da estrutura etária, podendo significar na maioria das vezes, um decréscimo dos índices de fecundidade. Não obstante, para essa mesma referência, desde o Censo de 2001, esse fenômeno passou a ter destaque especial para o IBGE, pois

[...] a participação dos grupos de 0 a 4 e 5 a 9 anos de idade já era inferior à do grupo de 10 a 14 anos de idade, ou seja, o estreitamento da base da distribuição populacional mostrava-se um fenômeno presente. Na estrutura etária populacional de 2011, observa-se que o estreitamento da base da distribuição está ainda mais acentuado. Além disso, a comparação entre os anos de 2001 e 2011 mostra que a participação do grupo com até 24 anos de idade passou de 48,2%, em 2001, para 40,2%, em 2011. (p. 24).

Esses resultados confirmaram a disposição de envelhecimento da estrutura etária do País. Assim, analisando detalhadamente as pirâmides etárias das comunidades que compõem o Eixo Fé em Deus – Prata se verificou essa mesma tendência.

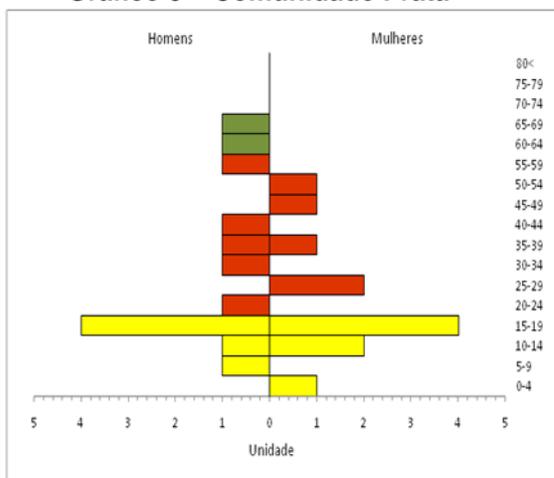
Portanto, o diagnóstico da pirâmide etária de uma localidade, em condições normais⁶⁴, poderá prever a situação em que uma comunidade se encontrará em um determinado espaço de tempo, podendo significar seu crescimento, decréscimo populacional ou até mesmo seu total desaparecimento. Diante disso é possível compreender a importância da apreciação dos indicadores de fecundidade para esta pesquisa.

Partindo dessas considerações e com o objetivo de aprimorar a exploração dos dados colhidos em campo, introduzem-se no texto, os gráficos 3, 4, 5 e 6 que correspondem respectivamente às pirâmides etárias das comunidades Prata, Fé em Deus, Açaizal e São Raimundo. O gráfico 7 representa a condensação dos resultados das quatro comunidades que constituem o Eixo.

A disposição das pirâmides etárias neste trabalho foi intencional. Colocaram-se lado a lado as duas comunidades mais antigas, Prata e Fé em Deus, assim como as de formação mais recente, Açaizal e São Raimundo. Tal arranjo objetivou facilitar a comparação, assim como destacar elementos comuns às duas comunidades que estão se esvaziando e ao mesmo tempo evidenciar características às outras duas comunidades que demonstraram crescimento populacional.

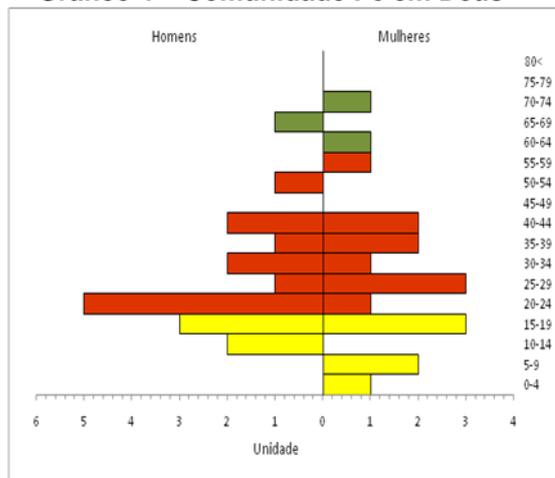
⁶⁴ Caso não ocorram surtos de doenças, construção de grandes obras de infraestrutura ou exploração mineral.

Gráfico 3 – Comunidade Prata



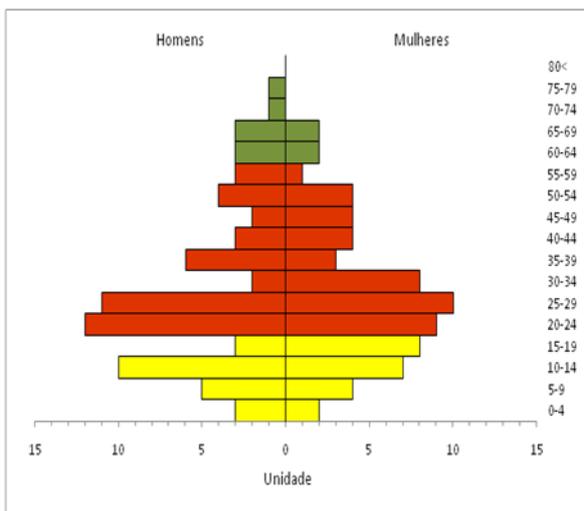
Fonte: Youssef Filho, 2012.

Gráfico 4 – Comunidade Fé em Deus



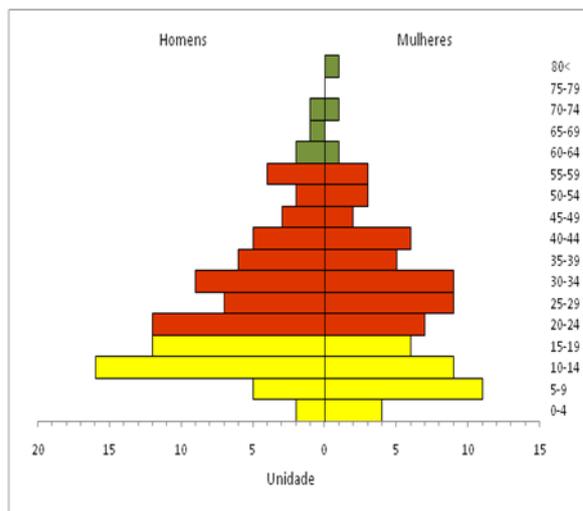
Fonte: Youssef Filho, 2012.

Gráfico 5 – Comunidade Açaizal



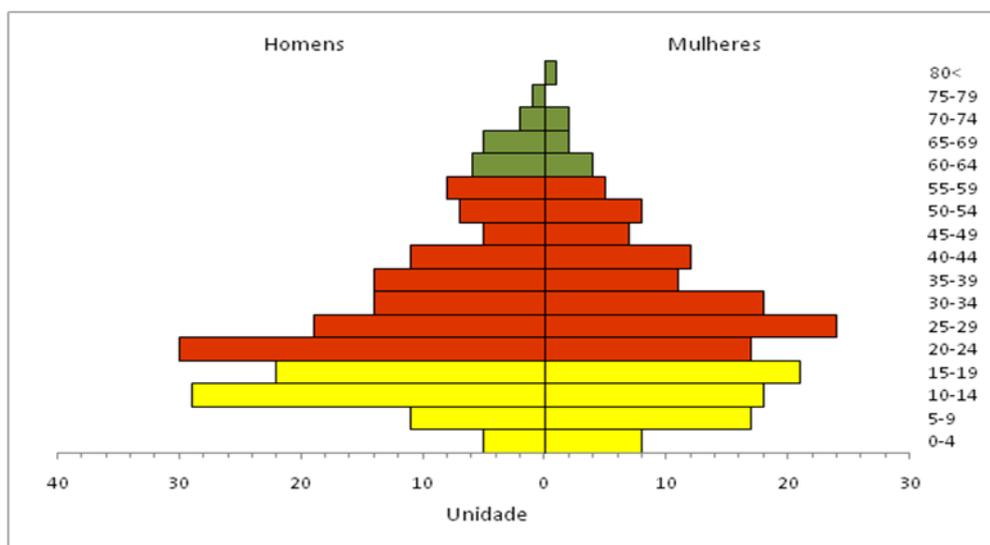
Fonte: Youssef Filho, 2012.

Gráfico 6 – Comunidade São Raimundo



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Gráfico 7 – Pirâmide etária do Eixo Fé em Deus - Prata



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Valorizando ainda mais esse assunto, veja a importância que o IBGE (2012), continuou dispensando à fecundidade, a qual para ele

[...] é a principal componente demográfica relacionada com a estrutura etária da população. Assim, populações jovens normalmente estão associadas à alta fecundidade, enquanto uma estrutura populacional envelhecida associa-se com níveis de fecundidade mais baixos. Entre os indicadores de fecundidade, destaca-se a taxa de fecundidade total, que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. [...] O histórico declínio das taxas de fecundidade é reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como: aumento da urbanização, maior participação de mulheres no mercado de trabalho, elevação da escolaridade, disseminação cada vez maior dos métodos anticoncepcionais, entre outras mudanças. É importante destacar que a taxa de fecundidade vem sofrendo um processo de redução bastante acentuado em todos os grupos sociais. (IBGE, 2012, p. 29).

Segundo informações do IBGE (2011), os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada em 2009, revelaram uma taxa de fecundidade para a área urbana de 1,8 filhos contra 2,7 filhos da área rural. No caso da área pesquisada, a taxa média de fecundidade ficou em 2,62%. Considerando-se a região pertencente à zona rural, tal percentual está inferior ao índice da média nacional. Entretanto, olhando em direção ao passado, pode-se afirmar que essas taxas tiveram uma queda significativa. Fundamentado pela mesma referência, foi possível perceber que o início desse processo se deu no final dos anos de 1960, quando foi constatada uma pequena redução na taxa de fecundidade. Conforme o IBGE (2011), a taxa de fecundidade total⁶⁵ registrado pelo Censo de 1970 foi de 5,8 filhos por mulher, sendo 4,6 filhos para área urbana e 7,7 filhos para a zona rural.

Moran (1990) deu ênfase a outra grandeza com implicações econômicas importantes para os estudos demográficos, que é a relação total de dependência. Esse indicador calcula o número de pessoas consideradas dependentes em relação às produtoras em uma determinada população. De acordo com o mesmo autor, a referência de idade para os dependentes compreendem duas faixas etárias, uma que compreende os intervalos entre zero e quatorze anos e outra com idade igual ou superior a sessenta anos. Os produtores se inserem entre esses dois grupos de idade, quinze a cinquenta e nove anos. Moran (1990) argumentou ainda que elevados percentuais de crescimento em uma população poderá causar o aumento da correspondência dependentes/produtores. Conseqüentemente para ele, “quanto maior o número de dependentes em relação aos produtores numa população, maior

⁶⁵ Inclui área urbana e rural.

é a dificuldade de socorrer as necessidades dos dependentes” (p. 111). O que Moran (1990) considerou como dependentes e produtores, o IBGE (2012) denominou de inativos e potencialmente ativos, respectivamente.

Por outro lado, conforme o IBGE (2012), a relação de dependência permite ser analisada ainda, “em cada um dos grupos etários economicamente dependentes, sendo denominado, então, razão de dependência de jovens e razão de dependência de idosos” (p. 26). Assim sendo, esse Instituto utilizou também a razão de dependência para analisar o processo de envelhecimento da população brasileira, sendo que essas informações conjecturaram

[...] o forte processo de envelhecimento da população: de 2001 para 2011, diminuiu de 45,8 para 36,0 o número de pessoas de 0 a 14 anos para cada 100 pessoas de 15 a 59 anos de idade. No outro extremo, aumentou de 14,5 para 18,6 a quantidade de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas em idade potencialmente ativa (p. 26).

Segundo a mesma referência, no Brasil, a razão de dependência total vem demonstrando uma redução do conjunto de pessoas economicamente dependentes em relação ao grupo de indivíduos considerados potencialmente ativos. Esse índice que em 2001 “era de 60,3 pessoas economicamente dependentes para cada 100 pessoas em idade potencialmente ativa, passando para 54,6 em 2011” (IBGE, 2012, p. 26).

Não obstante, há de se fazer algumas ressalvas aos critérios adotados pelo IBGE (2012) relacionado à faixa etária dos grupos considerados inativos e potencialmente ativos, como também para os intervalos de idade aos indivíduos disponíveis à nupcialidade⁶⁶. De acordo com os dados levantados na pesquisa de campo, observou-se que os homens acima de sessenta anos, considerados inativos pelo IBGE (2012), continuam ativamente seu trabalho nos roçados por pelo menos mais cinco anos. Em relação à disposição dos indivíduos à nubência, esse Instituto considerou os intervalos de idade entre 20 a 39 anos, sendo que as informações coletadas em campo revelaram que a predisposição ao casamento nos citados povoados se inicia e também termina em média cinco anos mais cedo. Portanto com o objetivo de se adequar esses parâmetros o mais próximo possível da realidade das comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata estende-se a faixa dos produtores para sessenta e cinco anos e se antecipa o grupo etário predisposto à nubência em

⁶⁶ A nupcialidade neste trabalho foi considerada como a fase em que pessoas do sexo oposto passam a conviver maritalmente, independente da oficialização cartorial ou religiosa.

cinco anos. Dessa forma, para o cálculo da relação de dependência, consideraram-se neste trabalho os grupos de idade 15-64 anos para os produtores e acima dessa idade para os dependentes⁶⁷. Quanto à disposição para nupcialidade, a faixa etária de referência foi ajustada para 15-34 anos.

Com os devidos ajustes e se considerando que o equilíbrio da razão de gênero em idade de acasalamento é fator preponderante para o crescimento vegetativo de uma sociedade, torna-se esse indicador a primeira categoria a ser analisada. Com isso, retorna-se às leituras das informações proporcionadas pelas pirâmides etárias das comunidades do Eixo.

Na comunidade Prata (gráfico 3) se constatou a ausência de mulheres nos intervalos de idade 20-24, 30-34 e 40-44 anos. Em relação aos homens, a carência está nas faixas etárias 25-29, 45-49 e 50-54 anos. Somente o intervalo de idade 15-19 anos apresentou equilíbrio na quantidade entre homens e mulheres. Em relação ao envelhecimento, os homens apresentaram uma longevidade maior, porém não foi encontrado nenhum morador com idade superior a setenta anos. A razão de dependência total apresentada foi de 36,84 dependentes para cada grupo de 100 provedores.

A pirâmide etária da comunidade Fé em Deus mostrou a inexistência de mulheres nos intervalos de idade 45-49 anos. Nos grupos de idade 45-49 e 55-59 anos não foi encontrado a presença de homens. Somente um grupo de idade apresentou equilíbrio entre os gêneros, 40-44 anos. Contrariamente à comunidade Prata, as mulheres apresentaram maior longevidade, alcançando a faixa de idade entre 70-74 anos. Em relação à razão de dependência total, esse índice ficou em 24,13 dependentes para cada grupo de 100 provedores.

De acordo com os indicadores acima, a situação mais grave se encontra na comunidade Prata, onde entre os oito grupos de idade que o IBGE (2012) considerou como aptos para a procriação, em quatro dessas faixas etárias há ausência total de mulheres. Para os homens, conforme o parâmetro adotado neste estudo, entre os dez grupos de idade de produtores, notou-se a falta em três desses intervalos de idade. Segundo Moran (1990), a lacuna de pessoas nessas faixas etárias pode ser ocasionada por diversos motivos, sendo um deles a migração permanente por falta de pessoas do sexo oposto para casamento ou oportunidade

⁶⁷ O primeiro grupo de idade para os dependentes está compatível com os critérios do IBGE (2012), portanto permanecem os mesmos, 0-14 anos.

econômica. Ambos povoados apresentaram pequeno número de crianças e idosos. Nessa questão, caso as análises fossem fundamentadas somente em dados quantitativos, poderia-se afirmar que o reduzido número de idosos e crianças foi motivado pela baixa longevidade e altas taxas de mortalidade infantil, respectivamente. No entanto, correlacionando-se esses indicadores com a percepção do trabalho de campo, notou-se que as pessoas mais velhas ao se aposentarem migram para comunidades melhor estruturadas e próximas a Santarém. Sabe-se que com o passar da idade, amplia-se a necessidade de assistência médica. *Seu Cassiano*⁶⁸, filho do primeiro morador da comunidade Fé em Deus e que atualmente vive na comunidade Tabocal é o exemplo mais recente desse tipo de ocorrência. Na comunidade Prata, o esvaziamento do povoado se deu principalmente pela compra de terras em torno da comunidade por médios agricultores vindos do Centro-Sul do país. Pressionados pela falta de infraestrutura básica e políticas públicas, esse moradores não resistiram e venderem seus lotes, mudando-se para a periferia de Santarém ou para locais mais distantes. Portanto, assegura-se que a tendência de tais comunidades, caso não ocorra algum evento extraordinário⁶⁹, é continuar perdendo moradores até sua total exaustão.

Veremos agora o que revelaram os indicadores das duas comunidades de formação mais recentes do Eixo Fé em Deus - Prata.

Em Açaizal foram computados vinte e oito indivíduos do sexo masculino para trinta e cinco do sexo feminino. Os homens dessa comunidade apresentaram maior longevidade. A razão de dependência total apontou 37,25 dependentes para cada grupo de 100 provedores. Em relação à razão de dependência de jovens, os números assinalaram a existência 30,39 indivíduos de 0 a 14 anos para cada 100 produtores. A dependência de idosos foi de 6,86 de indivíduos para cada 100 produtores.

Aplicando-se os mesmos critérios para São Raimundo, existem trinta e uma mulheres para quarenta homens. Apesar da mulher mais idosa residir nessa comunidade, o sexo masculino apresentou maior longevidade. A razão de dependência total foi de 45,13 dependentes para cada grupo de 100 provedores. A razão de dependência para o grupo específico de jovens dependentes foi de 41,59

⁶⁸ Ver página 34.

⁶⁹ Ocorrências de garimpos, mineração, grandes obras de infraestrutura ou qualquer outro elemento que gere renda econômica no local.

para cada 100 produtores. No outro lado, a razão de dependência para a faixa etária dos idosos foi de 3,53 para cada 100 produtores.

Diferentemente dos dois povoados de formação mais antigos do Eixo, as comunidades Açaizal e São Raimundo apresentaram relativo equilíbrio entre os gêneros em idade favorável ao acasalamento. A razão de dependência total 37,25 e 45,13 verificadas em Açaizal e São Raimundo respectivamente em termos econômicos representam índices vantajosos, pois indicam maior quantidade de pessoas com predisposição ao trabalho em relação a um menor número de indivíduos dependentes. Falando em termos de indivíduo apto ao trabalho, a comunidade São Raimundo se destacou por apresentar baixa incidência de idosos. Relacionado ao processo de envelhecimento da população, comparando-se os indicadores dos dois povoados, Açaizal mostrou maior tendência à senilidade.

Não obstante, um evento comum a todas as comunidades do Eixo é o estreitamento da base da pirâmide etária. Esse fator é resultado de baixos índices de fecundidade, o que foi evidenciado na tabela 4.

Todavia, analisando o gráfico 7 que representa a pirâmide etária do Eixo Fé em Deus – Prata é possível notar uma diminuição do quantitativo de indivíduos nos intervalos de idade entre 0 a 9 anos e ao mesmo tempo aumento de pessoas na faixa etária entre 10 e 29 anos. De acordo com Tobias (2003), essa modificação na estrutura etária da população é característica de localidades constituídas por migração recente e do tipo laboral.

5.1 A ECONOMIA LOCAL

A principal atividade econômica da região é baseada na cultura⁷⁰ da mandioca, bem como da transformação desta em farinha. Praticamente todos moradores do Eixo criam galinhas e porcos. Recolhem-se ovos caipiras e também se apanha o côco que está presente em todos os quintais. A venda desses produtos complementa a renda familiar.

Andando por esses povoados, de imediato se percebe a influência da mandioca e das casas de farinha na vida de seus moradores. As roças destas raízes tuberosas se misturam com a paisagem dos povoados. Este detalhe pode ser visto na figura 13.

⁷⁰ Entenda-se preparo do terreno, plantio e colheita.

Figura 13 – Presença da roça de mandioca nas comunidades



Fonte: Youssef Filho, 2012.

À esquerda, roça de mandioca se misturando com a paisagem do povoado. Detalhe de uma rua da comunidade São Raimundo.

Outras fontes de renda ajudam a incrementar a economia local. São as concessões de aposentadorias às pessoas que faz jus a esse tipo de benefício⁷¹ e a transferência de renda do governo federal através de programas sociais, como por exemplo, o Bolsa Família.

Concernente à aposentadoria rural, Scott (2007) reconheceu um fenômeno novo e muito significativo, cujo resultado devolveu ao idoso seu papel de destaque dentro das relações familiares. Isso só foi possível devido ao

[...] ganho de prestígio e importância proveniente da extensão de pagamentos da seguridade social, o que tem redundado na ampliação de famílias de três gerações e 'um maior empoderamento do idoso dentro da família' em que 'as mulheres foram as maiores beneficiárias dos avanços da seguridade social'. Sobretudo no campo, famílias com idosos têm maiores médias de renda que outras, e exigem menos trabalho das crianças (SCOTT, 2007, p. 429).

⁷¹ Pessoas idosas a partir de sessenta anos de idade, deficientes ou incapacitados de realizar trabalho.

Programas como Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, atualmente foram incorporados ao Bolsa Família. Porém, a obrigação assumida pelo governo federal em relação aos programas sociais, iniciou-se apenas na década de 1930 sob a forma da previdência social. Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que essa responsabilidade social assumiu um novo modelo, agora fundamentada pelo texto constitucional e pela noção de direitos sociais, os quais estão associados à idéia de proteção social. Dentro dessa nova lógica, o beneficiário não se obriga a qualquer tipo de contrapartida como é exigido na previdência social. Assim, as pessoas em desvantagens socioeconômicas se tornam credoras do Estado e da sociedade em virtude da injustiça social cometida contra eles ao longo do tempo (SENADO FEDERAL, 2004).

Entre os programas que compõem o Bolsa família, o bolsa escola se destacou entre os demais. Verificou-se uma movimentação de mães se inscrevendo para receber tal benefício. Por outro não foi verificado nenhuma criança em idade escolar fora de sala de aula. Porém, não ficou claro se isso é resultado desse programa ou da conscientização dos próprios pais na importância de manter seus filhos na escola. Pressupõe-se que o programa estimulou essa responsabilidade.

Além dos citados meios de subsistências, um pequeno grupo de moradores dos povoados do Eixo sobrevive através de salários provenientes do serviço público. São em média vinte servidores públicos que exercem os cargos de professores, agente de saúde e motorista de ambulância. Há ainda pessoas na comunidade que exercem trabalhos de pedreiro, carpinteiro e serrador de madeira na mata. A compensação financeira é por empreitada ou diária.

Grande parte do dinheiro originado das atividades econômicas são gastos em Santarém na compra de viveres, utensílios domésticos e implementos agrícolas. Aquisições desse tipo são realizadas nessa cidade, pois ela oferecer uma maior variedade de produtos com preços mais competitivos. No entanto, mesmo parte do dinheiro sendo gasto em Santarém, percebe-se os benefícios dele nas comunidades. Essa compreensão se dá ao observar que a maioria das casas é de alvenaria e equipadas com televisão, rádio, geladeira, freezer, liquidificador, bomba de puxar água e outros tipos de tecnologia usados para informação, lazer, locomoção ou facilitar a vida diária dos comunitários. Reserva-se dinheiro também para pagar eventuais diárias a outros agricultores que ajudam na labuta dos trabalhos nos roçados ou na fabricação de farinha. Em entrevista, o líder comunitário

e religioso, José Ednardo, informou que a renda média familiar dos moradores do Eixo é de oitocentos reais mensais.

Os armazéns ou tabernas como são conhecidos na região, comercializam produtos de primeira necessidade. Os moradores só recorrem a estes produtos, quando suas compras acabam antes do findar do mês. Porém, sempre se esquece de comprar algo da lista de suprimentos ou estas às vezes não duram conforme a previsão. É bom lembrar que Santarém está a uma distância média de 70 km. Assim, estes taberneiros também conseguem ganhar uma pequenina fatia desse mercado. O modelo de tabernas da localidade pode ser visualizado na figura 14.

Figura 14 – Padrão de taberna



Foto: Youssef Filho, 2012.

Vista interna de uma taberna da comunidade São Raimundo.

Contudo, pode-se afirmar que a renda originada através dos programas sociais de governo, as aposentadorias, os salários dos servidores públicos, renda dos diaristas ou empreiteiros e da movimentação do comércio varejista incrementam a economia local. Não obstante, a principal atividade econômica da região gira em torno das etapas para produção de farinha, a qual neste estudo se inicia com a escolha e preparação do solo para o plantio da mandioca.

Em São Raimundo e Açaizal perto de 50% das famílias possuem um espaço destinado a essas fábricas. Entende-se que as casas de farinhas concebem certo status a seus proprietários. Pois todos os pequenos produtores rurais do Eixo Fé em Deus - Prata dependem desses artefatos para a fabricação de farinha, a qual está relacionada diretamente ao principal meio de subsistência.

A tabela 5 demonstra a importância econômica das casas de farinha para a localidade.

Tabela 5 – Proporção do número de famílias por Casas de Farinha

COMUNIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	CASAS DE FARINHA
Fé em Deus	08	-
São Raimundo	37	16
Açaizal	37	16
Prata	06	01
TOTAL GERAL	89	33

Fonte: Youssef Filho, 2012.

Devido à importância, do que se pode chamar de *ritual dispensado ao processo de fabricação de farinha*, descreve-se a seguir cada etapa dessa tecnologia tradicional, conforme as percepções do autor da pesquisa, apoiado pelas informações das pessoas envolvidas nesse processo.

5.1.1 Descrição do processo para fabricação de farinha

A casa de farinha é um recinto aberto em suas laterais, com cobertura de folha de palmeira ou telhas de amianto. Essas fábricas geralmente estão anexas à casa do pequeno produtor. Ela é composta basicamente por um *cocho* com *serrador*, *prensa*, *peneiras*, *forno a lenha*, *tacho de ferro* e *agarêra*.

A movimentação na casa de farinha é intensa. Há homens e mulheres laborando com afazeres pré-definidos. A divisão sexual dos trabalhos executados é clara. Notou-se que neste local há um envolvimento tão grande entre as pessoas que não se consegue separar a atividade econômica das relações sociais.

As figuras 15 e 16 apontam respectivamente os equipamentos básicos usados para a produção de farinha e a divisão sexual do trabalho, onde é possível ver mulheres descascando mandioca enquanto conversam. Os homens, às vezes se metem nas conversas das mulheres, mas não se envolvem na descasca da mandioca. Esse trabalho é realizado exclusivamente por elas.

Figura 15 – Vista parcial de uma casa de farinha



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Equipamentos empregados na fabricação de farinha. Ao fundo, dois fornos a lenha, ao meio, duas peneiras com cocho e à frente do lado direito, a prensa. Casa de farinha instalada na comunidade São Raimundo.

Figura 16 – Divisão sexual de trabalho na casa de farinha



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Mulheres descascando a mandioca em uma das etapas do processo de fabricação da farinha. Comunidade São Raimundo.

Nas conversações se discutem todo tipo de assunto: religioso, político e econômico. É no embalo desses diálogos que se exprimem as preocupações com os filhos. Com isso, acabam por prospectarem os namoros e casamentos entre eles, considerando sempre as afinidades de amizade ou parentesco. Enfim, tudo o que passa na comunidade é comentado enquanto se realizam os trabalhos. A remuneração dos trabalhos executados é pago em dinheiro ou farinha. Porém o padrão mais usado é a reciprocidade envolvendo a troca de trabalho.

O início do processo para a produção da farinha se dá com a identificação de um local dentro da área de domínio do pequeno agricultor para o cultivo da mandioca. Como geralmente a área escolhida é de mata, providencia-se a *broca* do terreno que consiste na derrubada do mato e posterior queima da vegetação. O fogo deve ser ateado em um dia quente e com vento. A queima deve ocorrer antes do dia 15 de novembro de cada ano. Esse sistema é denominado de agricultura de corte-e-queima ou *no toco* como é conhecido pelos moradores locais. Posteriormente vem o preparo da terra que é a *aragem* do terreno.

Conforme dito anteriormente, também fundamentado por Moran (1990), a agricultura de corte-e-queima pode apresentar uma boa eficiência desde que utilizado em pequenas plantações, permitindo assim, “um cuidadoso corte da floresta, seguido por uma efetiva queima que elimina os concorrentes dos cultivos [pragas e sementes de plantas invasoras], e efetiva a fertilização da roça pelas cinzas” (p. 209). Mas, conforme alertou a mesma referência, caso as roças ultrapassem o tamanho máximo⁷² recomendado para o uso desse sistema, ocorrerá uma perda de eficiência, o que por sua vez diminui o retorno econômico e aumenta a pressão sobre o ambiente.

Concluído o processo de preparo da terra, assim que se principia a chover, cava-se a terra com a enxada fazendo covas com distância média de um metro entre elas para receber a maniva. Essa etapa é chamada de *plantio* e ocorre no mês de janeiro, data provável para o começo do período chuvoso. A região apresenta duas estações climáticas bem definidas conhecidas pelos moradores como temporadas de chuva e seca.

O período chuvoso ocorre entre os meses de janeiro a maio. O intervalo subsequente, junho a dezembro é marcado por pouca precipitação (FERREIRA;

⁷² O tamanho é de um hectare em média (MORAN, 1990).

VITORINO, 2010). As temperaturas anuais médias variam entre a máxima de 31°C e mínima de 22,6°C. Os picos de temperaturas máximos e mínimos detectados foram de 32,2°C e 21,5°C ocorridos respectivamente nos meses de dezembro e julho. (SILVA; NECHET, 2006).

A maniva ou rama, conforme vocabulário da população local, é o caule da mandioca que é cortado em pedaços de quinze centímetros para posteriormente ser enterrado na cova. Dentro de quinze a vinte dias já dá para ver o broto da planta nascendo. Com isso se inicia a *limpa* do terreno que deve ser realizada de dois em dois meses. A limpeza tem por objetivo livrar a lavoura de ervas ou outros tipos de vegetação daninhas que possam atrapalhar o desenvolvimento da plantação.

A partir de um ano se inicia a colheita, a qual é chamada de *arranca*. Colhe-se aos poucos, conforme a necessidade de fazer farinha, pois na terra, a mandioca pode ser conservada por mais um ano. Posterior a isso, abandona-se o terreno que leva em média seis anos para recuperar. Enquanto se espera pela recuperação, procura-se outro terreno, repetindo o mesmo método. Daí a prevalência de vegetação secundária na paisagem da região (figura 5).

No preparo das roças de mandioca se empregam a mão de obra familiar e ocasionalmente se utilizam de trocas de trabalhos e/ou diaristas. Laís Mourão de Sá (1984) que realizou pesquisas com grupos de pequenos produtores rurais em Alcântara, na região da Baixada Maranhense diferenciou essas duas modalidades de trabalho. Segundo ela,

[...] a troca-de-dia⁷³ é uma exigência do processo de produção familiar, nas etapas que exigem força de trabalho adicional. Todos os membros da família podem trocar dia, sempre para atender às necessidades da família e não as individuais: o filho pode pagar o dia de trabalho que outro homem deu na roça de seu pai, e também a mulher pode fazê-lo, de acordo com as etapas que exigem mais as suas tarefas específicas, segundo a divisão de trabalho por sexos. [...] (p. 17).

A forma de trabalho, *diarista*, conforme designação dos moradores do Eixo, e *trabalho alugado* para Sá (1984) é um modo de trabalho secundário em comparação à troca-de-dia. Desta maneira, uma pessoa

[...] só trabalha como alugado depois de atendidas as exigências de trabalho da sua unidade doméstica. Geralmente quem se aluga são os mais jovens, os que desempenham papéis de filhos na unidade doméstica. Sendo o trabalho alugado sempre pago em dinheiro, este se destina ao atendimento das necessidades não-prioritárias da família, ou seja, à aquisição de bens individuais secundários [...]. Assim, o alugado funciona

⁷³ Ou *troca de trabalho* conforme os moradores do Eixo Fé em Deus – Prata.

num ciclo paralelo ao da unidade doméstica, mantendo com esta uma relação de oposição ao nível da produção e uma relação de complementaridade ao nível da renda (SÁ, 1984, p.18).

Observou-se que nos povoados do Eixo Fé em Deus – Prata, os filhos do sexo masculino desde pequenos acompanham os pais no trabalho da roça. Às esposas cabe a tarefa dos afazeres domésticos que incluem cuidar dos filhos menores, da casa, fazer comida e levar merenda nos roçados para seus familiares e eventuais ajudantes. As filhas ajudam a mãe nessa tarefa⁷⁴. Pois a unidade familiar

[...] camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e unidade de consumo: na roça familiar se realiza a sua produção econômica que deve atender às necessidades de consumo da casa. [...] a divisão de trabalho, determinada pelo parentesco, segue os critérios do sexo e da idade; [...] (SÁ, 1984, p.16).

Assim sendo é possível perceber o papel preponderante desempenhado pelas relações de parentesco em uma economia de subsistência. Conforme a mesma autora, essas relações representam a base da organização de produção. Segundo suas palavras, em uma sociedade de pequenos agricultores,

[...] as relações de parentesco assumem em diversos níveis uma importância fundamental. No caso do sistema econômico, são as relações de parentesco que sustentam as relações de produção permitindo os arranjos básicos necessários às exigências da produção. O econômico, aí, surge como um aspecto interno ao funcionamento de outras estruturas não-econômicas, sendo estas que determinam a organização da produção. Assim, a família nuclear, unidade doméstica típica da sociedade camponesa em questão e grupo fundamental determinado pelo parentesco, é simultaneamente a unidade de produção ao nível econômico (p.16).

Dessa forma, os vínculos não-econômicos ligam antecipadamente os pequenos agricultores em unidades de produção. Sendo que a relação com os meios de produção se dá por meio de laços extraeconômicos. Essa espécie de mecanismo entre os sistemas presentes nos grupos de pequenos produtores rurais é uma das características básicas em comparação com o modo de produção capitalista. Neste sistema, o econômico é o elemento autônomo em relação aos demais. Destarte, partindo de elos estritamente econômicos, os produtores se ligam a uma unidade de produção constituindo a denominada empresa capitalista. Nesse caso, a força de trabalho é comprada ou alugada. Assim, o acesso das pessoas à detenção dos meios de produção é determinado pelas relações econômicas (SÁ, 1984).

⁷⁴ Eventualmente nas unidades familiares da região convive em um mesmo ambiente, irmã, irmão, primo ou prima do marido ou da esposa, sendo que todos eles seguem a divisão sexual e de idade para o trabalho.

Não obstante, para Fernandes e Welch (2008), perceber

[...] o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital, condições necessárias para continuar sendo camponês (p. 49).

Em realidade, o que esses autores consideraram foi a intrínseca ligação entre o modo de vida, a forma de organização dos meios de produção e as relações de parentesco como condição preliminar para a compreensão do campesinato como um sistema.

Após a colheita, a mandioca é levada até a casa de farinha. O transporte é feito em carroça puxada por boi. A figura 17 mostra o momento da chegada da mandioca na casa de farinha. Uma carroçada de mandioca rende dois sacos de farinha.

Figura 17 – Descarregamento de mandioca



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Trabalhador rural descarregando a mandioca na casa de farinha na comunidade São Raimundo.

Na casa de farinha se inicia o processo de transformação da mandioca em farinha. Considerou-se esta etapa de suma importância, pois aquele tipo de organização de trabalho presente na lavoura da mandioca fundamentado pelas

relações familiares se ampliará durante o processo de produção de farinha, tornando-se ainda mais visível o fortalecimento das relações sociais.

À vista disso, enquanto que nessa natureza de trabalho, envolve-se basicamente a mão de obra familiar e só eventualmente recorrem à rede de parentesco, compadrio e vizinha, na casa de farinha se dá o contrário. Além de utilizar toda a força de trabalho da família nuclear, faz-se necessário apelar à ajuda dos parentes, compadres e vizinhos. No entanto para que essa questão se torne mais nítida é necessário retornar às ponderações de Sá (1984). Para ela em determinadas situações

[...] as exigências da produção determinam, por outro lado, a introdução de formas de cooperação com base em relações fora da família nuclear, passando a integrar também relações de parentesco mais amplas [...] -, e outros dois sistemas de relações paralelos ao do parentesco: o do compadrio e o da vizinhança. São estes três sistemas [...] que determinam as relações em todas as áreas da vida social camponesa (p. 16).

Nogueira (2006) além da concordância expressa com outras palavras, também complementou o raciocínio imediatamente acima.

Esta atividade coletiva contribui para a congregação das comunidades rurais e, por conseguinte, para o fortalecimento de laços de solidariedade entre elas. [...] Porém, apesar da rusticidade de seus equipamentos, trata-se de um espaço onde se expressam saberes, práticas e relações sociais reveladoras do modo de vida das comunidades produtoras (p. 28).

Mas, por ora, continuemos a fabricação da farinha. O processo de produção na casa de farinha se inicia pela *descasca* ou *raspagem* da mandioca que é realizada por cerca de quatro a cinco mulheres (figura 16). As mandiocas descascadas são amontoadas próximo ao *serrador* que é um tipo de moedor que pode ser movido mecanicamente através de manivela por uma pessoa, ou tocada por um pequeno motor a gasolina.

No *serrador* a mandioca é moída e transformada em uma massa pastosa. Essa função é exercida por um indivíduo do sexo masculino. Nessa fase é acrescentado o corante para dar cor à massa que também irá definir a cor da farinha. A figura 18 destacou o momento em que a mandioca estava sendo triturada.

Do *serrador* a massa vai para a *prensa* com o objetivo de ser enxugada. Na *prensa* se extrai o *tucupi*, líquido altamente tóxico que se ingerido por animais ou humanos pode levar ao óbito. Com isso, toma-se um cuidado extremo para que crianças e animais domésticos como suínos, bovinos e outros, que sempre estão à volta da casa de farinha não tenham contato com esse líquido venenoso.

Figura 18 - Serrador



Fonte: Youssef Filho, 2012.

O serrador é o equipamento utilizado para transformar a mandioca do estado sólido em pastoso. Casa de farinha na comunidade São Raimundo.

Esse líquido só não é letal para as galinhas e congêneres, que os ingerem tranquilamente a partir do momento que o mesmo é extraído da *prensa* e corre por pequenos sulcos feitos no terreno até ser completamente sorvido pela terra.

A *prensa* da pasta de mandioca é feita por pessoas do sexo masculino, pois essa tarefa exige força física⁷⁵. O trabalho de operação da *prensa* é de grande visibilidade para os moradores locais e pode ser comparado aos rituais de passagem. Como a tarefa exige certa força física, adolescentes entre quinze e dezoito anos estão sempre tentando conseguir realizar esse serviço. Quando conseguem ganham o status de homem forte⁷⁶.

Segundo Adams et. al. (2006), o veneno contido na mandioca é o ácido cianídrico. Algumas comunidades estudadas por essa autora se utilizam de tecnologias tradicionais de desintoxicação da mandioca, tornando-a importante fonte

⁷⁵ Isso não implica dizer que as mulheres também não possuem força física. Mas essa ainda é a concepção dos moradores locais frente à divisão sexual do trabalho.

⁷⁶ Fato dessa natureza foi percebido enquanto participava dos trabalhos na casa de farinha e consegui ver no semblante de um adolescente de dezesseis anos o orgulho e a satisfação de ter conseguido tal empreitada.

de alimentação. Conforme visto, os pequenos produtores que habitam os povoados do Eixo empregam semelhante método em uma das fases para a fabricação da farinha. Nogueira (2006) esclareceu que este processo requer “conhecimentos específicos os quais expressam saberes e práticas tradicionais altamente elaboradas e que fazem parte do patrimônio cultural das comunidades produtoras” (p. 28).

A figura 19 mostra a massa já colocada na prensa, aguardando o seu enxugamento.

Figura 19 – A prensa



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Massa em estado pastoso para o enxugamento na prensa. Comunidade São Raimundo.

Ao sair da *prensa*, a massa que conservou um pouco de umidade vem para a primeira *peneira* com o fim de ser peneirada e desmanchada. É nesse utensílio que se dá o tamanho do caroço da farinha, o qual é determinado pelo tamanho dos orifícios da *peneira*. O produto que sai da primeira *peneira* já é farinha, porém ainda crua e sem o formato arredondado. Com isso, esses grãos são levados ao forno a lenha para *escaldar*. Após o escaldamento, os grãos retornam novamente à *peneira*, porém agora aos caroços de farinha. Já com esse contorno os grãos retornam ao *forno* para o escaldamento final.

A figura 20 exibe a primeira *peneira* em cima de um *cocho*, objeto utilizado para receber a massa da mandioca esfregada na primeira *peneira*.

Figura 20 – Primeira peneira



Fonte: Youssef Filho.
Após passar por esta peneira, a massa se transforma em grãos e é direcionada ao forno.
Comunidades São Raimundo.

O escaldamento consiste na secagem e cozimento dos grãos de farinha em um grande tacho de ferro aquecido por forno a lenha, conforme é possível ver na figura 21. A pessoa que desempenha essa função é chamada de forneiro. Percebeu-se certo status nessa atividade, pois ela só pode ser exercida por pessoa com experiência prévia, pois a qualidade da farinha está relacionada também ao ponto que o forneiro dispensa a ela.

Daí a farinha já pronta é direcionada à *agarêra*⁷⁷ para finalmente ser ensacada, conforme retrata a figura 22.

A função de serrador (figura 18) e peneirador (figura 20) que envolve a primeira e segunda peneira é exercida pelo mesmo indivíduo. Esses serviços são desempenhados por pessoas do sexo masculino. O forneiro e o ensacador também

⁷⁷ Ensacadeira.

são ocupações direcionadas aos homens. A primeira função exige conhecimento prévio e a segunda, força física, conforme visto anteriormente.

Figura 21 – Escaldamento da farinha



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Forneiros mexendo a farinha com grandes pás de madeira durante o escaldamento.

Os subprodutos da mandioca, casca e saldo de massa, com exceção do tucupi, somente ingerido pelos galináceos, é utilizado como complemento alimentar a bovinos, eqüinos, caprinos e suínos.

Todo esse processo emprega em torno de nove pessoas e dura em média dois dias. Inicia-se bem cedo, geralmente às duas horas da manhã, com a busca da mandioca na roça que é transportada na carroça puxada por boi.

O rendimento do produto final de duas carroçadas de mandioca, conforme descrito nesse processo foi de quatro sacas de sessenta kilogramas cada, as quais são vendidas diretamente pelo produtor a varejistas e atacadistas no Mercado 2000 localizado em Santarém. O preço de venda da farinha pelo produtor, nesta época do ano, mês de agosto, é em média de oitenta a cem reais por sacco⁷⁸.

⁷⁸ O preço da farinha na região de Santarém varia de acordo com as estações do ano. Se a estação é de chuva, o preço sobe devido à carência do produto. Porém no ano 2013 houve uma brusca alta do produto que não está relacionada ao clima, mas sim a falta generalizada do produto.

Figura 22 - Agarêra



Fonte: Youssef Filho, 2012.

A farinha na agarêra pronta para ser ensacada.

Quando o pequeno agricultor está ocupado com outras atividades ou não necessita ir a Santarém para fazer compras ou outros afazeres, ele envia os sacos de farinha através do ônibus sob a responsabilidade do ajudante de motorista que faz a venda e recebe uma pequena comissão para isso.

O plantio da mandioca, assim como a produção de seu principal derivado, a farinha, segue um padrão usado por todos os pequenos agricultores da região.

Todavia, preliminarmente já se havia concebido duas importantes serventias desempenhadas pelas casas de farinha na vida cotidiana dos povoados do Eixo: fonte de alimentação e renda. Não obstante, diante da grandeza e diversidade de manifestações que acontecem nesse pequeno recinto, presumiram-se outros papéis não tão visíveis como os anteriores, porém de similar relevância e dependendo do momento até preponderante. Essas funções arrolam a organização dos trabalhos nos roçados de mandioca e a produção da farinha à manutenção e fortalecimento das relações sociais. Pois, conforme visto anteriormente nos apontamentos de Sá (1984), em uma economia de subsistência, a atividade econômica passa a existir em função de outras estruturas não associadas ao econômico, como as redes

relacionais de parentesco, compadrio e vizinhança. Portanto para ela, são esses pactos de solidariedade que determinam todos os aspectos da existência cultural, social e econômica de pequenos produtores rurais.

Além do mais, tudo isso está implicado à resistência empreendida por pelos moradores do Eixo Fé em Deus - Prata na defesa de seus territórios. Essa correspondência entre a mandioca e o processo de resistência, em princípio segue as reflexões de Oliveira et. al. (2006), o qual relacionou a cultura da mandioca às estratégias de sobrevivência das comunidades tradicionais. Sabe-se que o alimento em qualquer sociedade, seja ela moderna ou tradicional, representa um dos principais elementos para a perpetuação da espécie. Assim de modo bem sucinto para esses autores, o domínio do cultivo da mandioca pelos povos tradicionais garantiu o acesso a uma fonte segura de alimentação. Isso lhes conferiu maior independência, não ficando sujeitos à vontade dos povos dominantes, diga-se poder público, privado e agências⁷⁹. O subscrito realça essa convicção.

Práticas e saberes associados permitiram a contínua adaptação desse patrimônio biológico às modificações dos contextos ecológicos e socioeconômicos locais e nacionais e foram elementos decisivos para a autonomia e a segurança alimentar das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores (OLIVEIRA et. AL, 2006, p.14).

É útil lembrar que o cultivo da mandioca não é uma prática recente. Valle (2006) atribui a domesticação da mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) às culturas pré-colombianas das terras baixas e quentes da América. Segundo Nogueira (2006) essa raiz alimentícia foi frequentemente mencionada por cronistas, viajantes e missionários que estiveram no Brasil a partir do século XVI.

Até mesmo para Monteiro Lobato (2004), a serventia alimentar e facilidade de cultivo da mandioca não passaram despercebidos em sua irreverente crítica ao modo de viver dos moradores da zona rural brasileira no início do século XX.

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada a qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha (p. 170).

De acordo com Nogueira (2006), atualmente a mandioca e a farinha integram o hábito alimentar de todas as classes sociais que vivem neste país, estando presente tanto nas culinárias simples quanto nas mais sofisticadas. É de

⁷⁹ Como esse assunto está ligado à resistência dos pequenos produtores rurais, tais discussões serão retomadas no próximo capítulo.

conhecimento que as formas de preparo, consumo e até mesmo a designação do nome da mandioca varia de região para região. Não obstante é

[...] na região amazônica, particularmente no Pará, que os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo, transformação em alimento e diversos usos culinários, lhe conferem considerável importância histórica, econômica e social, pois, da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor cultural [...]. (NOGUEIRA, 2006, p. 27-28).

Para Moran (1990), a dominância da mandioca nos roçados tradicionais da Amazônia é o resultado da adaptação de seus moradores aos solos prevalentes da região. Essa raiz tuberosa “é uma das poucas plantas capazes de produzir abundância de calorias em solos pobres e ácidos” (p. 209).

Sabe-se que existe uma variedade considerável de mandioca, porém, os moradores do Eixo as dividem somente em duas espécies: *bravas* e *mansas*. Eles designam as espécies *bravas* pelo nome de mandioca e as *mansas* por macaxeira. A mandioca é tóxica, por isso ligam esse veneno à qualidade de *brava*. Esse tipo de tubérculo só é aproveitado para fazer farinha, enquanto que a macaxeira, a espécie *mansa* integra o cotidiano alimentar do local⁸⁰. Produz-se farinha também da macaxeira que é mais apreciada pelos moradores. Embora a farinha proveniente da macaxeira seja considerada “mais gostosa”, como diz o pessoal da região, seu processo de fabricação é mais trabalhoso e tem que ser realizado em um único dia. Por essa razão, geralmente produzem a farinha proveniente da mandioca para comercialização e da macaxeira para o consumo.

Apreendeu-se que de forma direta ou indiretamente a mandioca influencia a vida de todos os moradores do Eixo. Nogueira (2006) em poucas frases conseguiu resumir esse alcance.

Economia de subsistência para boa parte da população rural, produção artesanal e industrial, relações sociais de produção familiares, comunitárias e assalariadas, alimento básico da população mais pobre, importante componente do sistema culinário brasileiro, tradição histórica e valores culturais, a mandioca revela múltiplas dimensões da vida social, configurando-se, por isso, como uma importante referência cultural e, por isso, patrimônio nacional (p. 29).

Os migrantes do sul também estão começando a plantar a maniva devido à valorização da farinha no mercado local. Porém, ao invés do plantio tradicional da mandioca, utilizam-se de grandes áreas, aplicando as tecnologias dispensadas às

⁸⁰ Cozinham-se a macaxeira pura somente com água ou misturada à carne bovina e outros vegetais.

monoculturas, como mecanização do terreno e adubação. Eles plantam, mas não colhem, por ainda possuírem maquinário para esse fim. Também não detêm o conhecimento tradicional para a produção da farinha. Com isso, dão a colheita, assim como a fabricação da farinha à meia⁸¹ para os pequenos produtores. Dessa forma, os médios produtores plantam a mandioca e fazem o carroto até a casa de farinha. Ao passo que os moradores tradicionais colhem e produzem a farinha.

Os plantios mecanizados da maniva utilizam áreas com extensão de quarenta tarefas⁸², cujos produtos são transportados em tratores que carregam cinco carroçadas por vez. Contrariamente, os pequenos agricultores que empregam o modo tradicional de plantio, ocupam uma área equivalente a doze tarefas. Isso equivale dizer que a produtividade do produtor profissional em relação ao tradicional é quase quatro vezes maior. Essa situação é nova na região, porém preocupante. Silva (2006) soube muito bem traduzir essa inquietação. Para ele,

[...] no encontro de culturas diferentes, os valores culturais etnocêntricos trazidos pelos grandes proprietários sulistas, a partir da ideologia da modernização, se contrapõem aos das estruturas sócio-culturais preexistentes na região (p. 06).

Além disso, esse tipo de associação pode levar à apropriação de saberes e inviabilizar economicamente a região para o pequeno produtor rural, pois em virtude do modo de produção capitalista, a concorrência se tornará desproporcional. Sem contar que isso pode provocar o desaparecimento do ritual da produção da farinha, o qual, conforme dito anteriormente, acredita-se estar relacionado à força de coesão que une os moradores e à resistência desses pequenos agricultores em não dispor de suas terras.

⁸¹ O termo dar à meia significa dividir os lucros.

⁸² Vale dizer que cada hectare equivale a quatro tarefas.

6 A RESISTÊNCIA

O Dicionário da Língua Portuguesa organizado por Houaiss e Villar (2001) contém quase trinta definições para a palavra resistência. Uma se aproximou do sentido que se quer dar a esta pesquisa: “reação a uma força opressora” (p. 2438). A expressão é apropriada, porém incompleta. Não obstante foi com as argumentações de Lima (2009) em seu trabalho sobre a resistência de alguns grupos de quebradeiras de coco nos babaçuais maranhenses que a definição mais apropriada aos propósitos desse trabalho finalmente surgiu. Conforme essa pesquisadora resistência é “um conjunto de relações sociais manifestas por meio de práticas e ações, que atuam no sentido de impedir ou tornar mais lento o progresso de algum processo de mudança” (p. 4). O objetivo principal dos movimentos de resistências, segundo a mesma autora, é resguardar os grupos sociais de perigos exteriores que coloquem em risco “suas condições de reprodução material, social e cultural, que podem ser identificadas no plano das práticas cotidianas e no plano das ações extraordinárias” (04).

6.1 O INÍCIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO

No decorrer do trabalho de campo, percebeu-se através dos diálogos que os moradores do Eixo Fé em Deus – Prata tinham uma consciência sociopolítica diferenciada no sentido de se organizarem para discutir suas principais dificuldades e juntos procurarem a solução. Sentia que isso poderia ter algum tipo de relação com à resistência empreendida por eles. Mas ainda não conseguia visualizar de onde se originava esta capacidade de mobilização e articulação.

Essa dúvida era exposta em praticamente todas as conversas, porém a questão continuava em aberto. Eles não conseguiam reconhecer em si essa qualidade. Parece esta prática ser algo inerente a estes moradores. Não enxergavam nada de extraordinário nisso. No entanto em um diálogo com o coordenador técnico da CFRB⁸³, o mesmo ponderou que essa capacidade poderia estar relacionada ao início da organização dos movimentos sociais na região, pois as primeiras reuniões para tal intuito ocorreram justamente na comunidade do Prata, ainda no meado dos anos de 1970.

⁸³ Edson Luiz Azevedo Moura.

A partir dessa informação a pesquisa tomou outros rumos. Buscaram-se atores que teriam participado dos movimentos sociais da época. Com isso, chegou-se aos nomes de dois dos principais precursores e articuladores desses movimentos iniciados naquela década na região de Santarém: Geraldo Irineu Pastana de Oliveira e Ranulfo Peloso da Silva. Aliás, são três, os organizadores iniciais destes movimentos sociais, porém o terceiro será citado posteriormente. A transcrição abaixo reflete a visão do próprio Pastana referente aos acontecimentos ocorridos à época.

Eu e o Ranulfo nascemos na região de Santarém e como tínhamos vocação religiosa fomos estudar filosofia e teologia em um seminário da cidade de Recife com o intuito de nos ordenarmos padres. Eu pertencia à Ordem Diocesana e o Ranulfo esteve ligado à Ordem Franciscana. Em 1974, ao finalizar os estudos retornamos a nossa região de origem com a intenção de fazer um trabalho de conscientização junto aos camponeses da região sobre a necessidade deles em permanecer em suas terras e reivindicar melhoria em suas condições de vida. Até então, pensávamos que as mudanças necessárias se dariam através do ensino religioso e pretendíamos fazer isso através da Igreja. Assim que chegamos apresentamos nossas idéias ao bispo de Santarém e ele já se propôs a nos dar um jipe e tudo o mais que fosse preciso para iniciarmos a evangelização. No entanto, não era esse o nosso propósito. Queríamos nos inserir na vida do camponês, ir prá roça com eles, morar com eles, falar da Bíblia para eles. O bispo não conseguiu entender direito nossa intenção, mas a aceitou assim mesmo. Naquela época, os pequenos produtores rurais estavam muito desanimados com a situação no campo. Não havia escolas, atendimento médico, estradas para escoar a produção, enfim se achavam abandonados por tudo e por todos. Não conseguiam entender o porquê daquele abandono. Eles tinham perdido até a consciência do valor que possuíam. (Geraldo Pastana, entrevista).

Conforme o raciocínio seguido por Coelho (2012), para entender a reinserção da Igreja Católica na questão agrária brasileira, preliminarmente é necessário resgatar certos acontecimentos históricos, os quais foram imprescindíveis para as transformações da Igreja enquanto Instituição. Sendo neste contexto de mudanças que atuaram os dois agentes pastorais nas comunidades do Eixo e regiões adjacentes.

Nesse sentido, as novas ideologias se deram a partir do papado de João XXIII ocorrido entre os anos de 1958 a 1963. Durante esse pontificado foi convocado o Concílio Vaticano II em 1962, porém só terminado em 1965 sob a direção de outro dirigente máximo, o Papa Paulo VI. Esse Concílio foi responsável pelas transformações básicas que se deu na relação Igreja-sociedade, principalmente com as classes menos favorecidas. Com a finalidade de divulgar as novas diretrizes a ser adotadas pela Igreja Católica da América Latina, foi realizada em 1968, na

cidade de Medellín na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Os debates foram direcionados às necessidades de mudanças teológicas e aos significados proferidos pela Igreja, pedindo um envolvimento mais ativo da Instituição com os problemas das categorias em desvantagens sociais e econômicas (COELHO, 2012).

Pautado pelas informações de Leroy (1989), nessa conferência, os bispos brasileiros com muita ênfase confirmaram a opção pelos pobres. Para Coelho (2012), essa nova postura da Igreja como Instituição representou uma grande reviravolta que se fez sentir principalmente no campo brasileiro, pois até aquele momento,

[...] a Igreja, enquanto uma Instituição hierárquica e corporativa, sempre esteve ligada à classe dominante. No campo, era atrelada aos grandes proprietários de terras e seus interesses. O homem simples do campo era visto como ignorante e sua maneira de viver o catolicismo era tratada como apenas superstição (p. 02).

Relacionado a esse apoio, conforme o mesmo autor, tendo como pano de fundo a ameaça comunista, grande parte da cúpula da Igreja Católica, assim como a maioria dos católicos apoiaram o golpe militar de 1964. No entanto, “desencantado pela repressão política e pela miséria crescente do povo, o episcopado se tornou progressivamente uma força de oposição ao regime” (LEROY, 1989, p. 101).

Canuto (2012), acrescentou que a retomada pelo governo militar da política de integração nacional na década de 1960 tendo como base o povoamento e exploração econômica da Amazônia foram os principais elementos que desencadeou esses descontentamentos (CANUTO, 2012).

Com o intuito de viabilizar tal objetivo, criaram-se várias agências de fomentos, entre elas a Sudam. Através dessa superintendência foram criados e disponibilizados diversos tipos de incentivos fiscais e financeiros às corporações dispostas a investir no desenvolvimento da Amazônia. Objetivando se aproveitarem destes benefícios, inúmeros bancos e empresas dos mais variados ramos adquiriram extensas áreas de terras para implantar seus projetos agropecuários (CANUTO, 2012).

Conforme Mitidiero Junior (2010), fez parte também da política de governo desse mesmo período, o incentivo aos projetos de colonização para essa região, constituído sobretudo por

[...] colonos expulsos de suas terras no Sul do país migraram para a região amazônica impulsionados pelos projetos governamentais. Ao chegaram lá, encontraram a falta de infraestrutura e os empecilhos que a floresta oferecia [...]. Além disso, muitos desses migrantes eram postos frente a frente com povos indígenas e grupos de posseiros, o que muitas vezes levou a estabelecer conflitos entre esses sujeitos. Ou seja, enquanto as grandes empresas usurpavam solo e subsolo amazônico, grupos sociais pobres e oprimidos brigavam por pequenas glebas de terra (p. 245).

Segundo Canuto (2012), a consequência imediata dessa política foi o apossamento de territórios indígenas, quilombolas, ribeirinho e de pequenos produtores rurais. Para a mesma referência, principiava-se novamente um período permeado por conflitos e violência contra essas categorias, que até aquele momento não dispunham de qualquer forma de organização.

As injustiças, miséria e sofrimento enfrentados por esses moradores, primeiramente visíveis nas Igrejas locais e posteriormente difundidas para outras paróquias e dioceses do país exigiram um posicionamento mais firme da Instituição frente aos infortúnios causadas pela chegada da expansão capitalista na Amazônia. Em decorrência desses acontecimentos, alguns clérigos da Igreja Católica assumiram posturas contra esse tipo de exploração (MITIDIERO JUNIOR, 2010).

Continuando as reflexões da mesma autoria, entre os anos finais da década de 1960 e início dos anos de 1970, inspirado pela Teologia da Libertação surgiu

[...] das mãos de Dom Pedro Casaldágia uma carta pastoral que denunciava o processo de pilhagem dos recursos naturais da Amazônia e a opressão que vitimava o povo pobre amazônida. O texto dessa carta, intitulada de '*Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*', foi o ponto pé inicial para a reformulação do tratamento [missão] das Igrejas locais para com os seus fiéis (p. 04, grifo do autor).

De acordo com a mesma referência, a divulgação dessa carta ocorrida em 10 de outubro de 1971 teve imensa repercussão, tanto em âmbito interno como externo da Igreja Católica. Posterior a essa publicação, vários documentos de igual teor começaram a surgir em diversas localidades.

Dos bispos do Nordeste surgiu o texto '*Ouvi os Clamores do Meu Povo*' em 1973. No mesmo ano, foi publicado o documento de urgência '*Y-Juca Pirama – o Índio: aquele que deve morrer*', por bispos e missionários da Amazônia. Do Centro-Oeste do país os bispos publicaram o texto '*Marginalização de um Povo, o Grito das Igrejas*' em 1974. Em 1980, num documento de caráter mais institucional do que esses primeiros, por ter sido publicado pela CNBB, '*Igreja e os Problemas da Terra*', analisa e denuncia os resultados do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro (MITIDIERO JUNIOR, 2010, p. 05, grifo do autor).

No ano seguinte à publicação da Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáglia em 1972, realizou-se na cidade de Santarém uma reunião com a presença de todos os bispos da Amazônia. Nesse encontro foram estabelecidas as Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia. A prioridade das diretrizes foi pautada na inserção da Igreja na realidade do povo (CANUTO, 2012). Segundo Leroy (1989), com a finalidade de atender a este anseio, “os bispos definiram quatro prioridades básicas: formação de agentes de Pastoral, Comunidade Cristã de Base, Pastoral Indígena, assistência pastoral à Transamazônica e ‘outras frentes pioneiras’” (p. 102).

Naquele momento enquanto a Igreja Católica, parte da sociedade civil organizada e alguns setores do governo federal entre outros, discutiam os problemas e ações a fim de minimizar as condições precárias das pessoas que viviam na zona rural, os moradores das comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata sofriam todo tipo de privação. Nesse caso específico, a luta não era pela posse da terra, pois esta, eles a detinham, mas pelas condições de permanência nela. Sentiam-se, e realmente estavam, totalmente desamparados.

Relacionado a tal abandono, *Seu Adenor*, reforçou que muitas pessoas deixaram suas terras e se mudaram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Pois a sobrevivência naquelas situações se tornou muito difícil. Não havia como escoar a produção, nem como alfabetizar os filhos e muito menos acesso básico à saúde. Lembra esse interlocutor que naquela época só entrava carro na região de quinze em quinze dias. Quando adoecia uma pessoa era preciso carregá-la na rede até a estrada do Jabuti⁸⁴. Com relação a tal carência, o mesmo interlocutor se recorda de um fato real ocorrido no final da década de 1970. Veja os detalhes deste fato, conforme depoimento.

A mãe do *Peba*⁸⁵ entrou em trabalho de parto. Mandaram chamar as parteiras da região, como elas virão que não dariam conta do recado, mandaram procurar recurso fora. Então colocaram ela numa rede e carregaram ela até a estrada do Jabuti. Como não passou nenhum veículo durante muito tempo para levar ela para Santarém, resolveram voltar para casa e tiveram que se arranjar com as parteiras mesmo. Salvou-se a criança, porém a mãe não resistiu (*Seu Adenor Domingos*, entrevista).

⁸⁴ A estrada Jabuti-Santarém foi a primeira ligação de Santarém às comunidades do Eixo.

⁸⁵ Recordando que o *Peba* é o José Ednardo, meu anfitrião.

O testemunho por si só é capaz de expressar a dificuldade que o homem do campo enfrentou⁸⁶. Conforme as informações do *Seu Adenor*, casos como esses eram frequentes. E foi justamente nesse tema que Pastana e Ranulfo se apegaram.

E foi nesse ponto que começamos a bater. Começamos a organizar reuniões e pregar mensagens de libertação fundamentada pelos ensinamentos bíblicos nas comunidades Baixa do Cipó, Chaves, Açaizal, Prata, São Raimundo e Fé em Deus. Como o Prata está situada estrategicamente no centro desse conjunto de povoados, fixamos nossa base nessa comunidade para uma melhor articulação e alcance das mensagens (Geraldo Pastana, entrevista).

Nêgo Véio ainda se lembra daquela época em que

Geraldo e Ranulfo iam de casa em casa, de roçado em roçado convocando reuniões e provocando mutirões. Entravam primeiro com os ensinamentos bíblicos e depois a própria Bíblia vai orientando e abrindo as idéias das pessoas para os problemas locais. (Manoel Batista, entrevista).

Subsidiado pelas informações de Coelho (2012), em 14 de fevereiro de 1980, a cúpula da Igreja Católica reunida na cidade de Itaici, estado de São Paulo aprovou em sua 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil o documento denominado Igreja e Problemas da Terra.

O conteúdo desse documento foi elaborado por alguns bispos e assessorado por intelectuais da questão agrária. Ele expressava e denunciava, sem rodeios, as problemáticas que vinham se configurando no campo há décadas atrás. Condena ainda a concentração da propriedade da terra, a política do Estado para que as grandes empresas investissem seu capital no campo, e também denuncia a situação degradante dos pobres da terra e das comunidades indígenas, que constantemente estavam sendo alvos da expropriação (COELHO, 2012, p. 177).

A mesma referência atribuiu suma importância a esse documento, pois foi através dele que a Igreja Católica através da CNBB criticou publicamente “o modelo político e econômico do Estado” (p. 178), o qual permitia a expropriação e exploração das pessoas que viviam e trabalhavam no campo.

Para Coelho (2012), a base doutrinária de tal documento foi constituída pelos contextos bíblicos. Assim,

[...] o apoio aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e às comunidades indígenas, estavam pautadas na questão de que ‘a terra era um dom de Deus a todo o homem’. E, sendo de todos, por que algumas pessoas tinham tanta terra e a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não tinham nenhum pedaço de chão para nele trabalhar e permanecer? É nesta perspectiva que a Igreja, junto às pastorais populares, iria trabalhar, legitimando a luta pela terra, sendo ela um meio para alcançar a terra prometida por Deus (COELHO, 2012, p. 179).

⁸⁶ Sabe-se que ainda hoje, esta é a realidade enfrentada por pequenos produtores rurais em várias localidades de nosso país.

Além desses argumentos, destacaram-se dois outros princípios contidos no documento da CNBB; os de números 84 e 85, os quais definiram respectivamente dois sentidos opostos atribuídos a terra, a usada para exploração e a utilizada para trabalho. Esses significados de tão impactantes, foram apropriados por vários movimentos de trabalhadores rurais (COELHO, 2012).

Conforme transcrição de Coelho (2012), o teor dos respectivos preceitos concebeu a diferenciação do sentido de terra da seguinte forma:

84. **Terra de exploração** é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. **Terra de trabalho** é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse. Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio (p. 179, grifo da autoria do documento).

Em relação ao posicionamento da alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil, diga-se CNBB, frente aos conflitos ocorridos no campo, percebeu-se que a efetivação das ações pelas prelazias ou paróquias se deram de maneira descentralizada, apesar da obrigação de todos os cleros seguirem fielmente as direcionamentos e doutrina da Instituição.

Em realidade a efetividade das ações se dava conforme a concepção teológica do dirigente local ou regional da Igreja, na qual

[...] parte do clero colocava no centro da sua ação pastoral os sacramentos, sem dar muita ênfase a 'opção pelos pobres', outra parte menor e as entidades no campo cristão oscilavam entre a ideologia do desenvolvimento e uma pedagogia crítica e libertadora no espírito de Paulo Freire, das Ações Católicas especializadas e da Teologia da Libertação. (LEROY, 1989, p. 106).

Em relação a tal atuação, o Episcopado de Santarém se mostrou mais próximo a Teologia da Libertação. Conforme visto, somente em 1980 é que a CNBB publicamente manifestou seu apoio às causas dos desassistidos da zona rural. Isso se deu via o documento Igreja de Problemas da Terra. Esse documento, além das críticas atribuídas à política econômica do Estado, considerada excludente, ao mesmo tempo traçou estratégias com ações a serem desenvolvidas em campo. Não

obstante, os citados agentes pastorais, assim que chegaram de Recife em 1974, já iniciaram seus trabalhos usando todos esses argumentos que somente vieram a público em 1980. Verifica-se aí um espaço de seis anos. Mas temos que considerar também que Ranulfo e Pastana foram formados em Recife, onde haviam se familiarizados com os conflitos do campesinato nordestino. Soma-se a isso, a influência progressista de Dom Helder Câmara sobre esses dois agentes.

Porém no transcorrer da luta, a estratégia de conscientização dos ex-seminaristas tomou outro rumo.

Com o tempo a idéia inicial de que a mudança começa pela religião começou a perder força e entendemos então que a religião tem um peso importante na vida das pessoas, porém não é ela que irá determinar as mudanças. Isso nós entendemos após começar a trabalhar com os chamados Grupos de Interesses. Por exemplo, produtores de farinha se reuniam em torno da casa de farinha, compravam um motorzinho e melhoravam as condições de trabalho. Isso é, produzia-se mais com um pouco menos de esforço. Ou então grupos de Revendas para comprar mercadorias e repassar aos associados com melhores preços. Chegamos até a comprar um caminhão, máquinas de bater arroz e ainda roçados comunitários. E dessa forma cada qual com seus interesses se ajuntavam e criavam esses grupos. A partir dessas experiências tivemos certeza que a religião era importante, porém o que determinava as mudanças eram as questões econômicas (Geraldo Pastana, entrevista).

Para *Seu* Adenor, foi Geraldo Pastana que ensinou o pessoal da região a trabalhar em conjunto. Ele também se recorda das Revendas que eram casas comerciais fundadas por sócios, tipo cooperativas, com o objetivo de negociar gêneros alimentícios, implementos agropecuários e utilidades domésticas com preços mais acessíveis em relação ao mercado local, acabando dessa forma com a exploração comercial.

De acordo com as declarações de Pastana, mesmo com os Grupos de Interesses se expandindo em direção a outras comunidades do Estado, as dificuldades eram enormes. As mudanças estavam acontecendo, porém muito devagar, por isso precisavam tornar a luta mais dinâmica. Sendo que isso significava se apoderar da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Porém, este estava com uma concepção assistencialista bancada pelo Funrural. Nesse momento Toninha que estava acompanhando o diálogo, intervém acrescentando que

[...] além do assistencialismo, acusavam-se os antigos líderes de formar conchavo com os grandes fazendeiros. O sindicato incentivava os pequenos produtores a contrair empréstimos junto ao Banco do Brasil dando como garantia a posse de suas terras. Como geralmente o agricultor familiar não conseguia pagar esses empréstimos, o Banco tomava suas terras e as

vendia a preços abaixo do mercado aos grandes fazendeiros da região aumentando a concentração de terra na mão de poucos. Nisso aqueles camponeses que haviam migrado do Nordeste vítimas da seca e também da concentração de terras naquele lugar, acabavam ficando sem terra aqui também. (Maria Antônia, entrevista).

Nesse sentido, porém em outro momento, Nêgo Véio havia declarado que

[...] no início era o Sindicato Pelêgo, dominado pelos patrões e não pelos empregados. [...] Fizemos um trabalho muito grande junto aos moradores clareando as informações no sentido de que quem deveria tomar de conta do sindicato rural seriam os trabalhadores e não os patrões. [...] Neste tempo os postos médicos eram colocados dentro da sede dos sindicatos rurais e somente tinham direito aos remédios e à consulta eram somente os afiliados ao sindicato. Com o tempo fomos descobrindo que a função do sindicato não era prá aquilo, era prá defender, organizar o povo. O direito à saúde era um direito independente do sindicato. (Manoel Pereira, entrevista).

Participando da entrevista ao lado do marido, Maria Iva se empolga e relembra o momento de sua afiliação ao sindicato.

Nessa mesma época houve uma reunião de mulheres em Morada Nova e mandaram me chamar. Passei três dias prá lá. Quando voltei vendi trinta ovos de galinha e me associei no sindicato. As outras mulheres me perguntaram espantadas pra quê isso? Eu respondi: ora menina é porque quero ter direito e voz. (Maria Iva, entrevista).

Ainda que no Brasil se tenham conhecimentos de alguns sindicatos de trabalhadores rurais criados ainda nos anos de 1930, somente a partir do início da década de 1960 que o direito à sindicalização da categoria foi regulamentado. A origem dessa regulamentação está diretamente relacionada aos conflitos que sucederam em diversas localidades na zona rural brasileira, que por sua vez fez surgir distintos agentes de mediação, os quais vieram a impulsionar a organização dos trabalhadores para a criação de sindicatos da categoria. Dentre esses agentes, sobressaíram-se o Partido Comunista e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas que no início teciam críticas à organização sindical, assim que se intensificou a criação dos mesmos, revisaram seu posicionamento, passando a apoiá-los, principalmente em Pernambuco (MEDEIROS, 2012).

De acordo com Palmeira (1985) o sindicalismo rural surgiu sobre o antagonismo esquerda-Igreja, com o Estado no início se distanciando do processo, e já no final do período, tentando-se aproximar do embate, beneficiando uma parte ou a outra, mas em determinados momentos o apoio se dava a ambas as forças em confronto. Para esse autor, essa “relativa ausência do Estado nesse campo de luta fez com que não houvesse espaço nesse sindicalismo para figuras sociológicas

como a dos mediadores que se tornaram conhecidos por *pelegos*⁸⁷ [...] (p. 45, grifo do autor).

Entre as décadas de 1950 e 1960 as diversas organizações que posteriormente se transformaram em sindicatos rurais elegeram algumas bandeiras de luta: reforma agrária, direitos trabalhistas, regulamentação de contratos de parceria e arrendamento e o direito à sindicalização. Entre esses, o direito à sindicalização se mostrou a questão mais polêmica, pois as entidades que representavam as classes patronais existentes à época, principalmente a Confederação Rural Brasileira e a Sociedade Brasileira argumentavam que existia interesses comuns entre todos os que viviam no campo, não importando se fossem patrões ou empregados. Portanto seria desnecessária a criação de outras entidades representativas. O temor da classe dominante ruralista era que os trabalhadores rurais organizados em sindicatos independentes se fortalecessem, intensificando as lutas de classes, similar ao que vinha acontecendo no meio urbano (MEDEIROS, 2012).

No início de 1960 ao mesmo tempo em que o governo federal regulamentou a sindicalização dos trabalhadores rurais foram também determinadas quatro categorias de enquadramento assim discriminadas: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na produção extrativa rural, trabalhadores na pecuária e produtores autônomos. Os produtores autônomos eram os trabalhadores do campo sem vínculo empregatício e que viviam em regime de economia familiar ou de subsistência. Essas associações deram início à formação dos sindicatos. A próxima etapa se consistiu em criar condições legais para a criação das federações estaduais e posteriormente uma confederação nacional. Nesse sentido, diversas forças políticas como o Partido Comunista Brasileiro, a Ação Popular, as Ligas Camponesas e diferentes vertentes da Igreja Católica atuavam nas áreas rurais ajudando a organizar os trabalhadores. Mas simultaneamente a isso, disputavam também o domínio dos sindicatos. Esse controle seria exercido através da posse da direção das federações e da confederação nacional que se constituíram em seguida. O Estado não estava alheio a essa disputa, pois a prerrogativa ao reconhecimento dos sindicatos, federações e confederação competia exclusivamente ao Ministério do Trabalho. Dessa forma, quanto maior a influência desses grupos na Comissão

⁸⁷ Dirigentes sindicais que retiraram suas forças da dupla condição de participantes da máquina estatal e manipuladores de clientelas políticas (PALMEIRA, 1985, p. 45).

Nacional de Sindicalização Rural, maior a probabilidade de reconhecimentos dos sindicatos a que pertenciam. O resultado desse processo expressado em determinado arranjo de forças foi a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em 1963. Convém lembrar que a Igreja Católica que tivera função de destaque na criação de sindicatos nas regiões Nordeste e Sul, na composição geral da direção da Contag acabou ficando com dois cargos de pouca relevância (MEDEIROS, 2012).

A Contag foi reconhecida em 1964, praticamente às vésperas do golpe militar. Junto a este sobreveio uma violenta repressão sobre os movimentos sociais do campo. Vários sindicatos rurais fundados recentemente deixaram de existir e aqueles que tinham maior enraizamento social sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. O mesmo se sucedeu com várias federações. A própria Contag também sofreu intervenção. A finalidade das intervenções não era a eliminação dos sindicatos, mas dotar as organizações já existentes de novos direcionamentos e assim evitar o perigo do comunismo. Os interventores, na maioria dos acontecimentos eram vinculados à Igreja Católica (MEDEIROS, 2012).

Para Palmeira (1989) o apoio da Igreja Católica ao golpe militar de 1964, até certo ponto, assegurou o prosseguimento do sindicalismo rural. Suas argumentações se fundamentaram no fato dos sindicatos e federações vinculados à Igreja raramente terem sido alvos de intervenção do Ministério do Trabalho.

Em 1965 por determinação do Ministério do Trabalho houve uma reunificação das diferentes categorias sindical. Os sindicatos de trabalhadores rurais contemplaram uma gama de associados: assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros, proprietários de terra que trabalhavam em regime de economia familiar entre outros. A nova Lei de reestruturação sindical obrigou também as associações patronais ao ajustamento da nova regulamentação. Assim a Confederação Rural Brasileira foi transformada em Confederação Nacional da Agricultura (MEDEIROS, 2012).

Em seguida ao golpe, apesar das dificuldades enfrentadas diante da coibição e da interferência generalizada nos sindicatos de trabalhadores, iniciaram-se negociações com o intuito de introduzir trabalhadores na direção de algumas federações. Para isso, escolhiam-se pessoas ligadas ao sindicalismo cristão e que eram empenhados com as principais reivindicações do período antecedente. O resultado dessas articulações permitiu a vitória da oposição para a direção da

Contag. Essa chapa composta também por interventores foi conduzida por José Francisco da Silva, procedente da área canavieira de Pernambuco e ligado à Igreja Católica e ao Movimento de Educação de Base. (MEDEIROS, 2012).

De acordo com Palmeira (1989) oposto ao que se pensa, a opressão “ao movimento camponês e as tentativas de *domesticação* empreendidas pelo regime militar não conseguiram impedir que o esforço de organização dos trabalhadores prosseguisse” (p. 96, grifo do autor). Segundo o mesmo autor, isso só foi possível devido ao apoio da Igreja ao governo militar, acrescentando que se haviam diferenças políticas e ideológicas anterior ao golpe entre as lideranças ligadas à Igreja Católica e às vinculadas às Ligas ou ao Partido Comunista Brasileiro, a pauta das reivindicações eram praticamente as mesmas. Portanto, para ele é perfeitamente compreensível “que já nos primeiros meses após o golpe, várias dessas lideranças estivessem encaminhando as reivindicações dos trabalhadores e tentando prosseguir no trabalho de organização sindical” (p. 45).

A Contag exerceu o controle de uma vasta rede sindical disseminada por diversas localidades do país. Seguiu diferentes tendências políticas, muitas vezes orientadas pelo poder local e pouco disposta a confrontos. Em 1971 foi aprovada a constituição do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, o Funrural que colaborou para a expansão e fortalecimento dessa intensa rede em alguns Estados. Pois os sindicatos se tornaram mediadores privilegiados para que os trabalhadores rurais recebessem seus direitos previdenciários que incluíam aposentadoria, auxílio-doença, pensão, assistência médica e odontológica (MEDEIROS, 2012).

A obrigatoriedade de afiliação do trabalhador rural aos sindicatos rurais como condição prévia para o acesso aos direitos previdenciários é uma questão que gerou muita polêmica a época. Conforme depoimento de Nêgo Véio, essa foi uma forma que o governo militar achou de tirar a autonomia dos movimentos sociais no campo sem ser percebido pelos trabalhadores rurais. Palmeira (1985) até concorda em parte com meu interlocutor. Porém, para esse autor, diante da dificuldade de controle dos sindicatos rurais por parte do governo federal, a estratégia para reassumir o domínio dessas entidades se deu por meio da “transferência de serviços assistenciais” (p. 47). Desta forma, aos sindicatos restava a alternativa de tentar

[...] capitalizar positivamente o fardo previdenciário que o governo estava lhe passando, o movimento sindical aceitou correr os riscos de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos, como um meio de

estimular o aumento da sindicalização [...] e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais (PALMEIRA, 1985, p. 47).

Para Ricci (2009), independentemente da ideologia para a constituição do Funrural, “o fato é que, via assistencialismo ou construção da unidade e laços de lealdades entre dirigentes sindicais rurais, o sindicalismo de trabalhadores rurais prosperou nos anos 70” (p. 329). Não obstante, Palmeira (1985) informou que o maior crescimento de afiliações ao sindicato rural ocorreu entre os anos de 1968 a 1971.

Relacionado à atuação da Contag frente ao desenvolvimento do sindicalismo rural, as considerações de Medeiros (2012), direcionam-nos a crer em um saldo positivo. Para ele, mesmo diante das disputas, intervenções e da diversidade de suas bases, no decorrer da década de 1970, essa Confederação Nacional contribuiu para a conscientização do homem do campo. Isso foi feito através da difusão “de seus boletins, cursos de formação, encontros regionais e temáticos, e da atuação de suas assessorias educacionais e jurídicas, noções de direito a terra quanto de direitos trabalhistas” (MEDEIROS, 2012, p. 708). Enfim, para o mesmo autor, apesar das poucas desapropriações, das conduções administrativas das divergências e da ineficácia em evitar o banimento dos pequenos produtores rurais de suas terras,

[...] não se deve subestimar a capacidade que essas iniciativas tiveram de traduzir os conflitos no campo na linguagem da Reforma Agrária, construindo a junção entre o desejo de acesso a terra e uma possibilidade de política agrária, formatada por uma legislação aprovada pelo próprio regime militar o [Estatuto da Terra] (p. 708).

Alinhado às mesmas percepções, Palmeira (1989) complementou que a oportunidade concedida pelo Estatuto da Terra

[...] de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o *setor agrícola* ou a *agricultura*, permitiriam a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês — o trabalhador rural — tornou-se *objeto de políticas*, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações (p. 101, grifo do autor).

Prosseguindo seu raciocínio, Palmeira (1989) enfatizou que mesmo após a aprovação do Estatuto da Terra e de outros elementos jurídicos que vieram posteriores, o processo de luta não se paralisou. Assim para esse autor, no decorrer do governo militar, o jogo político continuou direcionando a legislação de modo a favorecer às vezes um lado, em outros momentos, o lado oposto.

Recordando o depoimento de Nêgo Véio, o qual versava sobre o descontentamento dos trabalhadores rurais com a direção do STR. É nesse momento de insatisfação que surge novamente a figura dos dois agentes pastorais.

De acordo com o depoimento de Pastana, percebe-se que o novo objetivo do grupo liderado por ele e Ranulfo era assumir a direção do STR. Com isso no ano de 1977 participaram pela primeira vez das eleições tendo como cabeça de chapa Geraldo Pastana. Porém não obtiveram êxito na empreitada. Um pouco antes das eleições, outro problema havia surgido. Com o envolvimento cada vez maior na política sindical e ainda com a intenção de participarem das eleições, havia chegado a hora de escolher entre se ordenar padres ou continuar a luta para assumir o sindicato. Ambos, Ranulfo e Pastana optaram por largar a vida religiosa, porém não abandonaram a crença católica.

Com a derrota nas eleições, os citados líderes previram que necessitavam de ajuda de pessoas mais experientes neste tipo de luta. Lembraram que quando estiveram no seminário em Recife, conheceram através de Dom Helder Câmara, o Vieira⁸⁸. A experiência desse personagem provinha de sua participação nas Ligas Camponesas do Nordeste e também pelo trabalho realizado na Fazenda Comunitária do Taquari localizada em Pernambuco. Como Vieira estava muito desgostoso por ter passado cinco meses na prisão em Recife sob a acusação de subversão, de pronto aceitou o convite, vindo para a região através da Fase – Programa Amazônia. Esse fato ocorreu em 1977.

A Fase é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, cujo objetivo é

[...] promover, nas parcelas da população com as quais trabalha a educação e o desenvolvimento, incentivando para tal comportamentos de participação e solidariedade, criando ou estimulando, para esse fim, atividades, organismos e associações (LEROY, 1989, p. 104).

De acordo com o próprio Vieira, ao chegar à região, constatou que estavam vivendo uma fase de reorganização e revitalização da luta sindical com objetivo de formar uma corrente sindical para suplantiar os chamados *pelegos* e com isso entrar na perspectiva do novo sindicalismo. Para isso, iniciaram a articulação através de delegacias sindicais instaladas nas comunidades. Criaram material pedagógico tipo cartilha explicativas sobre o verdadeiro sentido do sindicato, as quais eram

⁸⁸ Antônio Vieira Santos.

espalhadas por toda a região. Estabeleceram como tema da campanha a seguinte frase: *A terra para quem nela vive e trabalha*. Com a finalidade de estabelecer redes de contatos e também ajuda mútua, trouxeram alguns líderes sindicais de São Paulo para conhecer a realidade vivida pelos camponeses da Amazônia. Com isso o grupo foi ganhando força, até que em 1980, Geraldo Pastana foi eleito para a presidência do STR, o qual atualmente é denominado Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

Essa rede de contato a qual Vieira se referiu, quando bem conduzida pelos atores sociais em movimento, representa mais uma forma de estratégia, que dependendo do contexto é capaz de definir o embate. Outro exemplo prático visto neste trabalho relacionado ao mesmo tema foi a articulação entre os movimentos sociais de Santarém, o Greenpeace e outros com o objetivo de sensibilizar os grandes compradores de soja da União Europeia, relacionando esse grão à devastação da região amazônica. Esse movimento ficou conhecido como a Moratória da Soja⁸⁹, o qual resultou em um compromisso dos potenciais compradores internacionais em não comercializar a soja produzida em áreas desflorestadas da Amazônia por um determinado espaço de tempo. Portanto são através de movimentos sociais que

[...] os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações. Todos estes aspectos são muito enfatizados pelos trabalhadores rurais de diferentes movimentos quando falam de suas histórias de vida e de sua participação (GRZYBOWSKI, 1990, p. 60).

De posse do sindicato, procuraram fortalecer os Grupos de Interesses, os quais haviam se expandido durante a reorganização da luta sindical. Dentre outras ações de destaque, Pastana se lembrou do trabalho realizado junto à juventude sobre educação sindical. Essa atividade foi realizada através de jovens previamente capacitados que percorriam todo o município de Santarém explicando o que é o sindicato e para que serve, procurando retirar aquela ideia assistencialista, mostrando que o sindicato serve para ajudar a defender, conquistar direitos e melhorar condições e vida e trabalho das pessoas. Outro avanço foi o direito das

⁸⁹ Ver detalhes desse movimento nas páginas 56 e 57 deste trabalho.

mulheres em se filiar aos sindicatos, que até então não era permitido⁹⁰. Nisso o Sindicato já somava duzentos e sessenta e oito delegacias.

Para Geraldo Pastana, os sindicatos são importantes na reivindicação pelos direitos, mas ao mesmo tempo possui limitações. Dessa forma precisavam arranjar uma ferramenta de maior alcance. E isso significava se filiar a algum partido político.

Cogitamos entrar no PMDB, pois lideranças desse Partido vieram nos visitar e convidar para fazer parte dele. Estudamos a proposta, porém decidimos pelo PT, que em nossa visão nos oferecia mais condições para tomar decisões coletivas através das prévias, comissões e organização dos Núcleos de Base e com isso entramos no movimento político. (Geraldo Pastana, entrevista).

Geraldo Pastana ficou na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém de 1980 até 1983. Posteriormente foi eleito deputado estadual, deputado federal e no ano de 2004 assumiu a Prefeitura Municipal de Belterra, na qual permaneceu até o final de seu mandato⁹¹.

6.1.1 Principais projetos desenvolvidos pelos moradores do Eixo

Quando o assunto é direcionado aos projetos implementados por iniciativa dos próprios moradores, no decorrer do trabalho de campo com as entrevistas e visitas aos empreendimentos desenvolvidos, ficava cada vez mais nítida a capacidade de articulação e negociação desses moradores.

Em realidade essa prática começou em meados dos anos de 1970, com a fundação do primeiro Grupo de Revenda na comunidade do Prata por iniciativa dos dois agentes pastorais. De acordo com as informações de vários moradores, desde aquela época até os dias atuais, foram realizados vários projetos comunitários, ora por iniciativa individual de empreendedores locais que posteriormente levavam as discussões para as associações de moradores, outras vezes tendo à frente o sindicato rural. Nem sempre os projetos conseguiam o resultado esperado. Mas nunca desistiram de continuar buscando em conjunto a solução para as dificuldades enfrentadas por eles.

O acesso à energia elétrica conseguido via micro central hidrelétrica é um exemplo de como os moradores do Eixo, independentemente das obstáculos, buscaram alternativas até solucionarem esse problema.

⁹⁰ Veja o depoimento de Dona Maria Iva, página 123.

⁹¹ O qual expirou em 31 de dezembro de 2012.

A placa de inauguração do empreendimento, conforme mostra a figura 23, além do nome da associação informal, Hidrelétrica Sociedade Comunitária Açaizal – São Raimundo, expressa também a grande movimentação que teve que ser articulada para conseguir auxílio de instituições públicas e privadas. O apoio das instituições públicas se deu por meio da disponibilização de maquinários, porém sem o custeio do combustível. Com o setor privado foi negociado descontos financeiros sobre o material comprado.

Figura 23 - Placa de inauguração da MCH



Fonte: Youssef Filho, 2012.

A implementação da MCH foi um dos primeiros episódios descritos nesta pesquisa. Faltou acrescentar que a mobilização nesse caso partiu de dois moradores, um da comunidade São Raimundo adepto à crença evangélica e outro de Açaizal que professa o catolicismo. Nos povoados do Eixo Fé em Deus – Prata, apesar de a política religiosa ter sido responsável pela configuração espacial da região, isso nunca se constituiu em impeditivo para o desenvolvimento de projetos comunitários⁹².

Outra dificuldade enfrentada pelos moradores da região está relacionada à formação profissional dos filhos. Ao terminar o ensino fundamental restavam aos

⁹² O depoimento de Nêgo Véio à página 82 esclarece melhor essa questão.

pais duas opções: enviar seus filhos para morar e estudar em Santarém, sendo que muitas vezes os jovens não mais retornavam para suas comunidades; ou incentivá-los a encerrar os estudos e se casar. Para os pais, a implantação de uma escola na região, cujo ensino fosse direcionado à agricultura familiar amenizaria esses problemas.

É nesse contexto que surgiu a Casa Familiar Rural de Belterra. A função principal das Casas Familiares é a qualificação profissional dos alunos, considerando-se as novas tecnologias para a produção agrícola com baixo impacto ambiental.

A CFRB nasceu dos esforços coletivos da Associação dos Produtores Rurais de Boa Esperança e Fé em Deus e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra com apoio da Prefeitura Municipal de Belterra.

As vagas desse centro educacional foram divididas equitativamente para atender alunos de duas realidades distintas. Trinta vagas para os ribeirinhos e indígenas que vivem na Floresta Nacional do Tapajós e trinta vagas para os pequenos agricultores da região do Planalto que inclui o Eixo Fé em Deus – Prata e localidades circunvizinhas.

A escola proporciona o ensino médio integrado à agricultura familiar. A base pedagógica é a alternância, onde os alunos de ambos os sexos permanecem quinze dias na escola em regime de internato e os outros quinze dias aplicando e disseminando junto aos familiares o aprendizado do período anterior e assim sucessivamente. Devido às diferenças culturais dessas duas regiões, a grade curricular teve que ser adaptada para atender os diferentes anseios de cada categoria. Assim na quinzena em que os alunos da Flona estão em suas comunidades praticando o aprendizado, os alunos do Planalto estão na escola. Mas há momentos em que as duas turmas se encontram e interagem entre si. A duração total do curso é de três anos.

A manutenção da CFRB é dividida entre os pais dos alunos e a Prefeitura Municipal de Belterra. À prefeitura cabem os salários dos professores, demais colaboradores e manutenção da infraestrutura. A alimentação de todos os colaboradores da escola, assim como dos alunos é responsabilidade dos pais. Os alunos da Flona colaboram com 50 kg de peixe semanal, pescados por eles e seus familiares. A própria escola já produz galinhas, ovos e hortaliças que também são usados na complementação alimentar.

A Escola Familiar Rural de Belterra foi inaugurada no dia 05 de março de 2011. Está localizada estrategicamente na comunidade do Prata e representa o conjunto de esforços dos moradores locais para capacitar e manter seus filhos produzindo eficientemente nas próprias comunidades. A figura 24 retrata a vista parcial da CFRB.

Figura 24 – Casa Familiar Rural de Belterra



Fonte: Youssef Filho, 2012.

Vista parcial da Casa Familiar Rural de Belterra. Ao fundo na cor rosa é o alojamento destinado às meninas.

A escolha do local para a implantação desse projeto educacional não foi por acaso. Tem por objetivo incentivar a revitalização desse povoado que está prestes a se afogar, envolto a plantações de soja e milho.

A comunidade do Prata é vista pelos moradores do Eixo, como o símbolo da resistência, pois foi nesse lugar que se originou as primeiras contestações sobre as condições precárias vividas pelos pequenos agricultores, surgindo daí várias associações de trabalhadores rurais que se disseminaram por toda a região de Santarém.

Diante de tudo, percebeu-se que os movimentos sociais da região de Santarém surgiram a partir do espírito de associativismo desses trabalhadores rurais. Nesse sentido, Ricci (2009), parte do princípio que os

[...] movimentos sociais rurais brasileiros são nitidamente comunitaristas, marcados pela sociabilidade tipicamente rural que se apóia num código moral tradicional, não escrito e muitas vezes místico, também construído pela necessária solidariedade [...] (p. 323).

As informações sobre a CFRB foram fundamentadas pelos diálogos mantidos com os professores Edson Moura e Maria da Conceição Almada à época da visita a essa instituição de ensino.

É necessário enfatizar que os moradores do Eixo enfrentaram enormes dificuldades para implantar esses projetos. Na construção da MCH tiveram que suplantar várias barreiras: falta de recursos financeiros, assistência técnica especializada, apoio efetivo do poder público, dúvida de alguns moradores que não acreditaram no projeto, entre outras. A Casa Familiar Rural de Belterra também convive, além dos poucos recursos financeiros, com a carência de professores que não querem morar na zona rural, entre outras dificuldades. Não obstante, observou-se uma movimentação desses moradores para a superação dos problemas. São reuniões nas comunidades. Deslocam-se a Belterra e Santarém para solicitar apoio de diversas instituições. Formam comitivas para Belém e Brasília com o mesmo intuito. Diante disso, percebe-se o espírito de associativismo, a capacidade de articulação e mobilização desses moradores.

6.2 COMUNIDADES QUE DESAPARECERAM

Subsidiado pelas informações de diversos moradores, mapeou-se cinco comunidades no entorno do Eixo que foram se esvaziando até o seu total desaparecimento. Esses povoados foram conhecidos por Chaves, Igarapé do Onça, Igarapé Grande, Paca e Palhal. Algumas dessas comunidades tiveram expressiva quantidade de moradores. Isso foi percebido durante as entrevistas. Entre estas, destaca-se o depoimento de uma professora aposentada⁹³ que lecionou na comunidade Igarapé Grande por volta do ano de 1966. A educadora relembra que naquele ano, a escola chegou a ter sessenta e sete alunos dividido em dois turnos, vespertino e matutino. Essa escola era freqüentada também por estudantes proveniente de comunidades vizinhas. Atualmente vive nesse povoado somente uma família que está de mudança para Santarém. Outro relato relacionado ao mesmo povoado é o de *Seu Adenor*. Ele relembra que o despovoamento dessa

⁹³ Maria da Conceição Pereira.

comunidade se iniciou na década de 1970. Tendo como exemplo o mesmo povoado, *Seu Adenor* resumiu a dinâmica do esvaziamento das comunidades da região. Em Igarapé Grande, os moradores produziam milho, arroz, mandioca, feijão, entre outros alimentos. Porém, esse povoado estava localizado no outro lado do rio e por falta de uma ponte, toda a produção familiar tinha que ser escoada nas costas até a estrada que dava acesso a outras localidades. Para ele, esse é apenas um dos problemas que as pessoas que vivem no campo têm que enfrentar. Portanto, na visão de *Seu Adenor*, esse e outros tipos de dificuldades se tornam fatores preponderantes na decisão de vender ou até mesmo abandonar a terra. Conforme as palavras do mesmo interlocutor, bem antes dos gaúchos chegarem, a maioria dos moradores das citadas comunidades já haviam ido embora.

Brondízio (2006) que trabalhou com comunidades rurais no entorno da parte paraense da rodovia Transamazônica conheceu o processo descrito por *Seu Adenor*. Além disso, acrescentou o mesmo autor, a privação do acesso à saúde, educação e créditos agrícolas são fatores decisivos no momento de abandonar as atividades agrícolas. Dessa forma, em tais circunstâncias,

[...] o subemprego nas áreas urbanas torna-se mais atraentes do que agricultura. A falta de infraestrutura em termos de energia, transporte, serviços de extensão e organização cooperativa levou os produtores rurais a um isolamento político e a uma dependência contínua de intermediários e do patronato (BRONDÍZIO, 2006, p. 229).

Em um debate ocorrido na Casa Familiar Rural de Belterra⁹⁴, onde estavam presentes professores e colaboradores dessa instituição de ensino, perguntou-se o motivo para o desaparecimento das comunidades próximas. Para Aragão,

[...] o pessoal do Sul chegou com muito dinheiro, dinheiro vivo. Ofertaram um bom dinheiro pelas terras, com isso há uma valorização muito grande, gerando uma inflação no mercado local para o preço dos terrenos. A primeira vista é um bom dinheiro. Só que dinheiro logo acaba. Como o agricultor tá muito desanimado, torna-se presa fácil. O pessoal que vendeu suas terras foram para a periferia de Santarém ou prá terras mais distantes recomeçar a vida. Na realidade, esses pequenos agricultores acabaram sucumbindo ao ilusório valor ofertado à época. (José Renato, depoimento).

Questionada a professora Conceição, se a supressão dos povoados está relacionada à vinda de agricultores do Sul do país para plantar soja. Ela é enfática ao responder.

O que tira o pequeno agricultor do seu local de trabalho é a falta de perspectiva de vida ou incentivo. O agricultor tá muito saturado, cansado,

⁹⁴ Ocorrido em 21 de agosto de 2012.

de, como se diz por aqui *sol na cabeça e formiga no pé*. Não tem apoio de ninguém. Não há melhoria de estradas. Não existem políticas públicas para quem mora no interior. Ele está tão desmotivado que não quer aquilo para os filhos. Ele sai na maioria das vezes é pensando nos filhos. Já vi muitos agricultores abandonarem suas terras, dizendo que está indo embora por causa dos filhos, para que eles tenham uma vida melhor. (Maria da Conceição Almada, entrevista, grifo nosso).

Dona Rita, complementa “que a falta de eletricidade encoraja a família na hora de vender a terra, pois se tivessem geladeira, iluminação e televisão, muitos com certeza não sairiam de seus locais”. Aragão entra novamente no debate, “o sojeiro nunca se contenta com pouca terra. Um ou dois compram toda uma comunidade”. No calor do debate, a professora Conceição presta mais esclarecimentos: “junta a fome com a vontade de comer. Pois o pequeno agricultor que estava desanimado, oferecem quinze mil reais ou mais e a pessoa que nunca viu um dinheiro desse, acha que é muito. Vende e vai embora”. Nisso, Aragão explicou o que se passa na cabeça do pequeno agricultor no momento da oferta em dinheiro pelas suas posses: “vendo este terreno por quinze mil e compro outro em um local mais distante por sete mil e ainda fico com muito dinheiro”.

Em um debate as lembranças vão surgindo, e cada qual acaba complementando a fala do outro. Dessa forma, a professora Conceição que trabalha com os alunos da CFRB também acabou por ilustrar a percepção desses alunos frente a novas tecnologias.

De uma forma ou de outra os jovens do campo acabam percebendo que os jovens da cidade têm notebook, tablet, vídeo game, celular de última geração e ele também quer ter acesso a isso e acaba influenciando os pais a vender suas terras. A globalização só mostra coisas bonitas. Essas coisas eles vêem através da televisão, de visitantes eventuais ou em breves idas à Belterra e Santarém. Quem não quer ter sua roupa boa, sapato bonito, motocicleta e celular de última geração? A mídia incentiva isso, mas cadê o dinheiro? (Maria da Conceição Almada, entrevista).

Neste momento, quando a professora fala sobre o desejo de consumo dos jovens da região, lembro-me da curiosidade dos moradores em torno dos equipamentos que levei na pesquisa de campo, notebook, mini lanterna a led, maquina fotográfica e gravador.

Voltando ao depoimento anterior, agora a professora Conceição suscita outra questão que contribuiu para a inviabilização da agricultura familiar. Em sua concepção, a

[...] concorrência do grande e médio agricultor é desleal. Enquanto o pequeno usa o conhecimento tradicional, a queima, o arado puxado a animal, o machado, quando no muito a moto-serra, o médio e o grande

utilizam maquinários grandes e modernos, agrotóxico. As pragas erradicadas ali vão para as roças dos pequenos, desestabilizando o mercado local. No começo os sojeiros eram que nem praga. Chegaram comprando tudo, o que acabou expulsando muita gente de sua terra. Mas hoje já se nota uma estabilização desse processo. (Maria da Conceição Almada, 2012, entrevista).

Relacionado ao mesmo assunto, porém em outro momento e local, Seu Adenor (2012) exprime opinião idêntica.

Antes nós plantávamos arroz, feijão, milho e mandioca. Hoje só plantamos mandioca. O veneno era muito pouco usado aqui em nossas plantações. Apesar de que já fazíamos uso dele no plantio do feijão lá no Ceará. A chegada da gauchada desestabilizou a agricultura familiar, pois eles têm condições de empregar novas tecnologias para corrigir o solo e plantam em grandes áreas. Com isso obtêm uma produtividade maior (Adenor Domingos, entrevista).

Analisando tais depoimentos, elenca-se uma série de fatores para o desaparecimento das comunidades no entorno do Eixo.

6.3 DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS CAMPO - CIDADE

As apreensões relacionadas às condições precárias enfrentadas pelos moradores da zona rural brasileira não é fato recente. Em razão de tal problema, Brondízio (2006) nos conduziu a um conveniente diálogo entabulado entre dois pensadores dos problemas sociais brasileiros, Monteiro Lobato e Lima Barreto. Essa conversa se deu sob a forma de uma crônica, Problema Vital publicada em 1918, na qual Lima Barreto comentou as opiniões de Monteiro Lobato expressa em vários artigos de jornais e principalmente sobre o livro *Urupês* publicado naquele mesmo ano.

Nessa crônica, Lima Barreto parabenizou Lobato pelo jeito realista de expor “a desgraça das nossas gentes roceiras” (p. 28). Segundo Barreto (1995), Lobato “não as embeleza, ele não as falsifica; fá-las tal como e qual” (p. 28). Monteiro Lobato, de acordo com Lima Barreto (1995), atribuiu o atraso e a miséria vivida pela população do meio rural à falta de saneamento no interior do Brasil, pois para Lobato “a população roceira de nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente” (p. 29). Lima Barreto (1995) não discordou do quadro apresentado pelo colega. Porém acrescentou que a questão, “[...] conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, [...]” (p. 31).

Apesar de contextos e épocas diferentes do objeto desta pesquisa e ainda independentemente das ideologias desses pensadores, percebe-se a temporalidade das reflexões sobre as dificuldades, ainda presentes, para significativa parcela da população brasileira.

No entanto para Palmeira (1989), foi em um período posterior a essa discussão, mais precisamente entre os anos de 1940 a 1980 que o aspecto da distribuição espacial da população brasileira experimentou profundas transformações. Naquele período se alteraram os percentuais da população urbana em relação à rural. Segundo informações do IBGE (2011), no ano de 1970 se verificou pela primeira vez, a suplantação do número de habitantes residindo em zonas urbanas em relação ao número de habitantes residindo em zonas rurais. Percentualmente estes números representaram 55,92% e 44,08%, respectivamente. Palmeira (1989) não desconsiderou que essa transformação tenha relação com a chamada modernização da agricultura, onde o

[...] o setor agrícola, a partir de finais dos anos 60, absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados 'insumos modernos' ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos de comercialização. O aumento da produtividade permitiu o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para a exportação e mesmo para o mercado interno (p. 87).

O fato é que essa modernização foi realizada sem que houvesse alteração na estrutura das propriedades rurais. O resultado dessa transformação, na percepção dos economistas, foi o aumento das desigualdades de renda, maior concentração das propriedades rurais e acentuação do êxodo rural, entre outros. Em vista disso, os autores optaram por utilizar a expressão modernização conservadora (PALMEIRA, 1989).

Não obstante, para Palmeira (1989) o êxodo rural é “anterior à *modernização da agricultura*” (p. 89, grifo do autor). O mesmo autor, citando os estudos de Alfredo Wagner (1977) que analisou a bibliografia referente a esse fluxo de migrantes em direção às cidades entre os períodos de 1930 a 1972, apontou que o marco temporal atribuído às referências avaliadas é o ano de 1930.

A partir daquele ano, começaria a se dar o esvaziamento do campo, atribuído ora às secas do Nordeste, ora à industrialização, ora à urbanização... Em torno da mecanização agrícola que, em alguns estados, começa a tomar impulso nos anos 40-50, discute-se se é causa ou consequência do êxodo (ALMEIDA, 1977 apud PALMEIRA, 1980, p. 89).

Segundo Palmeira (1989) a novidade relacionada aos deslocamentos campo - cidade em períodos recentes está vinculada diretamente à “expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias⁹⁵ do interior dos grandes domínios” (p. 90). O autor não nega que esse banimento já vinha acontecendo no passado, porém de maneira diferenciada.

Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição [...] (PALMEIRA, 1989, p. 90).

No final dos anos da década de 1980 a zona rural expulsou aproximadamente quatro milhões de indivíduos, a qual foi considerada a maior perda desde que estes índices começaram a ser computados. Uma das causas para esse número foi a introdução de novas tecnologias na atividade agrícola, traduzida principalmente pela mecanização das lavouras. Nesse período a redução foi de 1.31% em relação ao período anterior. Entre os períodos 1991 a 2000 a população total cresceu a uma taxa de 1,64% e 2,47 nas zonas urbanas e rurais respectivamente. Dentre as grandes regiões brasileiras, a Região Nordeste foi a que apresentou o maior decréscimo populacional, 49,0% em relação ao total (IBGE, 2011).

O censo de 1991 evidenciou essa tendência. Naquele ano foram contabilizados 35.834.485 habitantes vivendo em áreas rurais. Isso significou que em aproximadamente 52 anos a população rural se reduziu pela metade. O Censo Demográfico de 2000 computou 31.922.250 pessoas morando na zona rural, significando que apenas 18,8% da população brasileira vivem no campo, enquanto 81,2% moram nas cidades (IBGE, 2011).

Conforme as informações da mesma referência, verificou-se no período 2000-2010 a tendência de queda no ritmo de crescimento da população brasileira. Assim, esse intervalo representou

[...] uma continuidade da tendência observada a partir da década de 1960, com a população brasileira passando a crescer a um ritmo menos acentuado, 1,17% ao ano [...]. As taxas de crescimento das áreas urbana e rural declinam em relação ao período 1991/2000, 37,1% e 50,4%, respectivamente. A área urbana passa a crescer a uma taxa de 1,55% e a rural diminui o ritmo de perda para 0,65% ao ano, acarretando uma diminuição do número de habitantes residindo em áreas rurais, entre 2000 e 2010 de aproximadamente 2 milhões de indivíduos - a metade da observada no período anterior - e, deste valor, aproximadamente 60,0% foi proveniente da Região Sudeste (IBGE, 2011, p. 45-46).

⁹⁵ Moradores da área, agregados, colonos ou semelhantes (PALMEIRA, 1989).

Esses dados demonstram que as áreas rurais continuam perdendo moradores, porém em um compasso menor do que na década passada. A média dessa redução em termos percentuais representou 1,31% a cada ano e 0,65%, respectivamente.

Relacionado a esse comportamento, a maior taxa média geométrica de crescimento anual em área rural ocorreu na região Norte, 0,78%. O Centro-Oeste apresentou pequeno acréscimo populacional, 0,20%. Em contra partida, as regiões, Sudeste, [-] 1,89%, Sul [-] 1,47% e Nordeste [-] 0,35% apresentaram taxas negativas de crescimento (IBGE, 2011).

Uma redução de cinquenta por cento não pode ser fruto do acaso e muito menos passar despercebida. Tal percentual pode estar relacionado aos movimentos sociais desencadeados ainda no século passado. Apesar de não mostrar subsídios suficientes para essa afirmativa, concorrem para isso as dificuldades de se analisar um fenômeno recente.

No entanto, sabe-se que as transformações estruturais em qualquer contexto, por mais rápidas que sejam, levam um determinado tempo para acontecer. Visto por esse prisma, a dinâmica dos movimentos sociais em prol dos trabalhadores rurais representa

[...] uma construção que se vai esboçando ao longo dos anos, em cima de exigências postas pelas lutas desenvolvidas em vários níveis, cristalizando-se em conclusões de encontros, seminários, tomadas de posição, declarações, etc., incorporando análises produzidas por intelectuais e avaliações dos que ocupam posições-chave no movimento [...] (PALMEIRA, 1989, p. 103).

Não obstante, para entender esse processo é necessário retomar as considerações relacionadas ao processo de desenvolvimento da organização sindical posteriormente ao golpe de 1964. De acordo com Palmeira (1989), paralelo a esse processo ocorria a preparação de uma categoria de trabalhadores rurais. Onde a

[...] adoção da identidade de *camponês* significava juntar, em torno da vinculação à terra através do trabalho, pessoas e grupos que o recorte por sua inserção numa relação de dominação determinada, por uma vinculação espacial qualquer, por uma determinada maneira de dispor do produto do seu trabalho, por particularidades étnicas ou religiosas, separava politicamente (PALMEIRA, 1989, p. 103, grifo do autor).

A legislação ao inserir novas representações legais como parceiro, arrendatário, assalariado entre outros e ainda obrigando o trabalhador a admiti-la como condição prévia para o acesso à previdência e à sindicalização, colaborou

para o rompimento das identidades clássicas, possibilitando assim a propagação de identidades. Sendo que a utilização do termo camponês foi censurada pelo governo, agravando ainda mais a questão (PALMEIRA, 1989). Não obstante, para esse autor, mais uma vez os atores sociais envolvidos mostraram sua capacidade de negociação, onde o

[...] movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de, desvencilhando-se da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de *campônio* a *rurícola*, apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro [...] e o menos neutro [...] — *trabalhador rural* — e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo 'naturalmente' genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante (p. 103, grifo do autor).

Segundo Brondízio (2006), em nível local, a união de pequenos produtores rurais em torno de uma identidade comum, além de atrair a atenção política, propiciará

[...] um maior apoio às suas atividades. Um exemplo que tem tomado corpo é a iniciativa de construir identidade de classe rural, como o Grito da Terra que reúne todas essas categorias sob a identidade de produtores rurais de pequena escala, articulando estes a um movimento político e social mais amplo, no Brasil como um todo (p. 230).

Em agosto de 2012 durante a pesquisa de campo, observou-se a mobilização dos moradores do Eixo Fé em Deus - Prata para a realização do I Grito da Terra de Belterra. Era flagrante a firmeza de propósito e o orgulho desses moradores unidos em torno de uma categoria de pequenos agricultores dando continuidade a um processo desencadeado tempos atrás.

Contudo, não relacionar a redução do índice dos deslocamentos campo – cidade às reivindicações dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais brasileiros equivaleria desconsiderar décadas de lutas e ainda subestimar a capacidade de organização e articulação desta categoria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência dos moradores nas comunidades do Eixo Fé em Deus – Prata está associada a um conjunto de fatores interligados entre si. Aos povoados que desapareceram, acredita-se estar relacionada à falta de alguns destes elementos.

Como o povoamento das comunidades do Eixo está relacionado à migração, o perfil do migrante, diante das dificuldades do local à época de sua formação, tornou-se preponderante na persistência em continuar em seu lote. Os moradores que se instalaram nas comunidades do Eixo já praticavam a agricultura em seus locais de origem, porém na maioria das vezes como empregados, agregados ou similar. Todos estes moradores possuem uma forte vocação agrícola. Conforme Souza (1980), sempre existe uma razão para as pessoas se mudarem. Nesse caso, o que motivou esses deslocamentos foi a pretensão de trabalhar em seu próprio pedaço de chão. Essa vontade esteve expressa em todos os diálogos.

A escolha do lugar também tem papel relevante. Não basta fértil, proximidades de igarapés ou rios. Tem a questão da acessibilidade. O exemplo é o povoado de Igarapé Grande, onde os moradores colhiam tudo que plantavam, porém não tinham como escoar a produção. Os moradores não resistiram e a comunidade desapareceu. Diferentemente de Igarapé Grande, os povoados do Eixo Fé em Deus – Prata estão localizados em posição privilegiada. O ingresso às comunidades pode ser realizado tanto pela rodovia Cuiabá-Santarém, quanto pela PA Jabuti-Santarém. Assim, a comunicação entre comunidades ou entre estas e as cidades próximas podem ser realizadas em qualquer época do ano.

A rede de apoio foi e ainda é outro elemento fundamental na constituição e continuação dos povoados do Eixo. Aliando-se os dados da tabela 2 às entrevistas, percebeu-se que essa rede atuou com mais força em duas épocas distintas. Primeiramente na década de 1950, onde a rede de apoio possibilitou o surgimento da comunidade do Açaizal. Isso se deu em decorrência do suporte e incentivo proporcionado pelo Sr. Belarmino para a migração da família Almada para a região. Posteriormente, essa organização de apoio mostrou novamente sua força na década de 1980, quando a família Souza que já havia se transferido de Açaizal para São Raimundo devido às questões político-religiosas. A movimentação dos Souza para trazer seus parentes e amigos foi tão expressiva à época que em pouco tempo, São Raimundo alcançou Açaizal em número de habitantes. Contudo, percebe-se que a

vitalidade das comunidades São Raimundo e Açaizal, além dos outros fatores já apontados, está relacionada à organização das redes de apoio.

Mas paralelo a esse processo estava o trabalho dos dois agentes pastorais, Ranulfo e Pastana. Eles atuaram conscientizando os moradores da necessidade de permanecerem em suas terras e os incentivando à formação de associações, esclarecendo a força que elas representam. Neste mesmo espaço e contexto aconteciam as disputas internas da Igreja e entre esta e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais por áreas de influência na região. Esse embate resultou no enfraquecimento da comunidade do Prata e ao mesmo tempo no fortalecimento de Açaizal e São Raimundo. Os habitantes do Eixo não ficaram alheios a esses conflitos. Em determinados momentos apoiavam uma das alas da Igreja, ora apoiavam o Sindicato Rural ou às vezes a ambos, conforme a conveniência. Em meio a tantas disputas, acredita-se que tais embates foram despertando um apurado senso crítico nos moradores do Eixo. Dito de outra forma, a influência dos agentes pastorais; a criação das diversas associações para reivindicações, elaboração e execução de projetos socioeconômicos; participações em lutas sindicais e o envolvimento nos demais conflitos foram proporcionando diversas peculiaridades a esses moradores. Nesse sentido, destacaram-se duas particularidades de grande visibilidade decorrentes dessa experiência. O primeiro é o sentimento de comunidade que essa população guarda consigo. Este significado é muito próximo àquele proferido por Jeffrey Weeks e mencionado por Bauman (2003), no qual esse sentido é evidenciado no momento em que compreendem que a sobrevivência do grupo pode estar comprometida, por esse motivo formam um grupo de identidade, auferindo-lhes um senso de força e poder. A outra particularidade é a capacidade de articulação, organização e negociação em prol de empreendimentos com benefícios coletivos. Isso ficou manifesto nos vários projetos desenvolvidos por eles, sendo os mais expressivos a MCH e a CFRB. Inclusive não se pode desprezar que o acesso à eletricidade também contribuiu para a permanência desses moradores nessa região.

A resistência dos moradores do Eixo também está intimamente ligada ao cultivo da mandioca para a produção de farinha. A lavoura da mandioca depende basicamente da mão de obra familiar e a produção da farinha é um processo que exige a participação de várias pessoas. Dessa forma, enquanto as relações de parentesco determinam as bases de organização de produção na lavoura de mandioca, é nas casas de farinha que as relações sociais são ampliadas e

reforçadas. Pois esse modo de produção está subordinado aos vínculos de compadrio e vizinhança. Essa atividade desempenhada em conjunto, segundo Sá (1984) solidifica a união entre os moradores, cujo resultado é o efetivo fortalecimento dos laços de solidariedade entre eles. Portanto para ela, são essas redes de solidariedade que determinam todos os aspectos da existência cultural, social e econômica de pequenos produtores rurais.

Tudo isso originou um tipo de pacto de permanência tão forte entre esses moradores, que quando alguma família vai embora, é como se ela tivesse rompido esse acordo. Percebeu-se a tristeza que a notícia traz aos que ficam. Tive a oportunidade de vivenciar esse momento.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, os dados preliminares davam conta que a soja seria a responsável pelo desaparecimento das comunidades adjacentes ao Eixo. Não obstante, com o decorrer da pesquisa de campo, as informações dos moradores locais apontaram que quando os sojicultores chegaram à região por volta de 2001 e 2002, a maioria daqueles povoados já haviam desaparecido. Restando uma ou duas famílias em cada local. Como eles já estavam pensando em ir embora, o negócio foi facilitado. Aqui a soja não foi o fator preponderante para o desaparecimento das comunidades, apenas adiantou o inevitável.

A comunidade do Prata representa o caso de maior visibilidade da lavoura de soja se expandindo em direção às áreas antes ocupadas pelos povoados da região. Nessa localidade várias famílias não conseguiram resistir e acabaram vendendo suas terras. A primeira impressão que se tem ao chegar a essa comunidade é que ela está sendo engolida pelas lavouras de soja, milho ou arroz. Em contrapartida não se deve esquecer que o enfraquecimento da comunidade do Prata teve início ainda na década de 1970 devido às disputas envolvendo a Igreja e o Sindicato. O resultado dessa contenda foi o fortalecimento de Açaizal em detrimento do declínio da comunidade do Prata.

Não obstante, compreende-se que o maior perigo para a sobrevivência dos povoados do Eixo é representado pela associação entre os sojicultores e os pequenos produtores rurais para a produção da farinha. A ameaça consiste na apropriação dos saberes e práticas tradicionais pelos grandes produtores que operam com tecnologia avançada e grande capital, inviabilizando e desorganizando os meios de produção habitual, o qual foi um dos elementos primordiais que contribuíram para a resistência desses moradores.

REFERÊNCIAS

- ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Para entender a Moratória da Soja: o cultivo responsável. Cartilha. Cuiabá: Horizonte, 2006.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-32. São Paulo: Annablume, 2006.
- ADAMS, Cristina et. al. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 295-321.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Comunidades Tradicionais na resistência à expansão dos agronegócios e à devastação do meio ambiente. Entrevista concedida à CPT em 06 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2010/10/comunidades-tradicionais-na-resistencia-a-expansao-dos-agronegocios-e-a-devastacao-do-meio-ambiente/>>. Acesso em 19/10/2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. Embarque de soja para exportação por terminal portuário. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/estatisticas.htm>>. Acesso em: 16 de agosto de 2013.
- ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Legislação do setor elétrico. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2012.
- BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.
- BARRETO, Lima. Crônicas escolhidas. São Paulo: Ática, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia – Formação e Cultural. Manaus: Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre et. al. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2011.

BRASIL. Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12678.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

BRONDÍZIO, Eduardo S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos uma perspectiva comparada. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 195-235.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra. In: CALDART, Roseli Saete et al. (org). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 130-142.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Séria Antropológica nº 413. Brasília: UnB, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2006.

Cargill. Cargill Agrícola S.A. Institucional. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>>. Acesso em: 14 de agosto de 2013.

CARVALHO, Vânia; TURA, Letícia. A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra (PA): injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar. In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 04 a 07 de julho de 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, Fabiano. Para além do espiritual: reflexões sobre Igreja e trabalhadores rurais sem-terra (1970-1980). In: Revista Angelus Novus, nº 3, maio de 2012. p. 176-191. Revista dos alunos de pós-graduação em História da USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/issue/view/Revista%20Angelus%20Novus%203>>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando; uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DELGADO, Nelson Giordano. *Commodities Agrícolas*. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 135-143.

ERHARDT, Manoel. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Apostila, 2011.

EVANS-PRITCHARD, Evans Edward. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo Perspectiva, 2008.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. VII–XXV.

FERREIRA, Wesley Rodrigues Santos; VITORINO, Maria Isabel. *Análise das Condições Meteorológicas e sua Influência na Produção de Soja em Belterra-PA*. In: XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia. Belém, 13 a 17 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.cbmet2010.com/anais/artigos/15_95767.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato*. In: *Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo, 20 a 26 de março de 2005. Anais. São Paulo: EGAL/USP, p.4860-4874, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. *Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-69.

FLEXOR, Georges G.; VIEGAS LEÃO, Sandro Augusto; LIMA, Maria do Socorro. *A expansão da cadeia da soja na Amazônia: os casos do Pará e Amazonas*. In: XLIV Congresso da Sober “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento” Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

FOLHES, Ricardo; MAGALHÃES, Cátia. *Mapa da Organização Municipal de Belterra*. Santarém: Projeto Saúde e Alegria, 2006.

FONSECA, Ozorio. *Pensando a Amazônia*. Manaus: Valer, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.

HARRIS, Mark. *Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo*. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). *Sociedades*

caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Censo Populacional da Floresta Nacional do Tapajós. PROMANEJO/IBAMA, 2007, informativo.

IBGE – Mapa Etno-Histórico do Brasil. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local-files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg>. Acesso em: 11 de maio de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, características da população e dos domicílios. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Retratos do Brasil rural: modernização da agropecuária contrasta com baixa escolaridade. Comunicação Social. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=242&id_pagina=1>. Acesso em: 21 de outubro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Histórico de Belterra. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=150145>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Mapa Interativo. Disponível em: <<http://mapas.icmbio.gov.br/i3geo/icmbio/mapa/externo/home.html?k95a29un6ebqvp sj0v7ka5t4d6>>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. Estatística Municipal de Belterra. Belém: SEPOF, 2013.

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará. Estatística Municipal de Santarém. Belém: SEPOF, 2013.

ISA – Instituto Socioambiental. O desafio da BR-163. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/BR163/>>. Acesso em: 19 de maio de 2013. Texto atualizado em 13 de abril de 2009.

LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo. Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu. In: 12 ENCUETRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 3 al 7 de Abril de 2009.

Montivideo, Uruguay, 2009. Anais. Disponível em:
<http://egal2009.easyplanners.info/area02/2210_Figueiredo_Lima_Roberta_Maria_Batista_de.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. Uma chama na Amazônia. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1989.

LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOUREIRO, Antonio. A grande crise. Manaus: Editora Valer, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Crime e costume na sociedade selvagem. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo Rural. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 706-713.

Ministério dos Transportes. Transporte Aquaviário – referência 1998/2000. Disponível em:
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PaY35GJppEYJ:www.transportes.gov.br/index/conteudo/id/828+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

MITCHELL, J. Clyde. A questão da quantificação na Antropologia Social. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). A Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. p. 77-126.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A Geografia dos Documentos Eclesiais: o envolvimento da Igreja Católica com a questão agrária brasileira. In: Revista Crítica Histórica, Ano 1, junho de 2010. p. 242-258. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – Universidade Federal de Alagoas. Disponível:
<<https://sites.google.com/site/revistacriticahistorica/numerozero/artigos-fluxo-contnuo/a-geografia-dos-documentos-eclesiais>>. Acesso em: 28 de julho de 2013.

MORAN, Emílio F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas para a Amazônia. Presença - revista de educação, cultura e meio ambiente. Dez.-Nº 12, Vol II, 1998. Disponível em:
<http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12mariadasgracasnascimento_migracoesnordestinasparaamazonia.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2012.

NOGUEIRA, Maria Dina. Mandioca e Farinha: Identidade Cultural e Patrimônio Nacional. In: Agrobiodiversidade e diversidade cultural. Brasília: MMA/SBF, 2006. p. 27-29.

NUGENT, Stephen. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Editores). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 33-44.

OLIVEIRA, Gita de Oliveira et. al. Encontro Nacional Sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural. In: Agrobiodiversidade e diversidade cultural. Brasília: MMA/SBF, 2006. p. 13-26.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org). Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 3, n. 7, Dec. 1989. p. 87-108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 de julho de 2013.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. A favor da etnografia. Série Antropológica nº 130. Brasília: UnB, 1992.

PEREIRA, José Carlos Matos. Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Municípios. Disponível em: <<http://www.pliptapajos.com.br/municipios/14-sample-data-articles/103-mojuidoscamos>>. Acesso em: 09 de maio de 2013.

PMS - Prefeitura Municipal de Santarém. Informações Municipais. Semplan/Ciam, 2010.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Unesp, 2009. p. 321-338.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos. In: CALDART, Roseli Salete et. al. Dicionário de Educação no Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SÁ, Laís Mourão. Prática missionária e resistência cultural. In: ESTERCI, Neide (org). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 12-21.

SCHLESINGER, Sergio. Que agronegócio é esse? Por que a agricultura e a pecuária crescem sem beneficiar a população brasileira. Rio de Janeiro: Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação, 2005. 24p.

SCOTT, Russel Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no norte e nordeste. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.15, nº 2, maio-agosto, 2007. P. 425-436. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38115209>>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

SCOTT, Russel Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, Russel Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 15-33.

SENA, Edilberto. Porto da Cargill em Santarém é repudiado por movimentos sociais. Nota de Repúdio emitida em 06 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.radoruraldesantarem.com.br/ver_net.asp?id=411>. Acesso em: 14 de agosto de 2013.

Senado Federal. Comissão de Assuntos Sociais. *Estudo Referente aos Programas Sociais Governamentais em funcionamento atualmente*. Brasília, 24 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Fronteira Agrícola Capitalista da Soja na Amazônia. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia – Volume I – Número 1 – 2006*. Disponível em: <http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html>. Acesso em: 05 de junho de 2012.

SILVA A, R.; NECHET D. Características Climáticas de Alguns Municípios Produtores de Soja do estado do Pará. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia. Florianópolis: 2006. Disponível em: <<http://www.cbmet.com/cbm-files/14-68fa935b74336db2571458b0b2a8334b.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

SOUZA, Itamar de. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SPINELLI JÚNIOR, Vamberto. Bauman e a impossibilidade da comunidade. *CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Número 11, outubro de 2006. P. 01-13. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/01.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2013.

TOBIAS, Alberto José Silva. *Dinâmica Migratória paraense na década de 80*. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Área de concentração: Demografia) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. Rio de Janeiro: [S.N], 2003.

VALLE, Tereza Losada. Conservação e uso de recursos genéticos de mandioca. In: Agrobiodiversidade e diversidade cultural. Brasília: MMA/SBF, 2006. p. 31-32.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em História e Antropologia. História Oral, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 125-139, julho-dezembro, 2012.

WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro, 2002.

WELCH, Clifford Andrew. Agribusiness: uma breve história do modelo norte-americano. Disponível em:
<<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf>>. Acesso em: 9 de dezembro de 2012.

INTERLOCUTORES

Adenor Domingos de Sousa. Morador da comunidade São Raimundo. Idade: 57 anos. Data da chegada na região: 1974. Assunto: A formação das comunidades da região do Açaizal do Prata. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Comunidade São Raimundo.

Antonio Nazareno Almada de Sousa (Nazareno). Autodidata em hidroenergia. Assunto: A implantação da Micro Central Hidrelétrica na região de Açaizal do Prata. Atualmente mora na cidade de Santarém. Foi através de sua história que se iniciou esta pesquisa. História Oral narrada entre os anos de 2009 a 2012.

Antônio Vieira Santos (Vieira). Articulador dos movimentos sociais na região. Idade: 73 anos. Data da chegada na região: 1977. Veio para a região através da Fase. Assunto: Movimentos sociais e formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevista gravada em 27 de agosto de 2012. Belterra.

Edson Luiz Azevedo Moura (Professor Edson). Coordenador técnico e professor da CFRB. Idade: 43 anos. Assunto: Casa Familiar Rural, movimentos sociais da região do Açaizal do Prata. Entrevista gravada em 21 e 27 de agosto de 2012. Casa Familiar Rural de Belterra (CFRB) na comunidade do Prata e Belterra respectivamente.

Enecélio Domingos de Sousa (Necelin). Morador da comunidade São Raimundo. Idade: 43 anos. Data da chegada na região: 1985. Assunto: Processo para fabricação de farinha. Entrevista: 21 a 24 de agosto de 2012. Comunidade São Raimundo.

Hélcio Amaral de Sousa. Historiador. Assunto: Ciclos econômicos da Amazônia com ênfase na região de Santarém. Data da entrevista: 17 de agosto de 2012. Local: residência do entrevistado, Santarém.

Geraldo Irineu Pastana de Oliveira. Ex-seminarista. Presidente do Sindicato Rural de Santarém entre 1980 a 1983. Ocupou cargos na direção estadual e nacional do Partido dos Trabalhadores. Foi eleito nos anos 90, deputado estadual e posteriormente federal. Entre o período 2004-2012 exerceu o cargo de prefeito em Belterra. Assunto: Movimentos sociais da região do Açaizal do Prata. Entrevista gravada em 27 de agosto de 2012. Belterra.

João Evangelista da Silva Filho (Dandão). Morador da comunidade do Prata. Um dos primeiros moradores já nascido na comunidade do Prata. Agente Municipal de Saúde. Idade: 57 anos. A formação das comunidades do Prata e Açaizal. Entrevista gravada em 22 de agosto de 2012. Comunidade do Açaizal.

José Ednardo de Sousa (Peba). Morador da comunidade São Raimundo. Principal articulador do projeto da MCH. Líder religioso. Idade: 42 anos. Data da chegada: 1985. Assunto: Informações gerais sobre as comunidades da região do Açaizal do Prata, projeto da MCH. Entrevista gravada entre os dias 20 a 25 de agosto de 2012. Local: casa do entrevistado, comunidade São Raimundo.

José Farias dos Santos (Cassiano). Filho do primeiro morador da comunidade Fé em Deus. Atualmente mora na comunidade Tabocal. Idade: 77 anos. Assunto: O surgimento da comunidade Fé em Deus. Entrevista gravada em 27 de agosto de 2012. Local da entrevista: comunidade Tabocal.

José Renato Oliveira da Silva (Aragão). Morador da comunidade do Prata. Servidor da CFRB. Idade: 59 anos. Data da chegada: 1952. A formação das comunidades da região do Açaizal e o trabalho dos dois agentes pastorais a favor do campesinato. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Casa Familiar Rural de Belterra, comunidade do Prata.

Manoel Batista Pereira (Nêgo Véio). Idade: 72 anos. Data da chegada na região: 1975. Assunto: Formação da comunidade São Raimundo, movimentos sociais. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Comunidade São Raimundo.

Maria Antônia Silva de Arcanjo (Toninha). Ex-freira. Atuou nos movimentos sociais da região. Atualmente é esposa de Geraldo Pastana. Assunto: Movimentos sociais da região. Entrevista gravada em 27 de agosto de 2012. Belterra.

Maria da Conceição Pereira. Professora aposentada que chegou a lecionar na comunidade Igarapé Grande no ano de 1966, hoje extinta. Idade: 72 anos. Entrevista gravada em 22 de agosto de 2012. Comunidade Açaizal.

Maria da Conceição Pires Almada (Conce). Neta dos fundadores da comunidade Açaizal. Diretora da CFRB. Assunto: êxodo rural. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Casa Familiar Rural de Belterra, comunidade do Prata.

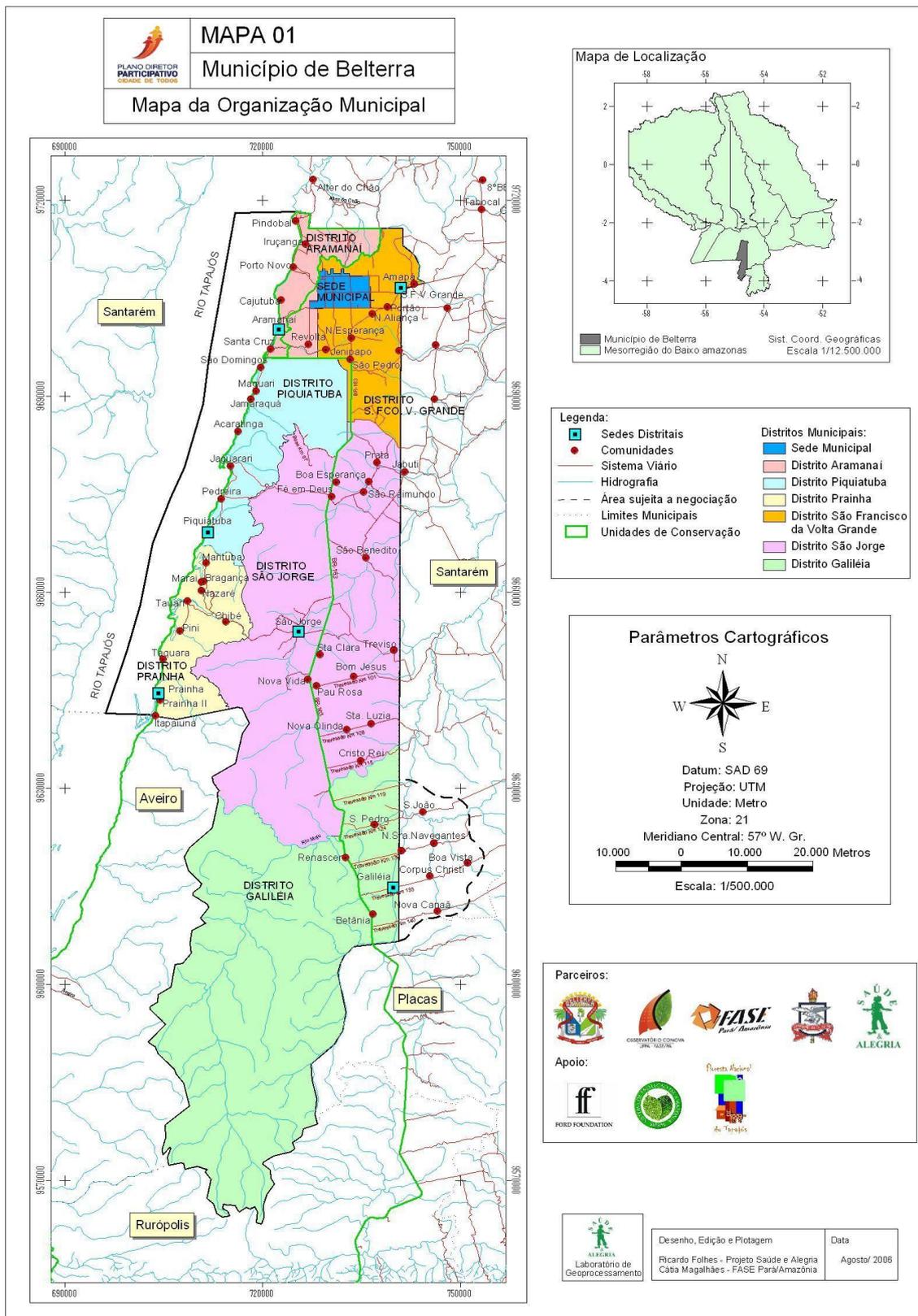
Maria Iva Uchoa Pereira. Esposa do Manoel Pereira. Idade: 74 anos. Data da chegada: 1975. Assunto: Formação da comunidade São Raimundo. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Comunidade São Raimundo.

Rita de Cássia Silva Oliveira. Moradora da comunidade do Prata. Servidora da CFRB. Idade: 54 anos. Data da chegada: 1965. Assunto: O esvaziamento das comunidades. Entrevista gravada em 21 de agosto de 2012. Casa Familiar Rural de Belterra, comunidade do Prata.

ANEXOS

Anexo A

Mapa da Organização Municipal de Belterra



Fonte: Folhes e Magalhães, 2006.

Anexo B

Modelo dos questionários aplicados

QUESTIONÁRIO**COLETA DE DADOS PARA SUBSIDIAR DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM ANTROPOLOGIA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE E UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR****OBJETIVOS DO FORMULÁRIO:**

- 1 LEVANTAR DADOS ECONÔMICOS E SOCIODEMOGRÁFICOS DA COMUNIDADE COM INFORMAÇÕES PRESTADAS PELAS FAMÍLIAS RESIDENTES.
- 2 GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROJETO DA MCH.

NOME DO PROJETO:

COMUNIDADES PERSISTENTES: A RESISTÊNCIA DE COMUNIDADES DA REGIÃO DO AÇAIZAL DO PRATA PARA PERMANECEREM EM SEUS TERRITÓRIOS

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Adnan Assad Youssef Filho

DADOS COLETADOS POR:

Pesquisa realizada em ___ / ___ / ____.

Nº DE ORDEM DO QUESTIONÁRIO: _____

1ª PARTE: DADOS SOCIOECONÔMICOS

NOME DA COMUNIDADE:

LOCALIZAÇÃO:			
ENTREVISTADO (A):			
MEIOS DE CONTATO:			
IDADE:	ESTADO CIVIL:	ESCOLARIDADE:	RELIGIÃO:
Nº DE FILHOS:	FAIXA ETÁRIA DOS FILHOS:		
ESCOLARIDADE DOS FILHOS:			
NOME DO CÔNJUGE:			
IDADE	ESCOLARIDADE	RELIGIÃO:	
TEMPO NA COMUNIDADE:	ORIGEM:		
DESTINAÇÃO DO LIXO:			
MEIOS DE SUBSISTÊNCIA:			
RENDA FAMILIAR:	TIPO DE HABITAÇÃO:	ATIVIDADES DE LAZER:	
USO DA ELETRICIDADE:			
SUA FAMÍIA SE SENTE FELIZ EM MORAR AQUI?			

QUAIS SÃO OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA QUE SUA FAMÍLIA SE FIXASSE NESTA COMUNIDADE:
VOCÊ OU SUA FAMÍLIA TÊM VONTADE DE SE MUDAR DAQUI?
PARA ONDE?
POR QUE?
CONHECE ALGUMA FAMÍLIA QUE SE MUDOU DAQUI?
PARA ONDE?
POR QUE?

2ª PARTE: GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROJETO IMPLANTADO

01) ANTES DE VIR MORAR NA COMUNIDADE VOCÊ E SUA FAMÍLIA JÁ TIVERAM ACESSO À ELETRICIDADE?

02) ANTES DA IMPLANTAÇÃO DA MICRO CENTRAL HIDRELÉTRICA - MCH NA COMUNIDADE, COMO SUA FAMÍLIA SUPRIA A NECESSIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA?

--

03) A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO TROUXE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DE SUA FAMÍLIA?

04) EM QUE ASPECTO (SAÚDE, EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, ...)?

--

05) O QUE MUDOU NA VIDA DE SUA FAMÍLIA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO?

06) QUAIS OS ASPECTOS CONSIDERADOS POSITIVOS COM A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO?

--

07) E OS NEGATIVOS?

--

08) VOCÊ SE CONSIDERA SATISFEITO COM A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA MCH?

ATIVIDADES FAMILIARES (DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, ATIVIDADES QUE NÃO GOSTARIAM DE TRABALHAR, CRIAÇÃO DE FILHOS, MATRIMÔNIOS, RELAÇÕES DE NAMORO, PROJETOS DE VIDA, ETC...):

Anexo E
PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL DE SANTARÉM

LEGENDAS:

AREA = Área colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento.

QTD = Quantidade colhida - Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa.

VLR = Valor da produção - O valor da produção é o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

ARROZ

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	2.000	3.000	4.200	6.050	11.925	60.000	59.000	45.000	26.950	22.140	21.997	17.520	10.700	3.500
QTD (t)	2.800	4.695	6.523	16.995	36.920	198.000	187.200	123.000	67.410	53.352	52.645	40.896	25.740	10.500
VLR (mil reais)	798	1.263	1.761	4.810	13.660	104.940	87.984	25.830	24.537	30.944	42.116	26.991	16.216	5.355

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

FEIJÃO

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	1.225	2.070	2.725	3.350	3.690	1.200	1.000	1.070	924	924	740	870	870	1.150
QTD (t)	545	1.231	1.136	2.010	2.214	720	600	684	605	605	482	612	732	1.290
VLR (mil reais)	573	1.120	852	2.412	2.590	842	702	951	867	867	1.125	1.306	1.614	2.309

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

MANDIOCA

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	7.000	4.000	6.000	7.000	8.000	9.600	9.600	15.000	15.000	15.000	18.700	20.000	21.000	23.000
QTD (t)	59.500	40.000	60.000	70.000	80.000	96.000	96.000	150.000	225.000	180.000	243.100	260.000	273.000	322.000
VLR (mil reais)	9.222	2.110	1.800	3.220	8.000	9.600	9.600	15.000	27.000	21.600	29.172	31.200	81.900	96.600

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

MILHO

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	2.000	3.000	2.975	2.300	2.000	1.000	850	4.700	6.500	5.650	6.333	4.900	4.400	8.000
QTD (t)	1.600	3.000	2.380	2.760	2.400	2.700	2.100	22.440	24.000	20.100	25.546	17.820	15.420	22.500
VLR (mil reais)	304	457	833	461	408	891	756	9.200	9.264	8.241	12.773	7.663	7.093	13.050

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

SOJA

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	-	270	50	25	200	4.600	11.000	22.000	19.500	15.000	17.250	18.000	17.100	17.800
QTD (t)	761	135	27	75	600	12.420	29.700	66.000	58.500	36.000	46.575	48.600	46.170	48.060
VLR (mil reais)	-	239	43	21	318	4.223	17.226	36.960	25.506	18.000	33.394	36.450	33.242	37.246

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Santarém, 2013.

Anexo F

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE BELTERRA

LEGENDAS:

AREA = Área colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento.

QTD = Quantidade colhida - Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa

VLR = Valor da produção - O valor da produção é o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

ARROZ

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	600	890	1.700	4.000	5.000	8.200	13.300	14.500	13.800	10.400	4.400	3.960	5.160	4.300
QTD (t)	504	1.639	3.500	13.800	17.800	27.270	45.930	50.700	36.540	30.600	12.600	11.340	10.621	9.675
VLR (mil reais)	143	364	991	4.830	4.984	14.999	22.046	11.915	11.894	18.360	7.560	7.598	7.966	4.644

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Belterra, 2013.

FEIJÃO

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	350	250	240	330	300	680	560	740	544	1.050	780	780	780	780
QTD (t)	105	200	144	238	210	476	392	726	310	990	675	675	572	624
VLR (mil reais)	107	123	115	262	231	714	588	1.258	537	1.617	1.314	1.125	1.121	1.271

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Belterra, 2013.

MANDIOCA

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	1.600	1.700	1.500	1.500	2.000	2.500	2.700	2.700	2.700	3.000	4.000	4.200	6.000	8.000
QTD (t)	16.800	22.100	19.500	19.500	2.000	35.000	37.800	37.800	37.800	42.000	56.000	67.200	96.000	144.000
VLR (mil reais)	2.562	1.989	585	585	1.960	3.150	3.780	5.670	5.670	6.300	8.400	11.424	17.280	36.000

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Belterra, 2013.

MILHO

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	1.200	1.300	1.350	1.500	1.800	1.800	1.800	4.000	4.600	4.020	6.800	9.140	3.140	3.750
QTD (t)	1.440	1.560	1.620	2.490	3.240	5.040	5.760	17.700	21.360	18.360	33.000	44.310	9.420	11.813
VLR (mil reais)	273	223	211	478	1.069	1.915	2.650	5.310	8.362	7.188	12.540	22.155	6.217	5.670

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Belterra, 2013.

SOJA

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ÁREA (ha)	-	-	-	-	150	1.400	5.000	13.500	8.000	10.000	15.000	10.150	11.400	11.800
QTD (t)	-	-	-	-	450	3.780	13.500	36.450	19.200	27.000	40.500	27.405	30.780	31.860
VLR (mil reais)	-	-	-	-	-	239	2.517	21.141	8.400	14.850	30.375	20.554	22.162	24.213

Elaboração: Youssef Filho, 2013. Subsidiado por dados do IDESP-Belterra, 2013.